



apah

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

ISSN 0100-6932

ANO 7 NÚMERO 13 DEZEMBRO DE 1986

Editor: Sérgio Odilon Nadalin

Secretário Executivo: Francisco Moraes Paz

Conselho Editorial: Luis Carlos Ribeiro, Presidente
Mariza Budant Schaaf, Secretária.

Ana Maria de Oliveira Burmester, Aymara Ribas, Beatriz Teixeira de Mello Miranda, Carlos Roberto A. dos Santos, Cesar Ramos, Dimas Floriani, Gina Paladino, Jayme Antonio Cardoso, José Borges Neto, Maria Cristina Colnaghi, Maria Ignês Mancini de Boni, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, Regina Rotenberg Gouvêia, Sérgio Odilon Nadalin.

Conselho Consultivo: Adalgisa Maria Vieira do Rosário (UNB), Caio César Boschi (UFMG), Carlos Guilherme Mota (USP), Edgar Salvatori De Decca (UNICAMP), Iraci Del Nero da Costa (USP), Joana Neves (UFPb), Sandra Jatahy Pesavento (UFRGS).

Consultora especial para este número: Suzana Munhoz da Rocha Guimarães

Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH
Rua Cruz Machado, 66 — 10.º
Caixa Postal 1538
80410 Curitiba-PR

Revisão: Denise Bottmann
Francisco Moraes Paz

Programação visual: Key Imaguire Jr.

CAPA: Fotografia sem identificação, da década de 1920. Autor: Zygmunt Strzemiesczny, fotógrafo amador de origem polonesa. Acervo do Departamento do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Curitiba.

Gráfica Vicentina Ltda.
Al. Cabral, 846 — Caixa Postal, 988
Telefone: (041) 222-1057
80410 CURITIBA-PR

Publicado com o apoio do CNPq, FINEP e CONCITEC — Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná.

História: Questões & Debates

Associação Paranaense de História - APAH

Curitiba — Dezembro 1986

S U M Á R I O

Maria Ignês Mancini De Boni — Apresentação	117
UTOPIA E MENTALIDADE	
Hilário Franco Júnior — O diabo no ocidente feudal: a versão iconográfica de Conques	119
Cesar Augusto Ramos — A Cidade do Sol — a utopia metafísica de Campanella	138
TRABALHO E DISCIPLINA	
Maria Lúcia Lamounier — Primeiras experiências com o “trabalho livre”: contratos, conflitos e leis	157
Maria Auxiliadora, Guzzo De Decca — Aspectos do controle sobre o cotidiano operário	195
CONFERÊNCIA	
Maria Stella Bresciani — Século XIX: a elaboração de um mito literário	209
COMUNICAÇÕES E PROJETOS DE PESQUISA	
Elvira Mari Kubo — História da educação no Paraná: pesquisa em andamento	245
Laura de Mello e Souza — Notas sobre a vida quotidiana das degredadas na inquisição do século XVII	252
NOTAS DE LEITURA	
Abílio da Silva Guerra Neto — Jonathan D. Spence e “O palácio da memória de Matteo Ricci; a história de uma viagem: da Europa da Contra-Reforma à China da dinastia Ming”	259
Alcír Lenharo — Barrington Moore Jr. e “Injustiça — as bases sociais da obediência e da revolta”	276
Denise Bottmann — Emmanuel Le Roy Ladurie e “Événement et longue durée dans l’histoire sociale: l’exemple chouan”	280
Dimas Floriani — Gabriel Garcia Marquez e “La aventura de Miguel Littin clandestino en Chile”	289
Francisco Moraes Paz — José Murilo Carvalho e “Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi”	292
Luiz Carlos Ribeiro — Maria José Trevisan e “50 anos em 5... a FIESP e o desenvolvimentismo”	302
NOTÍCIAS DA APAH	309

ISSN 0100-6932

História: Questões & Debates, Curitiba, a. 7 n. 13 p. 115-310 dez. 1986

Apresentação

Em 1773 publicou-se a primeira edição da obra “El Lazarrillo de Ciegos Caminantes” de Concolorcorvo, um vibrante relato da viagem de Buenos Aires à Lima feita em companhia do Visitador Alonso Carrión de la Vandra.

Escrita sem deliberado propósito histórico, a obra refere-se à utilidade dos viajantes para os historiadores. Para Concolorcorvo, estes andam comumente tateando em busca da verdade e necessitam dos viajantes para achá-la. Segundo o autor “os viajantes, a respeito dos historiadores, são o mesmo que os lazarinhos, em comparação com os cegos. Estes solicitam sempre hábeis condutores que lhes dirijam os passos e lhes dêem aquelas notícias precisas para compor suas canções, com as quais deleitam o público e asseguram sua subsistência. Aqueles, como de ordem superior, recolhem as memórias dos viajantes mais distinguidos na verdade e talento”.

Concolorcorvo supunha certa incerteza da história, que somente fazia presente os sucessos do passado e acreditava na importância dos relatos dos viajantes para evitar essa incerteza que ele atribuía à impossibilidade dos historiadores de conhecer o passado em sua totalidade.

Abstraídos os termos de certa forma desfavoráveis aos historiadores, a idéia de Concolorcorvo nos remete à idéia de que o objeto da história se constrói historicamente, e se torna lembrança pertinente no que se refere à busca de caminhos empreendida atualmente pelos historiadores na produção do saber.

Este número da Revista História: Questões & Debates expressa a riqueza das questões levantadas e dos debates suscitados nesta busca de caminhos.

Os textos aqui apresentados espelham a diversidade de temas, de opções metodológicas, de fontes, de posturas teóricas que bem refletem a efervescência da recente produção historiográfica.

Assim temos os artigos de Maria Lucia Lamounier e Maria Auxiliadora G. de Decca discutindo de forma diversa aspectos da sociedade do trabalho. Hilário Franco Jr. pensando o imaginário medieval; Elvira Kubo propondo a História da Educação; Maria Estela Bresciane pensando a identidade social através da literatura; a presença da filosofia com o trabalho de Cesar Augusto Ramos e o resgate da utopia, e refletindo a mesma efervescência, os temas das “notas de leitura”.

Enfim, trabalho livre, cotidiano operário, literatura, identidade social, instrução, cidade do sol, diabo... caminhos abertos, questões levantadas. Iniciemos o debate.

Maria Ignês Mancini De Boni

O DIABO NO OCIDENTE FEUDAL: A VERSÃO ICONOGRAFICA DE CONQUES

HILÁRIO FRANCO JÚNIOR

Professor da Universidade Estadual de São Paulo --
UNESP, campus de Franca.

RESUMO

Típica "criação da sociedade feudal" como mostrou Le Goff, a figura do Diabo cumpria nela importante e complexo papel. Comprova-se isso pela análise de um rico documento iconográfico, a cena do Juízo Final no tímpano da igreja abacial de Sainte Foy de Conques, no sul francês. Salutar lição da eterna recompensa aos justos e punições aos pecadores, a representação escultórica reunia elementos provenientes do folclore camponês, da teologia católica e da ideologia monástica. E fazia-o, como não poderia deixar de ser, utilizando a linguagem simbólica típica da época romântica. Desta forma, mesmo um estudo rápido daquela fonte nos fornece importantes informações sobre as realidades materiais e espirituais do homem de princípios do século XII.

Numa sociedade em grande parte iletrada, a iconografia é sem dúvida o tipo de documentação que melhor expressa o imaginário e o ideológico. Ou seja, as realidades psíquicas profundas tais como são vividas na mente coletiva, e a manipulação consciente e social daquelas realidades. Portanto, documentação que está colocada privilegiadamente no entrecruzamento da longa e da curta duração históricas. Desta forma, fonte importante para o estudo da História das Mentalidades medievais. E é exatamente isso que pretendemos reiterar aqui, a partir de algumas rápidas considerações sobre o tímpano da igreja abacial de Sainte Foy de Conques, de fins do século XI e princípios do XII. Ou melhor, em função da riqueza dessa iconografia como documento me-

dievalístico, nossas observações ficarão limitadas à figura e ao papel que o Diabo desempenhava no Ocidente feudal.

Centro peregrinatório importante por conter as relíquias milagrosas de Foy, virgem martirizada em Agen no começo do século IV, Conques atraía muitos visitantes. Para isso mesmo que as relíquias tinham sido roubadas por um monge que as levou para Conques, possivelmente em meados do século IX, desde quando elas redobram os milagres, atestando a aprovação da santa pela sua nova moradia.¹ Mas sobretudo, por se encontrar no caminho de Compostela, aquela abadia beneditina beneficiava-se do intenso fluxo de peregrinos que se dirigia anualmente para o noroeste ibérico nos séculos XI-XIII. De fato, o texto conhecido por **Guia dos peregrinos compostelanos** recomendava aos que tomavam a rota Ruy-Conques-Moissao-Compostela que visitassem o “valiosíssimo corpo da virgem” e se aproveitassem dos benefícios concedidos a “sãos e enfermos”.²

Para esses inúmeros peregrinos, no tímpano de Conques, como aliás em toda Europa românica, “a escultura, essa autêntica Bíblia dos iletrados, servia de comentário popular e de ilustração histórica às abstrações teológicas”.³ Era assim o ponto de encontro das complexas relações entre tradições folclóricas e cultura clerical. Mas era também um veículo divulgador do modelo ideológico monástico naquele contexto de feudalização do sul francês.⁴ Expressava desta forma as vertentes mentais, sociais e culturais do Folclore, da Ideologia e da Teologia. E fazia-o coerentemente com a visão de mundo medieval, de forma simbólica, pois o Universo era concebido como um todo de partes ligadas analogicamente, não havendo fenômenos de causalidade, de laços horizontais, mas apenas verticais, hierárquicos. Disso derivava o caráter enciclopédico, globalizante, da cultura medie-

1 Para o significado da *translatio* de relíquias na Idade Média, ver GEARY, P.J. **Furta sacra**; thefts of relics in the Central Middle Ages. Princeton, Princeton University Press, 1978, e especificamente para o caso de Conques, p.169-74.

2 **Liber Sancti Jacobi**, ed. A.MORALEJO et alii. Santiago de Compostela, CSIC, 1951. V.VIII,533.

3 LOPEZ, R. **O nascimento da Europa**. Lisboa, Cosmos, 1965. p.196.

4 Para este último aspecto ver POLY, J.P. *La Provence et la société féodale*; 879-1166. Paris, Bordas, 1976: para a elaboração ideológica, DUBY, G. *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris, Gallimard, 1978.

val. Assim, por essa concepção unitária do Universo, tudo era visto como símbolos, isto é, representações de formas visíveis e acessíveis ao homem para a compreensão de forças invisíveis e inacessíveis. O simbolismo era sem dúvida uma constante histórica, um dado da psicologia coletiva, não diferindo a posição de São Bernardo, no século XII, para quem se deve procurar o sentido oculto das coisas pois o literal é “indigno de ser recebido na Escritura tão santa e tão autêntica”,⁵ da de São Paulo mais de mil anos antes, para quem “as coisas visíveis são transitórias, as invisíveis eternas”.⁶

Logo, a representação do Diabo na iconografia de Conques era a síntese simbólica daquelas três vertentes. Ali a figura do Príncipe das Trevas encontra-se no contexto da cena do Juízo Final, colocada na entrada da igreja como uma salutar lição que lembra a recompensa reservada aos justos no último dia e a punição que cabe aos pecadores. Portanto, expressão do dualismo latente na mentalidade medieval. A Divindade ocupa o espaço central da cena, abaixo de uma cruz colocada entre o sol e a lua, cruz que é o centro da criação, do mundo e da história, cruz que é o mais totalizante dos símbolos.⁷ Colocado majestosamente numa **amendola** (forma que resulta da interseção de dois círculos, simbolizando os dois mundos, divino e humano), Cristo com a mão esquerda voltada para baixo indica os condenados e o mundo infernal, com a direita para o alto indica os bem-aventurados. A inscrição, baseada no texto bíblico (Mt 24,30), afirma que “o sinal da cruz se mostrará no céu quando o Senhor vier para julgar”.

Assim, a colocação iconográfica de Cristo revelava não apenas dados fornecidos pelas fontes teológicas, mas também elementos pertencentes à longa duração, aflorados do inconsciente coletivo, como a oposição esquerda-Mal/direita-Bem. De fato, o Ocidente é o local da morte, do desconhecido, daí provir etimologicamente do verbo **occido**, cair, e

5 BERNARDO, S. *Sermones in Cantica Canticatorum* 63,1. *Patrologiae latina* 183 col. 1080.

6 2 Cor 4,18.

7 CHAMPEAUX, G. & STERCKX, S. *Introduction au monde des symboles*. 3.éd. La Pierre-qui-Vire Zodiaque, 1980. p.365.

estar ligado a *occubitus*, que no latim medieval, e desde o Baixo Império, tinha o duplo significado de “pôr do sol” e de “morte”.⁸ Em contrapartida, o Oriente é a vida, o nascimento, a luz, a orientação. Os romanos acreditavam que uma criança do sexo masculino era concebida com esperma saído do testículo direito do pai e instalado no lado direito da mãe.⁹ Significativamente, do latim *sinistra*, esquerda, derivou nos idiomas neolatinos o termo com conotação negativa, desastrosa. Em função disso, Cristo sentou-se à direita do Pai.¹⁰ Noutro canto do tímpano o esquema aliás se repete, com Abraão na Jerusalém celeste recebendo os eleitos, tendo à sua esquerda os justos do Antigo Testamento e à direita, superiores pelo conhecimento da palavra de Cristo, os do Novo Testamento.

Coerentemente com a analogia que a época fazia entre religião e Feudalismo — Deus como Senhor, os cristãos como vassalos fiéis esperando receber o feudo do Paraíso, o ato jurídico da homenagem com o vassalo ajoelhado e de mãos juntas reproduzido na postura da oração — Deus está no trono como juiz e São Miguel ao lado como senescal, num tribunal divino concebido à imagem dos feudais.¹¹ Mais ainda, as representações do Inferno que se multiplicavam no início do século XII alimentavam o temor dos laicos e assim as doações que salvariam o indivíduo e toda sua linhagem. Foi aliás pensando em ter um filho que garantisse a continuidade da linhagem, que certa mulher obedeceu ao pedido pessoal da santa, que lhe aparecera pedindo a doação de seus braçais de ouro.¹² Desta forma, os resultados da recuperação econômica que a Europa conhecia eram transferidos da aristocracia laica para a eclesiástica.¹³ Era a religiosidade profunda e o quadro sócio-político de então manipulados ideologicamente pela arte monástica.

8 NIERMEYER, J.F. *Mediae latinitatis lexicon minus*. Leiden, Brill, 1984. p.734.

9 ROUSSELLE, A. *Porneia, sexualidade e amor no mundo antigo*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p.62.

10 Mc 14.62; Lc 22.69; At 7.65; Rm 8.34; Ef 1.20; Cl 3.1; Hb 1.3.13.

11 DUBY, G. *O tempo das catedrais: a arte e a sociedade, 980-1420*. Lisboa, Estampa, 1979. VAUCHEZ, A. *La spiritualité du Moyen Age occidental*. Paris, PUF, 1975. p.37, 58-60. LE GOFF, J. *Le rituel symbolique de la vassalité*. In: ———. *Pour un autre Moyen Age*. Paris, Gallimard, 1977. p.349-420.

12 *Liber miraculorum sancte Fidis*, ed. A.BOUILLET. Paris, Picard, 1897. I, 19.

13 DUBY, *O tempo das catedrais*, p.59.

Quanto à figura do Diabo, resposta arquetípica à multi-milenar inquietação humana sobre a origem do Mal, ela ganhava consistência justamente desde o século XI, pois é uma criação da sociedade feudal.¹⁴ De fato, à medida que o Ocidente cristão se reorganizava através da montagem da sociedade feudo-clerical, a figura repressora do Deus Pai que prevalecera na Alta Idade Média passava a segundo plano. A humanização da religiosidade que acompanhava as transformações globais da sociedade valorizava Cristo e a Virgem, cujos cultos se desenvolveram desde o século XII por atenderem muito melhor às necessidades espirituais populares, distanciadas das abstrações teológicas sobre a Trindade. Intensificava-se assim a necessidade psicológica de se encontrar na explicação do Universo um lugar para o Mal, sem contudo macular a Bondade infinita de Deus. A solução intelectual, retomando os Padres da Igreja, foi transformar o Mal numa ausência, num não-ser.¹⁵ A solução popular foi ver o Mal — cuja presença quotidiana impedia que pudesse ser negado ou abstraído — a serviço do Bem. Isto é, o Diabo como uma exteriorização do lado repressor da Divindade. Por isso, Cristo enquanto tal surge apenas quando resiste à tentação do deserto e se deixa crucificar, vencendo o Diabo ao deixá-lo praticar o mal.¹⁶

Noutros termos, recorrendo-se à linguagem junguiana, o Diabo seria a “sombra” da Divindade, ou seja, o conjunto de elementos psíquicos incompatíveis com a ação consciente do indivíduo e que, não vividos, unem-se ao inconsciente formando uma personalidade parcial, relativamente autônoma e com tendências opostas às conscientes.¹⁷ Dentro do mesmo espírito e coerentemente com as realidades sociais feudais, o tímpano nos mostra os condenados sendo afastados por anjos armados de lança e escudo, onde se lê a explicitadora inscrição “os anjos separarão os maus dos justos”.

14 LE GOFF, J. *La civilisation de l'Occident médiéval*. Paris, Arthaud, 1967. p.205.

15 AGOSTINHO, S. *Confessionum* III, 7,12 PL 32 col. 688: TOMÁS DE AQUINO, S. *Suma Teológica*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980-1981. I, q.48, a.1.

16 Mais tarde a Teologia absorveu essa visão coletiva, legitimando-a e integrando-a no *corpus* do Cristianismo: *Suma Teológica*, III. q.41 a.1.

17 JUNG, C.G. *Estudos sobre psicologia analítica*. Petrópolis, Vozes, 1981. *Aion*; estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. Petrópolis, Vozes, 1982.

Ora, tudo isso ia ao encontro do modelo ideológico da ordem monástica de Cluny, a que Conques estava ligada. Por ele, a função dos monges era cantar em coro o louvor ao Senhor, identificando-se assim ao coro dos anjos, pois os mosteiros cluniacenses eram simbolicamente antecâmeras do Paraíso. A importância disso crescia paralelamente às idéias milenaristas, e não por acaso era cluniacense um dos cronistas mais importantes sobre o tema, Raul Galber.¹⁸ Da mesma forma que tinham isenção da jurisdição episcopal, os mosteiros de Cluny ligavam-se à aristocracia feudal que se autonomizava do poder monárquico. Recrutando nela seus elementos, Cluny reforçava os laços de linhagem ao desenvolver a idéia de uma ligação entre os vivos e seus antepassados, cujos pecados poderiam ser lavados pelas orações e rituais praticados pelos monges. Desta forma, a ordem cluniacense faz desta intercessão a sua função primordial. Pretende ser instrumento de ressurreição. Porta do céu (...) Porque a ordem é, antes de tudo, o exército dos mortos.¹⁹

Em função disso tudo, o Diabo aparece em Conques sobretudo como um punidor-devorador, com um demônio de maça na mão empurrando um condenado pela boca de Satanás. Na verdade esse era um tema constante na iconografia do século XII, aparecendo em alguns casos, como por exemplo nos capitéis de Saint Pierre de Chauvigny, numa forma próxima aos deuses-lobos do folclore camponês.²⁰ Num movimento de fortes raízes folclóricas, como será o Franciscanismo, décadas mais tarde, a mesma concepção de que “os demônios são os carrascos de Nosso Senhor, a quem Ele incumbe de punir os excessos”,²¹ aparece com muita frequência. Num *Apocalypse* anglo-normando do século XIII,²² o Inferno é a própria barriga do Diabo, dentro da qual os demônios castigam os condenados. Ainda que não alicerçada na Teologia, essa concepção seria mais tarde, em certa medida, também aproveitada pela literatura, como acontece em

18 GLABER, Raul. *Les cinq livres de ses histoires*. Paris, Picard, 1886.

19 DUBY, *Les trois ordres*, p. 128, 247; VAUCHEZ, p. 42-3.

20 LE GOFF, *La civilisation...* p. 232.

21 TOMAS DE CELANO. *Primeira vida de São Francisco*, II, 84,120; *Legenda Perusina* 76, 92, 114; *O espelho da perfeição* 67, 71. In: SILVEIRA, I. et alii, ed. *São Francisco de Assis: escritos e biografias*. Petrópolis, Vozes, 1982.

22 BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE PARIS. Manuscrito Fr.403, f.º 40.

Dante Alighieri, que imagina Satanás devorando Judas, cujas pernas ainda fora da boca diabólica se agitavam desesperadamente.²³ Nesse caso, aliás, a descrição acompanha muito de perto a cena esculpida em Conques, que talvez o poeta florentino tenha conhecido a caminho de Paris.

Enquanto a Teologia insistia serem os anjos, decaídos ou não, seres espirituais, a sua corporificação aparecia no imaginário sob as mais diversas formas. Nas tradições populares eles ganhavam aspectos mais ou menos antropomórficos, gerando uma angústia constante nos homens, sempre temerosos de seu surgimento. Isto se dava ou sob uma forma sedutora, a mais comum, vencendo o homem pela astúcia, ou persecutória, quando se revelava em sua aparência repugnante. No primeiro caso, por exemplo, surgiu para um peregrino compostelano — lenda certamente conhecida em toda aquela rota peregrinatória, inclusive Conques — como se fosse Santiago, que o induziu a se castrar, morrendo mas sendo ressuscitado pelo santo apóstolo.²⁴ No segundo caso, era descrito como um homem pequeno, pescoço fino e comprido, rosto macilento, olhos muito pretos, testa enrugada, narinas apertadas, boca grande, lábios grossos, barba de bode, orelhas alongadas e peludas, cabelos espetados, dentes de cão, cabeça pontuda, corcunda, nádegas balançantes, roupas sórdidas.²⁵

Claramente temos nesse último caso um processo de demonização social, que fazia da figura grotesca dos camponeses, animalizados pelo seu gênero de vida, representantes das forças do Mal. De um lado, esta idéia baseava-se no preceito bíblico de que “quem comete pecado é escravo do pecado”.²⁶ De outro, servia de ponto de partida para uma das traves-mestras do modelo ideológico clerical, que via no trabalho servil uma penitência, um sofrimento resgatador do pecado: **labor, dolor, sudor** eram termos usados não somente pela sua proximidade estilística, mas sobretudo ideoló-

23 DANTE ALIGHIERI. *La Divina Comedia*. 21.ed. Milano, Hoepli, 1979. Inf XXXIV, 61-63.

24 *Liber Sancti Jacobi* II, XVII, 367-71.

25 GLABER. V.1.

26 Jo 8.34.

gica.²⁷ Enquanto a função de uns era orar, a de outros guerrear, a dos camponeses cujo valor consistia em fatigar os braços era, com o suor de seu rosto, ganhar o pão de outrem. Oferecendo esse sofrimento em troca da salvação da alma e da segurança dos corpos. Justificando-se. Mas justificando também o modo de produção senhorial.²⁸ Inversamente, a nobreza de sangue era vista como uma predisposição natural à santidade.²⁹

Falar, como já se fez, em influência muçulmana³⁰ sobre as representações românticas do Inferno é desconsiderar que a ação de uma cultura sobre outra é possível apenas a partir de uma identificação profunda. Ou seja, se tal influência de fato ocorreu, é porque a psicologia coletiva ocidental podia se reconhecer nos elementos provenientes do mundo islâmico. Ademais, o tratamento dado àqueles elementos pela iconografia românica passava necessariamente pelas realidades concretas da Europa feudal. Portanto, a monstrosidade do Diabo — que aparece em Conques com um rosto enrugado, olhos grandes e fundos, boca excessivamente rasgada, orelhas enormes e muito separadas da cabeça, cabelos eriçados — era o ponto de encontro de elementos do imaginário e do ideológico, do coletivo e do particular, do inconsciente e do consciente, da longa e da curta duração históricas.

Em terceiro lugar, o Diabo aparece no tímpano de Conques como um exemplo de falsidade. Originalmente o mais belo dos anjos, Lúcifer fora arrojado dos céus pela traição e assim monstruosizado pelo pecado. Tornado então um incitador dos homens ao pecado, recorria a embustes e falcatruas para perdê-los, pois o Diabo “não permaneceu na verdade porque nele não há verdade: quando ele mente, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira”.³¹ Por isso se apresenta como se fosse Deus, fingindo ser anjo

27 LAON, Adalberon de. *Poème au roi Robert*. Paris, Belles Lettres, 1979. DUBY, Les trois ordres, p.70-1.

28 DUBY, les trois ordres, p.195.

29 VAUCHEZ, p.38

30 GUERRA, M. *Simbologia românica*. Madrid, Fundación Universitaria Española, 1978. p.301.

31 Jo 8,44.

da luz e seus seguidores ministros da justiça.³² Significativamente, **diabolos** quer dizer “caluniador”, portanto aquele que mente, que é falso visando prejudicar a outrem. Por utilizar todos os truques para enganar os homens, o apóstolo referiu-se às “fraudulentas artes do Diabo”.³³ Entre elas estava sua capacidade de mudar constantemente de aparência: frente à imutabilidade de Deus — Iavé se definira como “eu sou o que sou”³⁴ — Satanás apresenta um polimorfismo bastante extenso para enganar os homens: surge enquanto figura humana ou de serpente, dragão, bode, leão, centauro, basilisco, urso, raposa, gato, sapo, etc.

Foi assim que se mostrou a Eva no Paraíso, fazendo falsas promessas e induzindo-a ao pecado. Também assim o Diabo foi representado inúmeras vezes pela iconografia românica de princípios do século XII, portanto contemporânea à de Conques: nos capitéis da nave de Vezelay ele aparece como um tentador, nos de Saint Benoit-sur-Loire ele recorre a mulheres como instrumentos de sua falsidade. Contudo, as trapaças diabólicas concentravam-se especialmente nas psicostasias, nas pesagens das almas que definiriam a salvação ou a condenação do morto. Dentre os muitos exemplos deste tipo de representação iconográfica,³⁵ lembremos pela proximidade geográfica, cronológica e cultural o do retábulo de Soriguerola, na Catalunha. Aí, frente a frente, São Miguel e o Diabo observam a balança em que estava sendo avaliada a pureza ou a culpa de um indivíduo. Trapaceando na tentativa de alterar o resultado do julgamento e assim condenar mais um homem, Satanás tenta empurrar para baixo um prato da balança, ajudado por um pequeno demônio. Exatamente o mesmo esquema plástico e simbólico encontrado em Conques.

Portanto, a mensagem escultórica dos monges sintetizava na figura do Diabo o devorador do Folclore, o monstro da Ideologia, o falso da Teologia. Mas quanto à atuação

32 2 Ts 2,4; 2 Cor 11,14.

33 Ef 6,11.

34 Ex 3,14.

35 PERRY, M.P. On the psychostasis in Christian art. *The Burlington Magazine*, 22:202-29, 1912/1913.

do Anjo Caído, prevalecia o primeiro daqueles aspectos, tornado instrumento monástico de controle espiritual e social. Por isto os pecadores estão no tímpano divididos de acordo com o esquema dos sete pecados capitais, mas sem hierarquizá-los, coerentemente com o Cristianismo ainda pouco dogmatizado da época. As modalidades de punições seguiam tradições seculares, como as que vinham dos apócrifos do Novo Testamento, sobretudo da chamada visão de São Paulo, que ganhou inúmeras versões desde o século IX e que deve ter sido bastante popular pelo número de manuscritos que dela nos chegou.³⁶

A inscrição existente no tímpano, depois de louvar os puros, introduz o observador às cenas punitivas, lembrando que os homens perversos serão julgados no Inferno. Os maus são atormentados pelos castigos, queimados pelas chamas. No meio de demônios eles tremem e gemem eternamente. Os ladrões, os mentirosos, os embusteiros, os avaros, os raptos estão todos condenados junto com os pérfidos. E, numa advertência final, com as palavras reforçando a mensagem escultórica, a inscrição enfatiza: pecadores, se não mudardes vossos costumes, sabeis que se submeteréis ao terrível julgamento.³⁷ Etapa da maior peregrinação ocidental, a Compostela, Conques com seu tímpano retratando o Juízo Final instigava os visitantes a continuarem cumprindo a peregrinação, que pelo seu caráter penitencial contribuiria para poupá-los aos castigos ali mostrados.

Conduzindo então o observador à realidade concreta da punição de cada pecado, os artistas de Congues, orientados pelos monges, concederam um espaço significativo ao orgulho. De um lado, pelo seu papel teológico, já que Lúcifer pecara inicialmente pela soberba, pelo orgulho desmedido, que o levava mesmo a afirmar que “subirei ao céu e serei semelhante ao Altíssimo”.³⁸ Sempre a principal fonte da espiritualidade medieval, Santo Agostinho sintetizou a posi-

36 PATCH, H.R. *El otro mundo en la literatura medieval*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1983. p.100-1.

37 CHAMBERNE, J. *Conques*. Paris, Nouvelles Ed.Latines, s.d. p.14-5.

38 Is 14,13.

ção dos anteriores Padres da Igreja e com sua autoridade estabeleceu a visão que a Idade Média teria do Diabo naquele aspecto: ele “não é fornicador ou ébrio nem vicioso de maneiras semelhantes, é contudo soberbo e invejoso”.³⁹ De outro lado, o orgulho era considerado o pecado da feudalidade, e, insistindo nisso, o clero, em tantos aspectos comprometido com a aristocracia laica, demarcava nitidamente a linha divisória entre os dois grandes segmentos sociais. Daí a representação de um cavaleiro, significativamente desmontado, sendo por obra de um demônio atravessado por um forçado, instrumento camponês. Era o clero desempenhando seu papel de defensor dos **pauperes** diante dos **potentes**, e assim na verdade justificando a exploração daqueles e a submissão que pretendia impor a estes.

Na mesma linha, há a cena de um demônio arrancando a dentadas a coroa de um príncipe, o que revela um interessante aspecto do jogo político-ideológico feudal. Visando aos benefícios práticos de uma sacralidade que os mosteiros cluniacenses poderiam lhes dar, os detentores do poder temporal protegiam aqueles monges e enriqueciam-nos através de doações. Desta forma, como bem viu Duby, a concorrência pelo poder secular permitia aos monges desenvolverem uma estratégia proveitosa, apoiando-se em príncipes protetores a fim de arrancarem privilégios aos bispos, voltando-se para o rei sempre que o protetor se tornava incômodo.⁴⁰ Neste jogo de interesses, os monges negros contavam naturalmente com as forças sobrenaturais, que o tímpano bem ilustra através da punição daquele príncipe. Ou seja, na sua elaboração ideológica, os monges de Cluny insistiam naquele começo do século XII no seu papel de vingadores das injustiças, usando poderes milagrosos para destruir castelões excessivamente ávidos,⁴¹ como é retratado concretamente no caso de Conques com a colocação no Inferno dos senhores locais de Aubin e de Belfort. Sendo os mais legítimos representantes terrenos de Deus, os monges iconograficamente antecipavam a punição destinada a alguns, assim

39. AGOSTINHO, S. *De civitate Dei* XIV, 3,2 PL 41 col. 406.

40. DUBY, *Les trois ordres*, p.176.

41. DUBY, *Les trois ordres*, p.249.

como Ele “não poupou os anjos que pecaram, mas lançou-os nos abismos tenebrosos do Tártaro, onde estão guardados à espera do Juízo”.⁴²

No centro de toda a disputa pela repartição do poder e portanto das exações que recaíam sobre os camponeses, estava o modelo ideológico de Adalberon de Laon. De inícios do século XI, ligado ainda ao passado carolíngio, ele pretendia restabelecer o poder real, desde que assessorado pelos bispos, criticando assim Cluny, sua isenção episcopal e sua profunda inserção na feudalidade e portanto nas forças políticas centrífugas. Neste contexto é que os monges clunianenses de Conques fizeram questão de colocar no tímpano de sua igreja a cena de um abade conduzindo um rei pela mão. A santidade dos monges, sua ligação direta com o Papado, sem passar pela intermediação episcopal, e sobretudo sua liturgia voltada para Cristo, o Rei dos reis, fazia dos clunianenses os verdadeiros condutores do monarca, e não o clero secular, como queria o bispo de Laon.

Sempre dentro desse espírito profundamente feudalizado que caracterizava Cluny, a felonía, a quebra dos juramentos e dos laços pessoais, fundamentos daquela sociedade, soava como uma atitude socialmente muito comprometedora. Assim, ela passava a ser vista não apenas como uma ruptura de laços jurídico-sociais, mas como um pecado punível enquanto tal. Aproximava-se então a felonía do orgulho, pois ela significava uma tentativa de superar uma certa condição, desrespeitando determinações superiores. Aliás, se inicialmente a queda de Lúcifer foi atribuída à inveja, já com Santo Agostinho o orgulho tornara-se o motivo essencial.⁴³ Para ilustrar isso, a escultura de Conques colocou no Inferno caçadores que tinham ousado penetrar no bosque da abadia, rompendo a exclusividade senhorial de caça. Desta forma, eles aparecem sendo queimados num espeto, girado de um lado por um demônio e do outro por um imenso coelho. Assim, pela polissemia simbólica, este animal de um lado exemplificava a lei do contraponto nas

42 2 Po 2.4.

43 Cf. nota 39.

punições infernais (os contraventores estão sendo assados como coelhos), de outro relacionava a impureza que lhe era tradicionalmente atribuída⁴⁴ à que se pretendia imputar àqueles criminosos, e de outro ainda, transmitia aos punidos a idéia de incontinência, de desperdício, de luxúria, associada ao coelho.⁴⁵

Mais perigosa que a felonía, da qual na verdade era um tipo, a heresia se constituía numa negação radical da ordem estabelecida. Por isso mesmo, aquelas idéias deveriam ser zelosamente combatidas, e um demônio cumpre então sua tarefa colocando o pé sobre a boca de um herege, impedindo que ele pronunciasse as palavras que poderiam subverter a organização social da qual o clero era o mantenedor. Seria importante examinar quanto a isso — o que contudo alargaria demais as limitadas pretensões deste trabalho — os movimentos heréticos que sacudiam o sul francês na época, e tentar estabelecer suas articulações com o fluxo peregrinatório que passava por Conques, bem como a reação dos monges locais em relação a essa questão.

No que diz respeito à inveja, por sua vez, esse pecado foi tratado de forma mais rápida pelos artistas da abadia de Conques, talvez por não ter implicações ideológicas tão fortes como as presentes no caso do orgulho. O tratamento dado ao tema foi assim sobretudo teológico e folclórico. No primeiro aspecto, lembrando que o Diabo é invejoso, e que sua própria apostasia começou quando teve inveja da nova criatura de Deus, o homem, e quis fazê-la se rebelar.⁴⁶ Depois, insistindo em que ele é invejoso de quem se esforça por ser melhor, insinuação que servia aos interesses dos monges, que desde fins do século X com Abbon de Fleury⁴⁷ defendiam sua superioridade não só sobre os laicos mas também sobre os clérigos seculares. No segundo aspecto, o castigo pela inveja recorria a um velho tema, tratado por exemplo no

44 Lv 11, 6; Dt 14,7.

45 CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, A. *Dictionnaire des symboles*. Paris, Laffont, 1982. p.455.

46 IRINEU, S. *Adversus haereses* V.24,3, *Patrologiae graeca* 7 col. 1188. Um dos apócrifos bíblicos, textos que gozaram de imensa popularidade na Idade Média, conta que Lúcifer perdeu o céu por, invejoso, não ter querido adorar a Adão, como Deus ordenara: *Vida de Adan y Eva*, ed. Fernandez Marcos, in: DIEZ MACHO, A., ed. *Apócrifos del Antiguo Testamento*. Madrid, Cristiandadn 1983-1986. v.2, p.340-1.

47 DUBY, *Les trois ordres*, p.112-8.

mito grego de Tântalo e adaptado pelo artista às condições históricas de sua época: um jogral que desejava violentamente uma flauta e sentira inveja de quem a possuía, tinha sua vontade aguçada por um demônio que lhe oferecia o instrumento tão esperado, mas retirava-o no momento preciso, renovando eternamente o gesto para atormentar o invejoso.

Os pecados mortais da gula e da ira aparecem sendo punidos de formas diferentes, um por oposição, outro por paroxismo. De fato, os gulosos são mostrados pendurados pelos pés e devolvendo tudo que haviam comido excessiva e voluptuosamente. Por seu lado, aqueles que se deixaram dominar pela raiva, que perderam o equilíbrio, são mergulhados num caldeirão com água fervente. Da mesma forma, a blasfêmia, espécie de ira que faz o homem se voltar contra o próprio Criador, é punida com um demônio arrancando a língua do imprecador. Esta violência era justificável e necessária, pois a blasfêmia teologicamente estava no mesmo plano do homicídio, do adultério, da prostituição, do furto e da avareza.⁴⁸ Mais ainda, a própria besta do Apocalipse é blasfemadora.⁴⁹ Como o homem não conhece os desígnios divinos, não pode se rebelar contra eles, por isso nem o próprio Diabo pode sofrer blasfêmias.⁵⁰

Mas além das razões teológicas, tínhamos aí a emergência de um elemento do inconsciente coletivo, a doutrina do nome. Por esse antiquíssimo caráter mágico da palavra, somente o que tem nome existe, e quem o conhece pode exercer uma ação sobre ele. Por isso mesmo, em algumas civilizações, como a egípcia e a mesopotâmica, o verdadeiro nome da pessoa era mantido em segredo, ficando ela protegida pelo uso de um nome postiço. O próprio Deus não se revelou diante da pergunta de Moisés, dizendo apenas para ser chamado de “eu sou o que sou”. Mesmo assim, não se pode tomar “o nome do Senhor teu Deus em vão”.⁵¹ Logo, pela concepção do que as coisas ditas ganham realidade, blasfe-

48 Mt 15,19; Mc 7,21-2.

49 Ap 13,1; 17,3.

50 Jd 9.

51 Ex 3,13-4; 20,7; Deut. 5,11.

mar contra a Divindade seria uma espécie de deicídio. Essa idéia permaneceu por toda a Idade Média, daí no século XIII — mas seguramente expressando uma visão muito anterior — São Luís, caridoso para com os pobres e doentes, ter mandado queimar com ferro em brasa os lábios de um burguês parisiense que blasfemava contra Cristo.⁵²

A preguiça também é tratada num segmento do tímpano, mostrando aos pés de Satanás um sapo, símbolo daquele pecado. Aliás, animal que também representava o próprio Diabo. Este duplo simbolismo revela-se muito importante ao se examinar a construção ideológica dos séculos XI-XII, pela qual aos nobres geneticamente cabia serem guerreiros e aos servos executarem as funções produtivas de que os clérigos deveriam se abster. Noutros termos, para não se entregarem à preguiça que levaria à perdição de suas almas, os servos precisavam trabalhar, produzir com o suor de seus rostos. A dor do corpo resgatava as faltas. Os camponeses deviam se persuadir disso: se se dedicassem de coração ao trabalho eles teriam, dentre todos os homens, a maior possibilidade de serem salvos”.⁵³ Assim como os monges de Conques pretendiam inserir a aristocracia laica no seu esquema de mundo através da visão de castigos de pecados essencialmente nobiliárquicos (orgulho, inveja, ira, gula), o mesmo acontecia em relação ao campesinato com a recriminação, mais do que isso, a demonização da preguiça.

Quanto à avareza, a posição dos cluniacenses era ambígua. De um lado, não podiam deixar de condenar um usuário, que por isso aparece na representação escultórica pendurado pelos pés e com a bolsa denunciadora de sua atividade amarrada ao pescoço. Por outro não se estavam condenando as novas atividades comerciais em si, mas apenas os seus eventuais abusos. Na mesma época da construção do tímpano da igreja de Conques, nas duas primeiras décadas do século XII, a ordem de Cluny começando a perder prestígio encontrava inesperado aliado na nascente burguesia. De fato, a colocação no mercado da produção dos senhorios cluniacenses e a ativa construção de mosteiros e igrejas

52 VORAGINE, Jacques de. *La légende dorée*. Paris, Rombaldi, 1942. v.2, p.137.

beneficiavam aquele novo segmento social. Este, de seu lado, colaborava diante do aumento das despesas e da retração dos rendimentos da Ordem, ocorrendo assim certa monetarização da economia cluniacense.⁵⁴

Contudo, quando os interesses materiais de alguns indivíduos se opunham aos da Ordem, a postura era outra. Sobreretudo em se tratando de simonia, isto é, negociação com bens eclesiásticos, contra a qual se levantava a Reforma Gregoriana, promovida exatamente por um papa cluniacense. O fato ganhava peso ainda maior quando envolvia clérigos seculares, que na visão dos monges ocupavam uma posição hierarquicamente inferior à deles na ordenação do mundo. Não surpreende, portanto, o tamanho e a posição privilegiada que ocupa no tímpano a cena que mostra um demônio atormentando três clérigos, o bispo de Clermont que fora administrador da abadia de Conques no século X e seus dois sobrinhos, todos responsáveis pela dilapidação do tesouro abacial. Pela mesma razão aparece Begon II, que se tornara abade graças a várias manobras fraudulentas, para depois dissipar os bens da comunidade monástica. Realmente, quem age mal com os ministros dos santos lesa evidentemente os próprios santos, o que atinge não somente estes, mas Cristo.⁵⁵

O último dos pecados capitais, a luxúria, era teologicamente considerado dos mais repulsivos, como se vê pelos Penitenciais da Alta Idade Média, dedicados em grande parte às questões da carne.⁵⁶ As punições ali estipuladas são extremamente severas, por exemplo sete anos de jejum por masturbação feminina. A sociedade feudal dos primeiros tempos acentuou essa aversão, com sua profunda misoginia, fundada num clero celibatário e numa aristocracia guerreira e portanto dedicada a atividades dependentes de força física, masculina. É verdade que desde o século IX tentava-se definir uma *copulatio honesta*, mas a reabilitação do casamento

54 DUBY, *Les trois ordres*, p.198.

55 DUBY, G. *Le budget de l'abbaye de Cluny entre 1080 et 1155: économie domaniale et économie monétaire*. *AESC*, 7:155-71, 1952; *Les trois ordres*, p.250, 252.

56 FLANDRIN, J.L. *Un temps pour embrasser; aux origines de la morale sexuelle occidentale (VI-XI siècle)*. Paris, Seuil, 1983. p.128-43 et passim.

deu-se apenas muito depois, e visando apenas à procriação, nunca ao prazer. Mesmo o novo respeito que passou a se dedicar à mulher a partir do século XII — produto das transformações sócio-econômicas de então — não alterou fundamentalmente a questão, pois sua imagem se calcava no culto mariano então em desenvolvimento, sendo portanto um modelo baseado na virgindade.

Ora, os monges, considerando-se o segmento mais puro da sociedade humana, enfatizam essa negação da luxúria. Desde o século X com Abbon de Fleury até o XII com Guibert de Nogent ou Honorius Augustodunensis, hierarquizavam-se os laicos, em ordem decrescente, de acordo com sua condição sexual: virgens, continentés, cônjuges.⁵⁷ Neste contexto está a cena de um homem e uma mulher de mãos dadas, com um demônio ao lado perguntando maliciosamente a Satanás qual seria o castigo deles. Mais do que condenação do pecado carnal, transparecia aí um dos elementos básicos da formulação ideológica clerical, pois atingia o próprio sistema de reprodução biológica e social.⁵⁸ Era, por decorrência, a normatização das relações de parentesco e assim dos laços pessoais que alicerçavam a sociedade feudo-clerical.

Em suma, o tímpano da igreja de Conques era para a época um grande painel que pedagogicamente expressava a visão de mundo dos monges e suas pretensões de impô-la a toda a sociedade. Para o historiador é um riquíssimo documento que revela, talvez de forma mais autêntica porque dirigida a diferentes segmentos sociais, todo um amplo leque de aspectos da vida medieval.

57 DUBY, *Les trois ordres*, p.112-8, 266-71, 300-8; VAUCHEZ, p.54.

58 DUBY, G. *Le chevalier, la femme et le prêtre*. Paris, Hachette, 1981. p.23-4, 303.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGOSTINHO, S. Obras. Madrid, Ed. Catolica, 1948-65. 20 v.
2. BERNARDO, S. Obras completas. Madrid, Ed. Catolica, 1953-55. 2 v.
3. BIBLIA. Bíblia comentada. Madrid, Ed. Catolica, 1960-64. 5 v.
4. BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE PARIS. Manuscrito Fr 403.
5. BOUILLET, A., ed. Liber miraculorum sancte Fidis. Paris, picard, 1897.
6. CHAMBINE, J. Conques. Paris, Nouvelles Ed. Latines, s. d.
7. CHAMPEAUX, G. & STERCKX, S. Introduction au monde des symboles. 3. éd. La Pierre-qui-Vire, Zodiaque, 1980.
8. CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, A. Dictionaire des symboles. Paris, R. Laffont, 1982.
9. DANTE ALIGHIERI. La Divina Comedia. 21 ed. Milano, Hoepli, 1979.
10. DIEZ MACHO, A., ed. Apocrifos del antiguo testamento. Madrid, Cristiandadn 1983-86. 4 v.
11. DUBY, G. Le budget de l'Abbaye de Cluny entre 1080 et 1155: économie domaniale et économie monétaire. AESC, 7:155-71, 1952.
12. ———. Le chevalier, la femme et le prêtre. Paris, Hachette, 1981.
13. ———. O tempo das catedrais; a arte e a sociedade, 980-1420. Lisboa, Estampa, 1979.
14. ———. Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme. Paris, Gallimard, 1978.
15. FLANDRIN, J. L. Un temps pour embrasser; aux origines de la morale sexuelle occidentale (VI-XI siècle). Paris, Seuil, 1983.
16. GEARY, P. J. Furta sacra; thefts of relics in the central Middle Ages. Princeton, Princeton University Press, 1978.
17. GLABER, Raul. Les cinq livres de ses histoires. Paris, Piccard, 1886.
18. GUERRA, M. Simbologia románica. Madrid, Fundación Universitaria Española, 1978.
19. JUNG, C. G. Aion; estudos sobre o simbolismo do si-mesmo. Petrópolis, Vozes, 1982.
20. ———. Estudos sobre psicologia analítica. Petrópolis, Vozes, 1981.
21. LAON, Adalberon de. Poème au roi Robert. Paris, Belles Lettres, 1979.
22. LE GOFF, J. La civilization de l'Occident médiéval. Paris, Arthaud, 1967.
23. ———. Pour un autre Moyen Age. Paris, Galliamrd, 1977.
24. LOPEZ, R. O nascimento da Europa. Lisboa, Cosmos, 1965.
25. MORALEJO, A. et alii., ed. Liber Sancti Jacobi. Santiago de Compsotela, CSIC, 1951.

26. NIERMEYER, J. F. *Mediae latinitatis lexicon minus*. Leiden, Brill, 1984.
27. PATCH, H. R. *El otro mundo en la literatura medieval*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1983.
28. PERRY, M. P. On the psychostasis in Christian art. *The Burlington Magazine*, 22:202-29, 1912/1913.
29. POLY, J. P. *La Provence et la société féodale; 879-1166*. Paris, Bordas, 1976.
30. ROUSSELLE, A. *Porneia, sexualidade e amor no mundo antigo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
31. SILVEIRA, I. et alii, ed. *São Francisco de Assis: escritos e biografias*. Petrópolis, Vozes, 1982.
32. TOMAS DE AQUINO, S. *Suma teológica*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980-81. 11 v.
33. VAUCHEZ, A. *La spiritualité du Moyen Age occidental*. Paris, PUF, 1975.
34. VORAGINE, Jacques de. *La legende dorée*. Paris, Rombaldi, 1942. 3 v.

A CIDADE DO SOL. A UTOPIA METAFÍSICA DE CAMPANELLA

CESAR AUGUSTO RAMOS

Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da
Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

O trabalho que ora apresentamos tem por finalidade a descrição de uma cidade utópica tal como Campanella a concebe (imagina), bem como a análise interpretativa da lógica do discurso utópico dessa cidade baseada na concepção metafísica de ordem. O trabalho pretende dar conta também de um movimento do discurso utópico que se apresenta de uma maneira transparente na **Cidade do Sol** e de um modo um tanto "ideologizado" nas utopias de um modo geral. Trata-se da organização racional, boa e luminosa do poder e da sociedade na descrição utópica. O desejo do melhor, de um grande ser coletivo que aniquila a desordem, determina a lógica da identidade entre o social e o político, o indivíduo e o estado.

1. INTRODUÇÃO

Na sua **História da Filosofia**, G. Fraile destaca alguns dados da vida e da obra de Campanella, aqui relatados à guisa de introdução.

Tommaso Campanella nasceu em 1568 na Calábria, reino de Nápoles, na época sob o domínio da Espanha. Por misturar política e misticismo, foi preso várias vezes, acusado de praticar ciências ocultas. Campanella tinha obsessão pela unidade. Desejava uma monarquia teocrática mundial governada pelo papa, senhor espiritual e temporal.

Em 1602 foi preso e torturado. As causas de sua prisão são duvidosas. Alguns acusaram-no de paranóia com impulsos de reformador religioso e subversivo. Outros, de conspirar com os turcos e patriotas napolitanos contra o domínio

espanhol, o que é estranho, pois uma de suas obras, **Monarchia Hispanica**, é uma apologia do estado centralizado, um elogio ao reino espanhol. Admite-se também que Campanella tenha pecado contra a fé ao admitir a doutrina da dupla verdade: o livro do mundo (natureza), para as questões racionais, e o Livro Sagrado, para a fé. De qualquer forma, permaneceu preso durante 27 anos. Em 1628, Urbano VIII o põe em liberdade. Em Paris, conheceu Gassendi e Richelieu e, na Holanda, Descartes. Morreu em 1639, em Paris.

No que diz respeito à sua formação filosófica, a principal influência recebida foi de Bernardino Telésio (1509-1588), filósofo caracterizado por sua aversão ao aristotelismo. Telésio funda a primeira sociedade de ciências naturais. Propõe uma investigação da natureza atendo-se aos dados da experiência sensível como único meio de investigação. Segundo G. Fraile, a esse interesse pelo sensível, pelos fenômenos da natureza, associa-se uma cosmologia animista. Na sua metafísica admite três princípios: o **calor**, uma substância incorpórea, imóvel, essência de todas as coisas, origem de tudo; a **matéria**, substância corpórea, sem atividade, campo para atuação do calor e do frio; o **frio**, substância incorpórea, imóvel que a tudo imobiliza. É a conjunção desses três princípios que explica todos os fenômenos da natureza. Há um combate no mundo entre o elemento frio e o calor. A vida e a expansão vêm do calor, a morte e a contração do frio.

Os traços gerais da metafísica de Campanella — onde a influência de B. Telésio é visível — esclarecem sua posição política e sua concepção de estado.

A sua visão de mundo está informada por três **primariedades**. Toda realidade, todo ser, é tríplice: tem uma essência constituída pela **potência** (poder), responsável pela existência; pela **sabedoria** (saber), que fornece a verdade, e pelo **amor** (querer), que dá a bondade. Potência, sabedoria e amor constituem o princípio da **unidade**, do ser, representados pelo calor. Já o princípio da diversidade é dado pela impotência, ignorância e ódio que tem no frio a sua figura representa-

tiva. Só em Deus aquelas três primariedades positivas estão num grau máximo de pureza, simplicidade e unidade. Nos seres finitos, estão misturados com o não-ser. O **nada** (o não-ser) constitui, dessa forma, elemento integrante da realidade finita. O próprio Campanella faz essa sua metafísica para os solarianos que, no relato da *Cidade do Sol*, “admitem dois princípios metafísicos: o Ente, que é o Deus supremo, e o Nada, que é a falta de entidade, no termo da qual fisicamente se produz alguma coisa, porque não se faz o que existe e, portanto, não existia o que foi feito. É assim, pois, do Ente e do Nada que o ser finito toma a sua essência. Da mesma forma, da tendência ao não-ser originam-se o mal e o pecado. O pecado tem, pois, uma causa de deficiência e não de eficiência. Por causa deficiente entendem eles a falta de potência, ou de sapiência, ou de vontade. . . Todos os seres, portanto, derivam sua essência da Potência, da Sapiência e do Amor, enquanto têm existência, e da Impotência, da Ignorância e do Desamor, enquanto participam do não-ser.”¹

O Ser (Potência, Sabedoria, Amor) encerra um ideal de **ordem** e **unidade** que determina a necessidade e o nexo causal da natureza; já o Nada (impotência, ignorância e o ódio) determina a multiplicidade e a desordem, originando assim o contingente, o imediato, o acaso na ordem natural; a liberdade e a individualidade, na ordem político-social. A idéia de **ordem**, derivada da metafísica de Campanella, é fundamental na organização utópica da *Cidade do Sol*, uma vez que a boa organização política evita, por sua luminosidade e racionalidade, o caos. Na medida em que “tendemos, por uma força de desordem, ao não-ser” (p. 243), a utopia liquida com essa tendência, ao erigir a ordem como princípio condutor da vida social e política. Ernst Bloch dá ênfase a esse aspecto, afirmando que a “ordem é o princípio fundamental do pensamento de Campanella”. (p.346-6)

De fato, a metafísica de Campanella orienta-se no sentido da busca de princípios utópicos que podem ser atribuídos a uma outra ordem social, perfeita e transparente.

1 CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. In: OS PENSADORES. São Paulo, Abril Cultural, 1973, v.112, p.266. Todas as citações se referem a esta edição. O número das páginas citadas está indicado no texto, entre parênteses.

Segundo E. Bloch, “o que importa em última análise é vencer o nada, ou o ‘não-ens’ no mundo favorecendo o ‘ens’, o ser, o princípio-sol, de promover no mundo a ordem do ser solar, de expulsar o nada, a imperfeição, de rechaçar o caso de espécie e o acaso vitorioso, de libertar a ordem que está no mundo”. (p. 263) Nesse sentido, é significativo que a utopia de Campanella tenha por título **A Cidade do Sol**, o estado onde reina a luminosidade, a transparência, a unidade, a ordem; onde o nada, o vazio, a contingência, a diferença, a alteridade e a diversidade são banidas. É também o centro de uma ordem solar: nela os indivíduos se organizam hierarquicamente em torno do sol (Ser-supremo), como se fossem planetas, dele recebendo o calor.

2. A CIDADE DO SOL

A Cidade do Sol (escrita em 1602, na prisão, em italiano, mas publicada em latim — **Civitas Solis** — em 1623) é parte de um grosso tratado de filosofia. A obra relata o diálogo entre um almirante genovês, antigo piloto de C. Colombo, e o grão-mestre dos hospitalários (ordem religiosa). O almirante relata a descoberta da Cidade do Sol quando fazia escala em Taprobana (ilha do Oceano Índico).

Com relação à obra, importa destacar algumas instituições que demonstram como a idéia de ordem, razão e transparência estão presentes no discurso utópico de Campanella.

2.1. O Poder Político:

Do ponto de vista da estrutura arquitetônica, a cidade dos solarianos se apresenta como um conjunto de sete círculos concêntricos. A imagem do círculo é significativa, pois, tradicionalmente, representa a perfeição de um ser acabado. Esse arranjo espacial já demonstra a necessidade de uma hierarquia: o centro é mais importante; é onde está o templo. Indica também uma crítica à desorganização das cidades medievais. A cidade do Sol é uma teocracia, ou, mais exatamente, um estado hierocrático. “O supremo regedor da cidade — diz Campanella — é um sacerdote que, na lingua-

gem dos habitantes tem o nome de Hoh. Nós o chamaremos de Metafísico. Sua autoridade é absoluta, estando-lhe submetidos o temporal e o espiritual. Depois de seu juízo, deve cessar qualquer controvérsia. É incessantemente assistido por três chefes, chamados Pon, Sin e Mor, nomes que, entre nós, equivalem a Potência, Sapiência e Amor". (p. 243)

Nessa cidade tudo é comum, desde as mulheres até as ciências, as dignidades e os prazeres. Para os solarianos, "toda espécie de propriedade tem sua origem e forma na posse separada e individual das casas, dos filhos, das mulheres. Isso produz o amor-próprio... Ao contrário, perdido o amor-próprio, fica sempre o amor da comunidade". (p. 245,6)

Mas nessa comunidade transparente, onde tudo é comum, o poder político só pode funcionar por um esquema de confissões, pelo qual o Metafísico (que já tem uma sabedoria absoluta) fica sabendo de tudo o que ocorre na cidade. "Todos os primeiros magistrados são sacerdotes, sendo Hoh o supremo. O seu papel é purificar as consciências. Todos os cidadãos, mediante confissão auricular, revelam aos magistrados as próprias culpas, e estes, nesse mister de purificar as almas, ficam conhecendo os vícios mais freqüentes do povo. Depois também os magistrados confessam aos três triúmviros as próprias faltas e expõem mesmo as dos outros, sem citar o nome de ninguém, mas confusamente, bem como as que mais prejudicam a república. Por fim, os triúmviros revelam ao Hoh as próprias faltas e as dos outros. Dessa forma, conhecidos todos os erros que se praticam na cidade, Hoh pode aplicar-lhes os remédios oportunos". (p. 263) Através desse mecanismo todos se tornam transparentes a todos pela mediação onisciente de Hoh. O mal, a desordem e as trevas oriundas da ignorância são eliminados. Por isso, nesta cidade, a mentira constitui um dos delitos mais graves, "uma das maiores pestes do gênero humano". (p. 264)

Mas o governo deve ser ocupado e exercido em função do conhecimento filosófico e científico. O cargo de Hoh é perpétuo "enquanto não se descobre outro mais sábio e melhor indicado para governar a república". (p. 248) Em

virtude da imensa sabedoria de Hoh, o erro é impossível. Também o poder exercido por oportunismo político é condenado. A autoridade política não deve se basear no conhecimento político prático, mas na ciência.

Se a comunidade está regulada pela razão e orientada pelo conhecimento científico, tudo se rege pela determinação mais adequada, pela prescrição mais apropriada do que se deve comer, vestir, pela regulamentação mais exata para o trabalho, lazer, para a sementeira, para as relações sexuais, etc. O objetivo é evitar o casual, o inesperado, o contingente.

Essa compulsão à prescrição impõe-se pelo controle das forças cegas da natureza, possível pelo domínio da ciência e da técnica e pela previsão. O próprio conhecimento astrológico significa uma antevisão do imprevisto, uma atitude determinista e racional. A autoridade política, em qualquer nível, não deve orientar o povo segundo a imposição do destino e do acaso, mas pela tendência das coisas que a astrologia ajuda a descobrir. Daí a importância da ciência e da técnica. De certa forma, Campanella também se coloca na perspectiva baconiana: saber é poder, a Cidade do Sol é rica em realizações técnicas e científicas: os solarianos “não cessam de elogiar a invenção da imprensa, da pólvora e da bússola... Saiba somente que eles já descobriram a arte de voar, a única que parece faltar ao mundo. Além disso, consideram próxima a descoberta de instrumentos óticos, com os quais serão descobertas novas estrelas, e de instrumentos acústicos tão perfeitos que com eles se chegará a executar a música dos céus”. (p. 268) A fim de dominar e aumentar cada vez mais os já excelentes conhecimentos e técnicas dos solarianos na agricultura, na agronomia, na navegação, na guerra, etc., os habitantes são contra o isolamento do saber: “procuramos, igualmente, para nossa república, fazer tesouro das observações da experiência e da ciência de toda a terra”. (p. 277)

2.2. Educação:

A educação, instrumento que deve levar à coesão e à unidade, também deve ser assunto do estado. Trousson

observa a importância que ela desempenha na utopia como meio político e social importante para “uniformizar as consciências”.

Na Cidade do Sol, “todos, sem distinção, são educados juntos em todas as artes”. (p. 247) A finalidade é a melhoria do povo através de um sistema de eugenia que se completa com a educação: “a principal causa dos males públicos reside na maneira errônea de considerar a geração e a educação, que devem ser religiosamente atribuídas à sabedoria do magistrado, como primeiros elementos da felicidade do povo”. (p. 252) Nesse sentido, a educação e a geração têm um fim público, pois os indivíduos não geram e nem são educados para si, mas para a república.

Nesse sistema, onde o indivíduo é formado em função da comunidade, é preciso introduzir mecanismos de estímulos ao progresso individual na formação. Dada a igualdade de todos, a recompensa aos melhores determina uma desigualdade perfeitamente aceitável, e que justifica, em última análise, uma hierarquia baseada na superioridade de alguns. Introduce-se, dessa forma, a “meritocracia”: todos são iguais, mas dado que alguns se destacam nos diversos setores da vida social, cabe-lhes o prêmio. Estabelece-se assim uma desigualdade pelo mérito. Campanella pode concluir, desse modo, que na sua república “tudo é ordenado segundo a lei da natureza e do mérito”. (p. 289) Em vários momentos da utopia esse recurso pedagógico é utilizado: “Com o tempo — diz Campanella — os que mais se distinguiram numa ciência, ou numa arte mecânica, são eleitos magistrados”. (p. 247) Durante a refeição a distinção também é recuperada: “Cada um recebe um guardanapo, um prato e uma porção de alimento... Todos os magistrados recebem uma porção um pouco maior e mais escolhida, da qual, durante a refeição, distribuem uma parte aos meninos que de manhã mais se distinguiram nas ciências ou nas armas. Esse favor é ambicionado como um dos mais preclaros”. (p. 249) As pessoas são individualizadas pelo mérito e pelos serviços que prestam à comunidade: recebem um cognome que as diferencia umas das outras, conforme os seus

feitos na arte, na ciência ou na guerra. Na Cidade do Sol “não se erigem estátuas em honra de ninguém, a não ser depois da morte. Quem, porém, descobrir novas artes, ou revelar segredos de grande utilidade, ou, ainda, fizer relevantes benefícios civis ou militares, obtém, mesmo em vida, a inscrição no livro dos heróis”. (p. 264)

2.3. Trabalho:

O trabalho é feito em comum num período de 4 horas por dia, e não deve produzir o supérfluo. Adota-se também um sistema de recompensas (maior estima) para a atividade produtiva. O trabalho, embora obrigatório e coletivamente organizado, não é visto como um castigo, mas como prazer e alegria.

Conforme observa Trousson, uma das características da cidade utópica é a contínua atividade que se manifesta no trabalho, no lazer, na educação, etc. O essencial é então manter os habitantes grupados e ocupados... a cidade utópica parece uma colméia em incessante atividade.²

Nas utopias do Renascimento surge esse caráter exato e mensurável do tempo de trabalho, o que indica uma preocupação de organizar e disciplinar a atividade laborativa. A medida do trabalho é igual para todos e fixada de cima para baixo. Campanella imaginava, tal como Morus, que somente uma organização racional do trabalho, voltado para a comunidade e não para o indivíduo, poderia eliminar a pobreza e instituir a sociedade rica de bens (mas não de dinheiro ou de ouro, desprezados tanto por Campanella como por Morus), com tempo* disponível para outras atividades.

2 THOUSSON, Raymond. *Voyages aux pays de nulle part*. 2.éd. Bruxelles, Ed. de l'Université de Bruxelles, 1979. p.24.

* É possível notar aqui a projeção de uma sociedade mercantil-capitalista nascente quanto à imposição de um tempo de trabalho quantificado; o que é estranho para uma economia utópica que recusa o uso do dinheiro como equivalente geral. Ora, um tempo de trabalho exato e mensurável só surge quando há trabalho abstrato, isto é, um trabalho qualitativamente único, genético, que o trabalho concreto exprime numa determinada medida, efetivada quando o produto do trabalho se transforma em mercadoria. Numa sociedade em que a jornada de trabalho produz valor de uso, a quantificação do tempo desse trabalho não é outra coisa senão o reflexo da racionalidade temporal capitalista. Assim, parece-nos que os utopistas da Renascença introduzem na sociedade ideal a noção de trabalho abstrato, um “mal” típico da nascente sociedade capitalista segundo Marx.

2.4. Religião:

Na sociedade teocrática de Campanella a religião se confunde com o estado. O que Campanella quer demonstrar é que os habitantes da **Cidade do Sol**, ao praticarem uma vida segundo o estado natural, não encontram conflitos com a revelação que desconhecem. Que é possível, enfim, conciliar lei natural e cristianismo, fé e razão.

Mas o que fica comprometido na utopia de Campanella, ao fundir a “Cidade de Deus” com a Cidade do Sol, é a possibilidade da transcendência. Admiti-la significa aceitar a dualidade, o sonho de um outro ideal, apontando, assim, para a incompletude da realidade utópica. Num universo perfeito, onde reina a ordem e o mal é excluído, uma religião que não se confundisse com o estado, que não fosse a própria expressão desse estado, seria o sinal do fracasso da utopia. Por isso, na Cidade do Sol, o chefe supremo é, além de sábio, conhecido também como o Metafísico. Este é propriamente o seu nome porque nele se esgota toda possibilidade de transcendência. O transcendente religioso dá lugar à iminência metafísica do social.

A utopia, diz Trousson, não sujeita o divino, mas o transforma... é a teoria da vida em sociedade que se torna a metafísica da utopia. Assim se concebe melhor, talvez, esta aparente tolerância em matéria religiosa... Deus se fez homem para que o social seja religioso.³

3. CONCLUSÕES

O que nos importa não é propriamente a descrição da Utopia de Campanella, mas ressaltar a metafísica presente no seu pensamento utópico. Na **Cidade do Sol**, a metafísica não é mero pano de fundo, mas se expressa concretamente nas instituições sociais e políticas da utopia. Os discursos utópicos, de modo mais ou menos evidente, operam no político o travestimento de uma metafísica subjacente. A **Cidade do Sol** é um exemplo de utopia em que as relações entre a me-

3 TROUSSON, p.xx.

tafísica e a política não estão escamoteadas, mas se apresentam claramente, sem nenhum artificialismo filosófico. Esses princípios metafísicos presentes na *Cidade do Sol* informam paradigmaticamente o discurso utópico de modo geral.

Em primeiro lugar, cabe assinalar a idéia de ordem. Em Campanella, ela é conatural à idéia da razão que enforma a sua obra utópica. O resultado é a apresentação de uma organização racional da sociedade em seus diversos níveis e instâncias,* não como tarefa que se objetiva num esforço crítico de demonstração racional, mas como mero resultado de uma apresentação (exibição) de uma outra ordem social eficaz — onde o arranjo do espaço geográfico, a distribuição arquitetônica da cidade é fundamental — em contraposição a uma realidade em total desarmonia.

A descrição utópica de Campanella, o desejo do melhor, vai na direção de uma sociedade baseada na razão, numa razão natural. Os solarianos são “orientados apenas pelas luzes naturais”.

A posse comum das mulheres é justificada apoiando-se no argumento de que isso não é contra o direito natural. Razão e natureza não se conflitam, pois a racionalidade coloca-se como organizadora das aptidões e inclinações naturais. A propriedade privada é uma instituição artificial que surge da cobiça dos homens, uma vez que por “direito natural todas as coisas são comuns”. (p. 281) Este estado natural também não contradiz a revelação, antes a corrobora: “apresentamos, pois, a nossa república — assinala Campanella — não como dada por Deus mas como descoberta filosófica e da razão humana para demonstrar que a verdade do Evangelho é conforme à natureza”. (p. 274)

Com efeito, uma organização racional da sociedade impõe-se por sua força persuasiva, pela clareza e concisão das leis, pela transparência das suas instituições, pelo funciona-

* Daí a sedução, demonstrada na *Cidade do Sol*, pela aplicação prática da ciência e pela eficiência da técnica. Sedução indicada na *Utopia* de T. Morus e claramente manifesta na *Nova Atlântida* de F. Bacon. Na perspectiva ética de Campanella, o apego à ciência e à técnica se dá em função do desprezo da realidade social vigente que, pelos seus vícios e ignorância, encontra-se em total desacordo com a razão e com a ordem.

mento harmônico das partes. Daí a convicção de que o vigor da evidência racional mostra, por si só, que um estado assim imaginado é o melhor possível. Só a cegueira espiritual impede de ver a exemplaridade da utopia. Essa visão moral do político, amparada pela idéia metafísica de ordem e de razão natural, é compatível com uma sociabilidade nascente que, baseada no individualismo dos agentes econômicos e dos estados nacionais burgueses, liquidava com a paz e a harmonia do mundo católico medieval. Não vendo incompatibilidade entre a fé e a razão, deseja instaurar uma nova unidade, um estado onde os ditames da razão, as verdades da fé e os impulsos naturais não se conflitam com uma monarquia universal e teocrática.

A cidade solariana é um grande ser coletivo fundada na idéia de ordem, unidade e igualdade, o que acaba determinando uma identidade entre o social e o político, a sociedade e o governo, o indivíduo e o estado. A utopia liquida com a dualidade. O disforme, a ruptura, o irregular, o dissidente são excluídos em benefício da integridade do corpo social. Cioran comenta que, ao banir o irracional e o irreparável, a utopia se opõe ainda à tragédia, paroxismo e quintessência da história. Numa sociedade perfeita, todo conflito cessaria; nela as vontades seriam estranguladas, apaziguadas ou miraculosamente tornadas convergentes; nela reinaria somente a unidade, sem o ingrediente do acaso ou da contradição. A utopia é uma mistura de racionalismo pueril e de angelismo secularizado.⁴

Essa ordem, essa totalidade igualitária exige a diferenciação, a desigualdade, a hierarquia, para que a sociedade possa funcionar como um todo. A utopia manifesta um desejo de perfeição, de estender a todos a felicidade a partir de um pressuposto antropológico que a filosofia política, principalmente a partir do Renascimento, cada vez mais tematiza: a identidade de uma natureza humana e a igualdade de todos os indivíduos. Cabe à astúcia do príncipe, ou à segurança concedida pelo Leviatã, ou a uma vontade geral que arrebanha a todos, resguardar aquela identidade e asse-

4 CIORAN, E.M. *Histoire et utopie*. Paris, Galimard, 1960. p.147.

gurar a felicidade de todos. Já a utopia vê, neste reino, a impossibilidade da felicidade. Imagina então uma outra maquinaria social — cujo funcionamento a nível utópico atesta, por si só, o seu valor e constitui fato probatório da sua plausibilidade — onde a felicidade é mero decurso do arranjo funcional das peças. Não há nenhum espanto se a gestão desse conjunto se dê do modo autoritário liquidando com a irracionalidade do político. Nessa ordem utópica, o indivíduo é regulado por um maquinismo técnico-administrativo que condiciona sua vontade individual em benefício do todo. As diferenças são eliminadas. O igualitarismo, na ficção utópica, serve de base para que o chefe supervisione com o seu olhar infinito os indivíduos, tornando-os transparentes uns aos outros.

A utopia supõe uma igualdade de natureza de todos os indivíduos. Essa igualdade se manifesta como originária e alcança todos os cidadãos, e se exprime numa identidade entre os homens que se realiza no **trabalho** (mesmo tempo de trabalho), na **riqueza** (igualdade só é possível se a propriedade for comum), na **educação** (igualdade torna-se real se a educação for assunto do coletivo), na **política** (poder tem que se destacar da sociedade dos cidadãos iguais), na **família** (para que ninguém seja desigual, ninguém deve se identificar como pai ou filho).

Dada essa antropologia da igualdade, é necessário desenvolver uma organização social, isto é, imaginar o melhor arranjo social possível dos indivíduos iguais, de tal sorte que a distribuição ideal desses indivíduos determine, necessariamente, a felicidade compatível com a desigualdade, pois ela é fruto da organização justa e adequada de cada indivíduo dentro do todo. Isto é, a igualdade é absolutamente vazia se os indivíduos não são postos em devidos lugares, pois cada um deve cumprir uma função. Ora, dada a boa disposição social — que implica necessariamente ordem e hierarquia — a igualdade se transmuta em desigualdade: a passagem da igualdade originária para uma necessária desigualdade. No conjunto, na unidade e na totalidade, as diferenças se articulam em benefício de todos.

Essa necessidade de identificação do indivíduo à sua própria essência é, na verdade, a identificação do indivíduo com o todo, com os outros indivíduos. A igualdade de todos é a realização da política da uniformidade. Disso decorre, em Campanella, que a causa do mal é a **singularidade** (fonte da multiplicidade) que se manifesta na **auto-estima** (que produz o orgulho), no **interesse pessoal** (que produz a cobiça e o egoísmo), na **propriedade privada** (que produz a pobreza), no **dinheiro** (que produz a avareza) na **família** (que produz uma identificação pessoal egoísta), na **sexualidade monogâmica** (que produz a exclusividade do parceiro e o sentido de posse), no **prazer** (que produz a auto-satisfação). Essas manifestações individuais devem ser eliminadas, pois conduzem à afirmação da individualidade, raiz da diferença. A metafísica que procura exorcizar o nada do ser, tem, em Campanella, a expressão legítima de quem quer eliminar o indivíduo do político.

O que é igual (a identidade, o ser) só pode se individualizar no todo e a partir dele, uma vez que é somente pelo funcionamento desse todo que a diversidade é dada. O exemplo é a sociedade das abelhas, elogiada por Campanella. Assim, a diversidade se afirma na comunidade assegurada por uma hierarquia. É a educação que, a partir de uma identidade originária, vai destacando os indivíduos mais aptos, mais capazes, diferenciando-os do conjunto, mas no exclusivo proveito deste, pois a diferenciação é uma necessidade para o todo. Nele, o indivíduo se nega para a afirmação da totalidade. Não tendo nada de próprio, ama o que é comum.

Com efeito, essa idéia de unidade (de plenitude do ser) depende da idéia de harmonia, de ordem, de hierarquia, onde a felicidade consiste na total ausência de contradições. A unidade exige a articulação harmoniosa das partes que não estão voltadas para si. Assim, o pé — imagem que Campanella utiliza — “ama” o corpo porque não se reduz a si mesmo, porque nesse caso seria pé amputado, isolado do corpo, voltado para si. O mundo é um mal porque a sociedade não funciona, porque ninguém está no seu devido lugar,* porque há muita liberdade pessoal e pouca ordem.

Na medida em que a realização do igual é a afirmação do todo, a organização do todo deve primar pela ordem, daí a contraposição na utopia dos dois mundos: um bom e um mau — como na metafísica de Campanella. Deve-se expulsar da utopia a causa da desordem. O segredo está em demonstrar que a ordem só é possível quando se instaura a diferença em proveito do conjunto. A idéia de uma hierarquia rígida e autoritária é decorrência necessária da harmonia do conjunto, a expressão natural do corpo social.

A mentalidade utópica apela para o transcendente imaginário na firme crença de que entre o além e o aqui, entre o melhor mundo possível e a realidade acanhada, existe uma relação. Transcender a situação histórica significa apontar para um lugar que não existe e para um tempo que ainda não aconteceu no pressuposto de que os dois reinos se confrontam: o reino do dever se julga por aquilo que não é; o outro, a realidade, no lamento da sua minoridade ontológica, oferece o seu ser e se envergonha daquilo que ele não é. A esse jogo, Hegel já qualificara como a dialética da má finitude. Mas é uma articulação marcada pela cisão. Nada mais absurdo para o pensamento utópico do que relativizar a própria utopia, isto é, finitizá-la, submetê-la à corrosão do tempo histórico. Tal como o ser parmenídico, a república utópica é imóvel, perfeita. Também é absurda para a utopia a absolutização do real, exceto sob a única forma possível de um além. Utopia e realidade são dois modos equívocos de ser: um é a completude, o outro a incompletude. Entretanto, o pensamento utópico tem um pé no país de parte alguma e outro no país concreto em que vive. Pretende construir uma sociedade eficaz em contraposição a uma ordem real em total desarranjo. Mas a realidade paradigmática é um absoluto que se nutre da negatividade do seu outro, o

* O platonismo de Campanella parece ser bastante pronunciado. Manifesta-se, em primeiro lugar, no ideal de um estado unitário. Também a idéia de justiça platônica, pela qual os cidadãos devem realizar aquilo para o qual foram destinados, cumprir determinadas funções sociais em harmonia com o todo, aparece em Campanella com a idéia de ordem. O Rei-Filósofo da República é substituído por Hoh, o chefe supremo, o soberano-metafísico da Cidade do Sol. Mas diferentemente de Platão, a utopia de Campanella tem na igualdade de natureza dos indivíduos o pressuposto para a reciprocidade social. A partir dela os indivíduos são distribuídos em devidos e justos lugares, não em função de uma individualidade prazerosa que, seguramente se mostrará corrosiva, mas em virtude do bem do conjunto societário.

que a torna, afinal, relativa à miséria do seu outro. Já o caos tornar-se-ia sensato e bom se não houvesse o seu outro que continuamente o expulsa da possibilidade do paraíso. Postular o outro significa colocar diante da finitude o seu retrato: o espelho da incompletude. Sem a possibilidade da mediação, do processo de finitização do utópico (negação do absoluto) e de utopização do finito (negação da finitude), a utopia permanece confortavelmente instalada no imaginário. Talvez este seja o seu segredo e sua sedução: tornar o desejo e a imaginação a única via de acesso ao além.

O mundo tal como ele é demonstra o fracasso. Mas a transformação do real para o ideal se dá apenas na adesão da vontade à simples apresentação do mundo utópico. Para o discurso utópico aquilo que existe não muda em função de um trabalho penoso e difícil de transformação concreta da sociedade, mas depende da luminosidade do telos e da força de atração do perfeito. As condições históricas concretas são abstraídas. Na verdade, não há interesse na transformação e nos seus processos mediadores, mas na mera formulação de uma lógica da boa organização possível pela demonstração da possibilidade do seu bom funcionamento. Essa demonstração é coerente, mas é uma coerência baseada mais na apresentação do funcionamento da utopia. A lógica da fantasia utópica não está na exequibilidade da quimera, mas no engendramento de um possível (luminoso) que engenhosamente se oferece à realidade que se mostra agora pequena, sórdida, em trevas. Na verdade, trata-se mais de **mostrar** do que de demonstrar. Paradoxalmente, a mostragem da maquinaria social ideal não incita o seu construtor à realização. O utopista não cria a fantasia utópica como fim que move à ação. Ele é antes um demiurgo que, tomando a matéria informe e caótica da sociedade, cria uma idealidade a partir da fantasia. O homem de ação é justamente aquele que opera no movimento do vir-a-ser. A ação não põe nada de definitivo. Ela é esse contínuo arranjo na radical finitude. O utopista não tem diante de si algo para “trabalhar”, pois o objetivo da sua ação esgotou-se na criação de uma totalidade que se apresenta agora acabada e perfeita. O material

dessa criação é, na verdade, a sociedade contemporânea, mas é necessário desarticulá-la, decompô-la em seus elementos simples, aprender a lógica do seu mau funcionamento para constatar ou declarar a causa do erro, do vício, da desordem, da miséria, da injustiça, pela simples montagem da boa organização que funciona sem nenhum *pathos*.

Na utopia, o desejo do melhor mundo possível é posto no *tópos*. Esse lugar inexistente é o *telos* da utopia que opera o deslocamento do *tópos* histórico para a imaginação. É preciso, então, na formulação idealista, que a realidade não seja o que ela é para que possamos fazê-la tal como ela deve ser. Esse sentimento de incompletude encontra na imaginação utópica o aplacamento da má consciência. Mas essa consciência apaziguada exige agora o contraponto da miséria do mundo real. Como diz Cioran, a miséria é efetivamente o grande auxiliar do utopista, a matéria sobre a qual ele trabalha, a substância da qual nutre seus pensamentos, a providência de suas obsessões.⁵

Dada essa duplicação do mundo, o compromisso do pensamento não é mais, como queria Hegel no Prefácio à *Filosofia do Direito*, apreender e compreender aquilo que é... pois aquilo que é, é a razão,⁶ mas apontar para aquilo que não é conforme o livre dispor da fantasia, concedendo, ao irracional, o valor da medida. Daí a censura hegeliana àqueles que, tributários da república utópica de Platão, projetam no além um “ideal vazio” e abandonam a realidade efetiva. É tão insensato pretender que uma filosofia — adverte Hegel —, qualquer que seja, possa saltar o mundo contemporâneo para ir ao além, como supor que um indivíduo possa saltar por cima do seu tempo, possa saltar por cima do rochedo de Rodes. Se uma teoria vai efetivamente ao além, se ela constrói um mundo tal como ele deve ser, este mundo sem dúvida existirá, mas apenas no seu pensamento, quer dizer, numa cera mole onde qualquer fantasia pode se imprimir.⁷

5 CIORAN, p.139.

6 HEGEL, G.W.F. *Principes de la philosophie du droit*. Paris, Vrin, 1975. Préface, p.57.

7 REGEL, p.57.

Finalmente, é preciso distinguir as utopias fantasiosas marcadas pela crítica moralista dos costumes da época e por um gosto do maravilhoso, cuja descrição ou exposição logo se torna autoritária, das utopias “teológicas” de um E. Bloch, por exemplo. O gênero utópico é amplo o suficiente para abrigar os diversos matizes do discurso utópico e as diversas espécies de utopias. Sem pretender agora traçar uma linha comum entre as diversas utopias — e certamente a metafísica da utopia de Campanella ajuda-nos a desvendar esse traço comum — destaco rapidamente a utopia heterodoxa do não menos marxista heterodoxo que é E. Bloch. Para o autor de **“Princípio Esperança”**, a questão do fim deve fazer parte de uma revolução autêntica. O telos é o coroamento de uma “consciência antecipadora”, que não se asila da realidade em busca de uma pátria idílica, mas que exerce uma força crítica e transformadora real: todo elemento antecipador é um componente da própria realidade.⁸ Bloch censura as utopias que “se volatizam nas alterações”, pois não oferecem nenhuma possibilidade de mediação que deve ser, segundo Bloch, o correlativo necessário da imaginação utópica. A esperança de que Bloch fala, é a “esperança materialista”, um “saber não contemplativo”, que se coloca no limite do processo histórico: ir além implica, afinal, arriscar um caminho que só a esperança pode indicar. É por isso que a filosofia da esperança bem compreendida se encontra por definição no *front* do processo do mundo, isto é, na borda mais avançada e ainda pouco estudada do ser da matéria em movimento e aberta para a utopia.⁹ Com efeito, a metafísica de Bloch é de outra natureza da de Campanella, e se aproxima mais a uma espécie de metafísica aristotélica, onde o impulso para o melhor (telos) está imanente à própria realidade e nela se realiza. Essa metafísica reconhece que a categoria do possível se transforma em um “fardo para a lógica” e, por isso mesmo, em desafio para aquilo que está tranquilamente adormecido e estagnado nas categorias rígidas da lógica. Se aquilo que é postula sua permanência, a utopia, enquanto “consciência antecipadora”, apresenta um histó-

8 BLOCH, E. *Le principe espérance*. Paris, Gallimard, 1976, v.1, p.239.

rico para o além do horizonte reificador do presente. Ela antecipa o “**ainda-não-sendo (noch-nicht-sein)**”. Associada ao princípio esperança (**Prinzip Hoffnung**), ela fornece à ação o desejo por um mundo melhor fundamentado numa utopia imanente-transcendente. Imanente porque decorre da história e depende de uma práxis. Transcendente porque ultrapassa a história e aponta para o “ainda-não-sendo”.

Mas como saber se esse desejo do melhor não é o canto da sereia que seduz o viajante a entrar na cidade utópica? Uma vez nela, a utopia torna-se eterna. A porta que se abriu para o viajante encantado se fecha definitivamente: o depois será sempre a repetição do igual. Pensar uma utopia da utopia é uma **contraditio in terminis**, é imaginar que o círculo possa ser mais círculo. A força da utopia está exatamente em pensar um termo para a história... e a sua aporia nisto: ou ela é ou ela não é.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. BLOCH, E. *La philosophie de la Renaissance*. Paris, Payot, 1972.
2. ———. *Le principe espérance*. Paris, Gallimard, 1976. v. 1.
3. CAMPANELLA, Tomaso. A cidade do sol. In: OS PENSADORES. São Paulo, Abril Cultural, 1973. v. 12.
4. CIORAN, E.M., *Histoire et utopie*. Paris, Gallimard, 1960.
5. FRAILE, Guillermo. *Historia de la filosofia*. Madrid, Ed. Católica, 1966. v. 3.
6. HEGEL, G.W.F. *Principes de la philosophie du droit*. Paris, Vrin, 1975.
7. MOREAU, Pierre François. *Le récit utopique; droit naturel et roman de l'état*. Paris, PUF, 1982.
8. NEUSUSS, A. *Utopia*. Barcelona, Barral, 1971.
9. SERVIER, Jean. *Histoire de l'utopie*. Paris, Galliamrd, 1982.
10. TROUSSON, Raymond. *Voyages aux pays de nulle part*. 2. éd. Bruxelles, Ed. de l'Université de Bruxelles, 1979.

PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM O TRABALHO LIVRE: CONTRATOS, CONFLITOS E LEIS

MARIA LÚCIA LAMOUNIER

Professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Campus de Araraquara.

RESUMO

A partir da análise dos conflitos, greves e rebeliões que permearam as primeiras experiências com o trabalho livre nas décadas de 50, 60 e 70, o presente texto busca enfatizar a inadequação, fissuras e vazamentos das legislações vigentes para a "locação de serviços", isto é, as leis de 1830 e 1837. Na atitude dos fazendeiros frente a um novo tipo de relação baseada no **contrato**, nos conflitos, greves e rebeliões que surgiram com a **experimentação** desse novo tipo de relação e nas alterações dos sistemas de trabalho (parceria, locação de serviços e outros) decorrentes de tais experiências conflituosas, conformava-se um novo espaço jurídico que seria mais tarde o condensado na lei de locação de serviços de 1879.

Em meados do século passado, a percepção de que a escravidão estava fadada a desaparecer induziu alguns fazendeiros mais previdentes, especialmente na Província de São Paulo, a buscar formas de trabalho alternativas ao trabalho escravo.

Neste momento privilegiado, onde modos diversos e possíveis de transformação se manifestavam, cristalizações de relações particulares de trabalho não se verificaram ao léu. Definidas por termos dos vários tipos de contratos de serviços então utilizados (parceria, locação de serviços, salá-

* Este texto corresponde a uma versão reduzida do cap. II de minha dissertação de mestrado "Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879", submetida ao Departamento de História da UNICAMP em março de 1986, sob a orientação do Prof. Dr. Michael M. Hall. A pesquisa contou com o apoio financeiro da FAPESP.

rios [tipo Nova-Louzã] e outros mistos), foram o resultado das experiências de conflito, da luta entre a atuação dos fazendeiros e ação e resistência dos trabalhadores.

O dinamismo destas primeiras experiências, os movimentos de greves e rebeliões, descontentamentos generalizados entre colonos, fazendeiros, governo, representantes estrangeiros e outros, suscitaram da parte dos envolvidos um vivo interesse por uma legislação adequada e eficiente, que providenciasse sobre os contratos de locação de serviços.¹ Tateando nas novas relações que se estabeleciam, os fazendeiros buscavam as condições de garantir suas expectativas de lucro e a recuperação em tempo previsto do capital investido. Como um meio de restringir os conflitos a limites e condições desejáveis, apelava-se para alterações nas disposições contratuais, demarcando mais explicitamente os termos dos contratos ou introduzindo um novo sistema de trabalho, e lançava-se mão de pormenorizados regulamentos internos às colônias, bem como de modificações nas disposições legais que regulamentavam e garantiam o cumprimento dos contratos de trabalho.

As tentativas de delimitação do espaço em que deviam se acomodar contratados e contratantes — formas e regras que demarcavam o campo de atuação dos agentes e mediação entre eles—, resultantes de relações de força entre os fazendeiros e seus trabalhadores, constituem o objeto de nosso presente estudo.

1. DOS PRIMEIROS CONTRATOS

A fundação da colônia Senador Vergueiro na fazenda de Ibicaba, em julho de 1847, inaugura um novo tipo de colonização que, por iniciativa particular, visava à fixação de colonos nas fazendas — a parceria.

1 Para escapar à confusão já denunciada nos documentos da época, adotaremos a seguinte diferenciação entre termos: o termo geral *locação de serviço* poderá englobar outros sistemas de trabalho, como por exemplo a parceria; e *locação de serviços propriamente dita* se refere ao regime particular de trabalho. E, também, *locador* (aquele que aluga seus serviços a outrem) e *locatário* (aquele que aluga os serviços de outrem); esta última diferenciação, diversa do convencionado atualmente, apesar de frequentemente questionada na época, foi a que prevaleceu nas discussões.

Os primeiros ensaios destas novas relações, estimulados pelas atividades da firma Vergueiro & Cia., prenunciavam um futuro bastante promissor. Em 1852, um relatório enviado a José Thomaz Nabuco de Araújo, na ocasião Presidente da Província de São Paulo, informava que os colonos alemães vindos de Hamburgo para a colônia Senador Vergueiro “vivem na abundância, tendo boas hortas, víveres bastantes, criações de aves e capados, e cada hum seu cavallo e huma vacca na estrebaria”.² Em 1853, ao abrir a Assembléia Legislativa Provincial, o Presidente da Província afirmaria que estava adotado em São Paulo quase exclusivamente o sistema de parceria entre o proprietário de terra e o colono.³ Por volta de 1855, foram localizados em trinta fazendas no interior de São Paulo cerca de 3.500 imigrantes⁴ de várias nacionalidades.

A experiência com o braço livre do imigrante europeu colocou os fazendeiros frente a uma situação inteiramente nova. Acostumados ao trabalho compulsório do escravo ou à forma de prestação de serviços peculiar do agregado, os proprietários das fazendas se viram então diante de uma nova figura: não mais o negro ou o familiar “brasileiro”, mas o europeu, parceiro e contratado. Mediava os agentes, agora, não um direito de propriedade ou as complexas relações de apadrinhamento, mas um contrato, por escrito, assinado de comum acordo e submetido às formalidades legais do país.

A firma Vergueiro & Cia. parece ter, inicialmente, oferecido outra modalidade de contrato aos imigrantes, a locação de serviços propriamente dita, além do sistema de parceria.⁵ Mas eles teriam feito a opção por esta última.

2 Relatório das Colônias. In: SÃO PAULO. Governo. 1852 (Araújo). *Discurso com que o Ill. Exmo. Sr. Dr. José Thomaz Nabuco de Araujo, Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.º de maio de 1852*. São Paulo, Typ. Antunes, 1852. p.15-6.

3 SÃO PAULO. Governo. 1853 (Silva). *Relatorio com que o Ill. Exmo. Sr. Dr. Josino do Nascimento Silva, Presidente da província de São Paulo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 16 fev. 1853*. São Paulo, Typ. Dous de Dezembro, 1853. p.10.

4 STOLCKE, Verena & HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café. *Revista Brasileira de História*, 6:84, 1983.

5 STOLCKE & HALL, p.83. Na locação de serviços propriamente dita, a remuneração dos trabalhadores baseava-se numa quantia fixa, ajustada anualmente, por quantidade de café colhido e entregue; na parceria, a remuneração baseava-se numa parcela do valor da produção. Ver “Contrato de locação de serviços”, in *Colônias*. Manuscritos, APESP, Ordem 7215, cx. 3 (1877-1879).

De acordo com os primeiros contratos, a Vergueiro & Cia. se obrigava a adiantar ao colono a soma necessária para o transporte de Hamburgo a Santos. Igualmente se obrigava a adiantar o importe das despesas feitas com sua subsistência e transporte a uma das colônias da Vergueiro & Cia.; e da mesma forma devia cuidar da manutenção do colono até o momento em que este pudesse sustentar-se pelo seu próprio trabalho. Ao chegar na fazenda, seria atribuída a cada pai de família uma porção de cafeeiros que ele pudesse cultivar, colher e beneficiar, e igualmente ser-lhe-ia facultado o plantio, em terras adequadas e em lugar designado, dos mantimentos necessários para o seu sustento. Vendido o café pela Casa Vergueiro & Cia., pertenceria a esta metade do produto líquido, e a outra metade ficaria com o colono. Quanto aos gêneros alimentares produzidos pelos colonos, a Vergueiro & Cia. teria direito à metade do excedente. Os colonos se obrigavam a conduzir-se pacificamente sem perturbar ou prejudicar seus vizinhos, respeitando os regulamentos estabelecidos na colônia. Deviam cultivar e colher adequadamente os cafeeiros recebidos, depositando o café colhido em lugar marcado no cafezal, onde o entregaria ao recebedor da fazenda. Os colonos se comprometiam também a concorrer em comum com o serviço correspondente à quantidade do café entregue para o trabalho que o mesmo exigisse até entrar no mercado. O montante da passagem, sustento e auxílios recebidos teriam vencimentos a juros legais de 6% ao ano, cobrados a partir de um ano no caso da dívida com transportes e gêneros fornecidos, e a partir de dois anos para as despesas com as passagens; para amortização desta dívida, o colono deveria aplicar pelo menos metade dos seus lucros anuais. O contratado só poderia desonerar-se destas obrigações se pagasse o que estivesse devendo à firma Vergueiro & Cia., participando com seis meses de antecedência sua intenção de retirar-se (prescrevia multa para o não cumprimento desta cláusula). Quaisquer dúvidas entre os contratantes seriam decididas por árbitros perante uma au-

toridade competente no país, sem formalidades nem recursos de apelação.⁶

Estes primeiros contratos nos termos assim explicitados não teriam vigência, no entanto, por muito tempo.

A maior parte das colônias foi fundada entre 1852-1854 com colonos importados em número crescente pela firma Vergueiro & Cia. Estimulados pelos resultados vantajosos obtidos na fazenda de Ibicaba e com a cessação da importação de escravos africanos em 1850, vários fazendeiros da Província de São Paulo se dirigiam à firma Vergueiro & Cia. a fim de conseguir colonos por seu intermédio. Logo que obteve o apoio necessário, procedente da administração provincial, a Casa Vergueiro iniciou suas atividades como importadora de colonos e não tardou a dar mostras de seu êxito em tal empreendimento: o contrato celebrado com o governo provincial em 1852, pelo qual a sobredita firma se comprometia a introduzir no espaço de três anos 1.500 colonos, fora cumprido integralmente, comunicava Vergueiro em 31 de julho de 1854.⁷

Este novo caráter adquirido pela firma Vergueiro em suas transações, com a importação de colonos estrangeiros, imprimiria uma nova fase aos termos do sistema de parceria adotado. Várias alterações foram feitas nos termos dos contratos primitivos, de 1847, que passaram a oferecer aos futuros colonos a partir de então sérias desvantagens.⁸ Dada a dificuldade em regulamentar o trabalho comum exigido para a entrada do café no mercado, ficou combinado que esta atividade seria feita pelo proprietário, que para tal voltou a empregar o escravo. O colono, ao ser dispensado desta tarefa, obrigava-se a pagar por ela uma taxa de 400 réis por arroba. O contrato atual especificava também, como obrigação do colono, que as falhas ocorridas na parte do cafezal

6 Informações a partir de "Contracto de parceria celebrado entre Vergueiro & Cia. e os abaixo assignados, por intermédio do Sr. Dr. F. Schmidt, em Hamburgo, em nome da referida sociedade". Anexo. In: DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, Martins, 1951, p.233-7; TSCHUDI, J.J. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Martins, 1953, p.137.

7 Costa, Emília Viotti da. *Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências*. In: ———. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1977, p.156 e 161. TSCHUDI, p.137. Vergueiro comenta as dificuldades da Vergueiro & Cia. em conseguir auxílio do Governo Imperial em seu relatório enviado ao Presidente da Província em 1852. SÃO PAULO, Governo. 1852 (Araújo), p.13.

8 TSCHUDI, p.135. DAVATZ, p.72.

a seu cargo deveriam ser replantadas; e, no artigo seguinte, alterava a data de início da cobrança dos juros, que passaram a ser computados a partir do dia em que os contratados recebiam os adiantamentos. Era permitido ao colono, pelo contrato antigo, retirar-se do compromisso depois de satisfazer à Vergueiro & Cia. o que estivesse devendo, participando-lhe o seu desejo com mais de seis meses de antecedência; o novo contrato estendia por um ano o período de aviso. Além disto, ficava reservado à firma o direito de transferir o contrato para qualquer outro fazendeiro desde que o colono contratado não tivesse nenhum motivo “justo” ou “fundado” para recusar esta transferência. E ainda, agora num artigo suplementar, salientava-se a cláusula pela qual cada família ficava **solidariamente** responsável pelas dívidas contraídas. Os novos contratos passam a definir também o prazo de cinco anos para a sua resolução, tempo considerado o necessário para que o colono conseguisse repor os adiantamentos feitos. A firma se julgava ainda no direito de cobrar uma taxa de comissão pelo colono importado.⁹

2. DOS CONTRATOS E CONFLITOS

As disposições dos contratos efetivados pelos outros fazendeiros não diferiam, em suas linhas gerais, das normas constantes dos contratos da Casa Vergueiro. Essa firma, que se comprometia a “procurar realizar os contratos que lhe fossem apresentados sob os diversos sistemas, não tomando único o de Parceria”,¹⁰ havia com o êxito de sua experiência pioneira cativado a preferência dos lavradores pelo sistema.

Mesmo aqueles que contratavam diretamente os colonos na Europa seguiam as disposições gerais da Casa Vergueiro. É o caso do Senador Francisco Antônio de Souza Queiroz, cujas fazendas, segundo opinião da época, ultrapassavam em “ordem, administração e fama” as colônias do próprio Vergueiro. De acordo com o inquérito realizado pelo Desembargador Valdetaro sobre as colônias de parceria, as três colônias do Senador Queiroz possuíam 136 famílias, compos-

9 Contrato. DAVATZ, p.233-7.

10 COSTA, p.157.

tas por brasileiros (55), alemães (72) e suíços e portugueses.¹¹ Num contrato feito em Hamburgo em 1852, Souza Queiroz tomou em consideração várias das disposições dos contratos da Vergueiro & Cia., todavia introduzindo modificações que a “prática” havia aconselhado. Findo o tempo de contrato, que aparecia especificado pelo período de cinco anos e era passível de prorrogação, o contratante se obrigava a aforar ou arrendar o terreno necessário para que o colono se estabelecesse na mesma fazenda ou em outra que possuísse. O colono deveria entregar o café colhido depois de seco ao recebedor da fazenda, do qual recebia uma nota como comprovante. O prazo para o pagamento da quantia adiantada, em dinheiro ou em gêneros, ficava estipulado por 4 anos, a partir do que começariam a vencer os juros da lei. Estas mesmas disposições e condições estabelecidas para a cultura do café valiam para outras como a do chá, cana-de-açúcar, algodão, etc. Acrescentava ainda entre as obrigações do colono que ele devia “concorrer em comum para a limpeza e reparo dos regos que conduziavam água para o engenho de café”.¹²

Outrossim o fazendeiro Joaquim Bonifácio do Amaral julgaria introduzir uma cláusula pela qual os colonos se obrigavam a conservar os cafezais sempre limpos, “carpindo-os pelo menos cinco vezes se mais não fosse preciso, durante os dois primeiros anos”. Esta alteração se verificava nos contratos de colonos que vinham transferidos de Francisco Antonio de Souza Queiroz.¹³

Ora, todas estas alterações nos textos dos contratos não desviavam fundamentalmente o sistema da parceria dos moldes daquele inaugurado por Vergueiro. Todavia, pensamos, tantas modificações foram ditadas pela “prática” de tantos outros descontentamentos e conflitos — quer da parte dos colonos, quer da parte dos fazendeiros. O espaço definido nos termos dos contratos era o lugar privilegiado de atuação dos agentes. Era aí que se defrontavam colonos e fazendei-

11 De acordo com mapa baseado nas colônias visitadas pelo Desembargador Valdetaro em 1857. HOLANDA, S.Buarque. Prefácio. In: DAVATZ, p.28-9. Vergueiro possuía na mesma época, em Angélica e Ibicaba, 210 famílias.

12 Contrato. Anexo em COSTA, p.175-7.

13 Cf. COSTA, p.159.

ros. Numa situação de conflito, as “lacunas”, a “vagueza” e os “defeitos” nos termos dos contratos se manifestavam. E a experiência deste mesmo conflito levaria a preveni-lo numa outra situação, no caso abarcando pelas normas do contrato os pontos de divergência.

Daí, talvez, poder-se-ia explicar a minuciosidade de muitas das cláusulas, à medida que novos contratos iam se efetivando, como uma tentativa de demarcação cada vez mais explícita dos limites em que deviam se acomodar contratados e contratantes. Como uma malha fina em cujo trançar, entrelaçar, vê-se diminuída a distância entre um e outro nó, e também nesse ato outros nós são construídos — teia, em nosso caso, que conforma e expressa as relações de força entre os agentes em questão. Tal fato se torna particularmente interessante se atentarmos para os pormenores a que se entregavam as cláusulas do contrato do Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral e seus colonos, na fazenda Sete Quedas, datado de 1846. Seria válido transcrever algumas destas cláusulas.

Vejamos inicialmente as obrigações do Comendador:

“Art. 4.º § 4.º — A fornecer-lhes gratis durante o contracto casa para si e pasto para seus animais, que não excederão de uma vaca e seu cavallo e serão conservados metade do tempo em estrebarias”.

Quanto às obrigações dos colonos:

“Art. 5.º § 2.º — A cultivar convenientemente a parte do cafezal a seu cargo, e bem assim colher seus fructos somente os que forem encontrados sêcos e maduros, livres de terra, folhas ou outros quaesquer corpos estranhos, depositando-os no lugar marcado no cafesal, onde o entregarão por medida... ao recebedor da fazenda. Todo o café verde que cair casualmente no acto da colheita será entregue em separado sem medir e sem preço”.¹⁴

Ora, quando Von Tschudi, como ministro plenipotenciário no Brasil nomeado pela Confederação Helvética, visi-

¹⁴ Contracto entre o Comendador Joaquim Bonifacio do Amaral e os colonos da sua fazenda de Sete Quedas, no município de Campinas. 186(4). Manuscritos, BN.II-35, 21,56n4. (grifos nossos).

tou as colônias de parceria em São Paulo em 1860, não deixou de prestar elogios à colônia da fazenda de Sete Quedas. Enfatizava, na época, que todas as famílias provenientes do Holstein já estavam livres dos compromissos e que se apresentavam tão satisfeitas com as condições da colônia que haviam renovado seus contratos de parceria. “Sete Quedas é a mais evidente prova de grande vantagem que o sistema de parceria oferece aos colonos”, diria o cônsul. Contudo, o proprietário, o Sr. Joaquim Bonifácio do Amaral, continuava Tschudi, “não se mostrava tão satisfeito com seus lavradores do Holstein, assegurando-me que muita paciência e indulgência eram precisas para tratar com essa gente. Quanto mais economizavam, **tanto mais exigentes se mostravam**, a ponto de se recusarem a construir cercados para as próprias pastagens, **só o fazendo mediante indenização**. Embora satisfeito com o resultado obtido com o sistema, não se animava a prolongar a experiência, pois estava farto e se recusava a receber novos colonos”.¹⁵

Dessa forma é inteiramente possível julgar que vários dos pontos incorporados pelo Comendador em contratos posteriores (como o de 1864, já visto aqui) tenham constituído pontos de dúvida ou de conflito no passado, quer em sua experiência em Sete Quedas ou na experiência de outros lavradores em outros sítios. Pequenas modificações de uma e outra cláusula que se faziam aqui e ali, no mesmo modo que alterações mais profundas no sistema adotado tinham o seu fundamento na experiência mesma do exercício do contrato. Constituíam uma seleção muito particular da “experiência” de relações de conflito e de tensão, de modo a eliminar as divergências e restringir o conflito a limites e condições desejáveis. Pode-se julgar também que a origem e conteúdo de tantas alterações estavam exatamente nos conteúdos das reivindicações e queixas de uma e outra parte: os contratos tentando “engolir” para o seu espaço as imposições de uns e resistências de outros.

Para analisar este ponto mais detidamente, passamos a enfocar agora o conteúdo das várias greves, revoltas, re-

15 TSCHUDI. p.168 (grifo nosso).

beliões e outros momentos de tensão que foram freqüentes nestes primeiros anos de experiência com o trabalho livre.

Já em 1853 o Relatório do Presidente da Província de São Paulo acusava desentendimentos entre o cidadão Luiz Antônio de Souza Barros e seus colonos: doze famílias de ilhéus do Fayal foram despedidas por serem de “péssimo procedimento”.¹⁶ No ano seguinte, o mesmo Presidente assim relataria o acontecido: “Entendendo o Director da colonia de S. Lourenço, fundada na fazenda do cidadão Luiz Antonio de Souza Barros, de acordo com este, que era conveniente adoptar nella certas medidas policiaes, foi este procedimento mal interpretado pelos colonos, obstinando-se em não observa-las. Dahi nascerão desintelligencias, que forão pouco a pouco tomando character desagradavel, e degenerarão em uma completa revolta contra o Director da colonia, e o proprietario da fazenda. A autoridade publica interveio a tempo de prevenir a perpetração de crimes; os colonos promptamente se aquietarão, tudo voltou ao estado normal, não havendo até agora receio de nova tentativa de revolta”.¹⁷

O proprietário da fazenda Morro Azul, Joaquim Franco de Camargo, com 204 trabalhadores, despedia em dezembro de 1855 14 famílias por “vadiagem”, “roubo” e “por ser intrigante”, enquanto na mesma época anunciava que outras oito famílias haviam partido sem sua permissão. Na fazenda de Francisco Gomes Botão, 30 dos 40 trabalhadores haviam desaparecido depois de um ano de perturbações. Benedito Antonio de Camargo perdeu 34 dos seus 253 trabalhadores e, por sua vez, queixava-se de que as famílias que haviam ficado “**não cumpriam com as obrigações dos contratos, desentendiam-se freqüentemente entre si e furtavam**”.¹⁸

Contudo, o período de maior agitação ainda estava por vir — os anos de 1856 e 1857.

A primeira manifestação de maior relevância teve lugar em meados de 1856, quando um grupo de trabalhadores suí-

16 SÃO PAULO. Governo. 1853 (Silva), p.11.

17 SÃO PAULO. Governo. 1854 (Silva). Relatório com que o Ill. Sr. Dr. Josino do Nascimento Silva, presidente da Província de São Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 16 fev. 1854. São Paulo, Typ. Dous de Dezembro, 1854. p.15.

18 DEAN, Warren. Rio Claro; um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.103.

ços insurgiu-se na fazenda Nova Olinda, perto de Ubatuba. A ocorrência, que provocou a intervenção do cônsul suíço na colônia, revelava já alguns pontos fundamentais de conflitos entre colono e fazendeiro: qualidades das terras de cultivo de subsistência, cumprimento do contrato, moradia, etc.¹⁹

Logo a seguir, em dezembro do mesmo ano, começava um movimento de protesto dos trabalhadores suíços e alemães radicados na fazenda modelo de Ibicaba. Tal evento chegou a movimentar as pacatas vilas da região e a mobilizar as tropas imperiais e provinciais. O motivo imediato para a revolta parece ter sido a esperança frustrada dos trabalhadores, que julgaram poder liquidar grande parte de suas dívidas com os resultados da safra de 1856. A administração previra preços altos para o café nessa ocasião; e no entanto, quando as contas foram apresentadas, os resultados ficaram muito abaixo das expectativas. A comissão indicada pelos colonos para vistoriar as contas só pôde olhar rapidamente o Livro Mestre e não recebeu para exame nenhum comprovante de vendas. Quando um colono reclamou que o café tinha melhor preço em Santos do que o declarado pela administração e exigiu que lhe mostrassem os recibos, foi demitido na hora.²⁰

Esta situação deixou os colonos indignados e sobremaneira desconfiados. Encontrando no mestre-escola Thomaz Davatz um porta-voz inteligente e capaz de expor de forma clara (apesar de não falar o português) as reivindicações dos colonos, estes passam a exigir uma investigação oficial a respeito das obrigações contratuais. Pretendiam “unicamente uma sindicância imparcial e justa sobre toda a situação a fim de que fique provado se a casa Vergueiro cumpriu os seus deveres para com o governo e para com os colonos, se deu ou não motivos para as queixas destes últimos. Se ficar demonstrado que as queixas têm razão de ser, então eles saberão prosseguir no caminho legal. Em caso contrário calar-se-ão”,²¹ diria Davatz, em nome dos colonos, à família

19 TSCHUDI, p.141. STOLCKE & HALL, p.86.

20 DEAN, p.104.

21 DAVATZ, p.169.

Vergueiro. E durante as sindicâncias, apresentaram uma relação de queixas contra o que eles consideravam graves irregularidades no cumprimento dos contratos. Como veremos, em alguns pontos estas reclamações acabavam questionando disposições do contrato em si; contudo não questionavam os termos fundamentais do sistema de parceria.

A agitação não ultrapassou os limites da fazenda, mas não deixou de suscitar apreensão entre os fazendeiros, que ponderavam as possíveis ligações dos líderes de Ibicaba com outros trabalhadores livres das fazendas vizinhas. Ainda por cima, havia o perigo de que os escravos resolvessem seguir-lhes o exemplo. E como outrora haviam feito com o acontecido em Ubatuba, atribuíam tais sucessos a conspirações subversivas e comunistas — o próprio Davatz é acusado de ligações estranhas com um “revolucionário” Oswald.²²

Na relação de queixas, redigida por Davatz, os colonos protestavam, entre outras, contra a taxa de câmbio desfavorável utilizada na conversão do valor dos empréstimos iniciais para a viagem, contra a comissão pela importação do colono que era debitada na conta do próprio, contra as condições precárias de moradia, a cobrança das despesas de transporte de Santos até a fazenda (não prevista no contrato), as terras ruins para o plantio dos mantimentos, os cálculos dos ganhos com o café produzido, a comissão pela venda do café que também não estava incluída no contrato; além disso, denunciavam que os preços dos gêneros fornecidos na fazenda eram mais caros que em outros lugares, e reclamavam ainda de outras taxas e multas que também não constavam dos contratos.²³

Ora, como podemos notar, os colonos não só exigiam o cumprimento dos termos definidos pelos contratos, como também denunciavam, com suas queixas, as “indefinições” e “lacunas” dos mesmos. O artigo 3.º do contrato da Vergueiro & Cia. dizia: “Logo que tenha chegado ao porto de Santos o sobredito colono deverá por-se à disposição de Vergueiro

22 STOLKE & HALL, p.87. DAVATZ, p.168-9.

23 Relação das queixas dos colonos. Anexo em DAVATZ, p.249-55.

& Cia., que cuidará de acolhel-o, agasalhal-o e conduzil-o ao seu lugar de destino". De fato não fica "claro" a quem caberiam as despesas do transporte de Santos até Ibicaba. Talvez o artigo 4.º § 2.º do mesmo contrato desse uma indicação: a Cia. Vergueiro obrigava-se "a fornecer a cada um dos referidos colonos à sua chegada, o importe das despesas feitas com sua subsistência e **transporte a uma das colônias da Vergueiro & Cia.**, além daquillo..."²⁴ No entanto, os gastos com o transporte no trecho Santos-Ibicaba recaíam sobre os próprios colonos — daí os protestos. De acordo com Dean, o transporte de malas ou pessoas em carroças podia custar até a metade da viagem por mar: "Como os europeus não tinham experiência de tarifas terrestres tão exorbitantes, até certo ponto era maldoso por parte dos agentes não avisar aos imigrantes nem aconselhá-los a diminuir suas bagagens".²⁵

Igualmente a taxa de comissão, "por cabeça", que fora autorizada pelo governo provincial não figurava no contrato. Entretanto, segundo um funcionário da Repartição Geral das Terras Públicas, "devia estar entendido que seria esta paga pelos fazendeiros, e não carregada aos colonos".²⁶ Realmente não parecia estar "bem entendido", pois os endividados colonos, já havia algum tempo, vinham arcando com mais esta despesa. Ao que parece, a firma Vergueiro cobrava também a taxa dos que haviam morrido durante a viagem.²⁷ Embora não chegasse ao seu destino, o morto constava nominalmente no contrato "solidário" — como vimos, os colonos garantiam solidariamente as despesas feitas pela Cia. Da mesma forma, os contratos não esclareciam bem a maneira de calcular os ganhos dos trabalhadores; tampouco falavam sobre a comissão pela venda do café ou o transporte do produto até Santos, que também eram debitados dos ganhos dos colonos.

24 Contracto... Anexo em DAVATZ, p.234 (grifo nosso).

25 DEAN, p.100.

26 "Informação e parecer da Repartição Geral das Terras Públicas sobre o Relatório do Enviado Extraordinário da Confederação Helvetica relativamente as colonias de parceria de S.Paulo, em 11 de janeiro de 1861. Anexo em BRASIL, Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Relatório 1861. Rio de Janeiro, Typ. Laemmert, 1861. p.2 (grifo nosso).

27 TSCHUDI, p.141.

Para além das reclamações de Ibicaba, havia no contrato outras cláusulas que também davam margem a um sem-número de queixas. O § 7 do artigo 5.º rezava que os colonos teriam de respeitar os regulamentos internos estabelecidos na colônia. Porém, não lhes era dado conhecer a natureza dos regulamentos quando da assinatura dos contratos na Europa.²⁸ Estes regulamentos continham disposições minuciosas, onde fortes multas por infrações eram estipuladas. Por fim, não se pode deixar de ressaltar ainda o artigo 10.º que, por sua vez, não figurava nos contratos primitivos de Vergueiro e que autorizava a firma Vergueiro & Cia. a transferir o contrato a qualquer fazendeiro, desde que o colono não tivesse motivo justo e fundado para recusar esta transferência. Quanto a este tópico, na época, o olho observador de Tschudi não deixaria passar: “A restrição do artigo não passa de mero embuste, pois, como pode um estrangeiro ter ‘razões justas e fundamentadas’ para negar-se a trabalhar para uma pessoa que nunca viu?”²⁹ Valeria ainda ajuntar à questão de Tschudi uma outra: o que calharia nos termos “razões justas e fundamentadas?”

Vejamos um outro caso em que as queixas também redundaram em inquérito: a fazenda São Lourenço, do Comendador Luiz Antonio de Souza Barros, situada no termo de Piracicaba. Quando Tschudi, em 1860, visitou a fazenda, nela habitavam 92 famílias de colonos em parceria e era uma das “maiores do distrito cafeeiro da Província e uma das mais bem organizadas”. Segundo o cônsul, “as condições na fazenda São Lourenço são tais, que um colono ativo, que não tenha sofrido graves reveses, pode libertar-se em poucos anos dos compromissos financeiros. O fazendeiro é homem extremamente condescendente. A administração é cuidadosa e exata, e os contratos são cumpridos à risca. Os preços pagos pelas colheitas são de acordo com a cotação do dia; os juros cobrados são menores do que em outras fazendas, sendo que sobre terras ou mantimentos nenhum juro é cobrado, bem

28 TSCHUDI, p.141. Mémoire présenté à Son Excellence Monsieur le Sénateur João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, Ministre des Affaires Étrangères, par Monsieur J.J. de Tschudi, envoyé extraordinaire de la Confédération Suisse près S.M.L'Empereur du Brésil. Anexo em BRASIL. Ministério da Agricultura..., p.8.

29 TSCHUDI, p.140.

como sobre adiantamentos concedidos. As terras de cultura são boas e os cafezais estão em ótimo estado de conservação e produção (...)”³⁰

Dez anos depois, por volta dos anos 70, suspeitamos que o Comendador não pudesse mais se mostrar tão otimista. A alteração do regime de parceria para o de locação de serviços em 1867 não reduziu a torrente de reclamações que abatia sobre ele, pelo contrário, era esse o alvo predileto das queixas.³¹ No relatório da comissão encarregada, em 1873, de examinar as colônias Martyrios e São Lourenço — ambas propriedades de Souza Barros —, chega-se a afirmar que existia “entre os alemães residentes em Piracicaba uma opinião desfavorável ao proprietário da colônia, a quem atribuem até vexames e extorsões aos colonos”. Tal opinião, segundo o relator, ter-se-ia formado devido a uma falta de colheita em dois anos sucessivos, que teria provocado grandes descontentamentos entre os colonos e o atraso dos seus débitos. Porém — continuava o relator — quanto à mencionada falta de colheitas, o proprietário era isento e, quanto ao atraso das contas, isto era lá com os colonos, já que “elles em sua maior parte cuidam em vender os gêneros que plantam, de preferência a tratarem dos cafezaes, porque do producto da venda nada tem que dar ao proprietário da colônia”; e como na coluna de crédito das contas dos colonos só figuravam as colheitas de café e raros serviços prestados à lavoura, o atraso das contas devia se mostrar mais agudo.³²

Esqueçamos por instantes os “esclarecimentos” do relator e fixemos as queixas que são apresentadas pelos chefes

30 TSCHUDI, p.183-4.

31 Segundo Sallum Jr. o novo sistema de contratação oferecia a vantagem de proteger os trabalhadores das eventuais quedas do preço de café além da de se evitar a longa espera pelo pagamento que, no sistema de parceria, ocorria entre a colheita e a comercialização do produto. Entretanto, segundo o autor, o novo tipo de contrato tornava a remuneração dos trabalhadores independentemente também das altas de preço de café e de todas as reduções de custo que ocorressem nas operações de beneficiamento, transporte e comercialização. “Como, de fato, o que ocorreu foi os preços do café terem aumentado com o correr do tempo e os custos, especialmente os de beneficiamento e transporte, terem diminuído (...) os contratos de parceria eram muito mais convenientes aos trabalhadores que aos proprietários”. SALLUM JUNIOR, *Brasilio. Capitalismo e Cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930*. São Paulo, Duas Cidades, 1982, p. 81-2.

32 COMISSÃO ENCARREGADA DE EXAMINAR AS COLONIAS MARTYRIOS E S. LOURENÇO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Relatório. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1874. p.9-10.

das famílias dos colonos de S. Lourenço. As reclamações eram feitas individualmente, mas, para além daquelas particulares a cada caso, existiam outras que eram francamente recorrentes. São elas: 1) ter sido contratado em Hamburgo para tratar de café em São Lourenço e no entanto ter sido remetido para a colônia São Luiz a tratar de algodão, do que não tirava proveito; 2) não ter direito a licença para trabalhar fora; 3) ser proibido de plantar mantimentos entre os cafezais; 4) pagar um preço excessivo e receber gêneros de má qualidade nos armazéns da fazenda; 5) pagar multas injustas por não acatar o regulamento da colônia; 6) ter sido obrigado a substituir o contrato de parceria por outro de locação de serviços, e outras reclamações que diziam respeito ao aluguel das casas, às condições precárias das habitações, escola etc. Em todos estes casos os colonos se restringiam aos termos dos contratos.

Quando a queixa se referia a um tema que não constava do contrato, o colono se via à mercê da “boa vontade” do administrador ou do proprietário. É o caso do colono André Herrling, que fez, entre outras, esta queixa: “não se lhe levar em conta a carpição que está fazendo nos cafezaes, cujos fructos não terá de colher, visto que está à espera que decorrem os seis mezes de aviso prévio para sahir da colônia”. Ao final do depoimento, o relator observou que sobre esta queixa “declarou-nos o administrador que, concluídas as cinco carpições annuaes dos cafezaes, querendo o colono retirar-se póde, ou receber 10\$000 pela carpição de cada milha de pés de café, ou colher o café nos termos do seu contracto; esta hipóthèse porém não está prevista nem no contracto, nem no regulamento da colonia, por isso a sua resolução depende da **boa vontade do administrador ou proprietário**”.³³ Ou então este outro caso do colono Sebastião Kai-ber que também se queixou, entre outras coisas, de “ser irregular o pagamento do aluguel da casa, quando no contracto não se falla delle”. Ao que o relator ponderava que “é certo que no contracto se não falla de aluguel de casa, também é certo que não ha obrigação do proprietário dar casa

33 COMISSÃO ENCARREGADA DE EXAMINAR..., p.15 (grifo nosso).

gratuita aos colonos”.³⁴ O mesmo caso se daria com outros colonos e em outras situações em São Lourenço.

É curioso perceber, em algumas situações, a confusão que os colonos faziam entre as cláusulas que constavam dos contratos que assinaram inicialmente e as especificações constantes dos regulamentos internos das colônias. Muitas vezes quando reclamavam de que não havia “tal” cláusula no contrato, esta sua queixa, dizia-se, era improcedente pois “tal” cláusula constava do regulamento interno da colônia, ou vice-versa. Dessa maneira, os regulamentos internos constituíam mais um artifício para suprir as “lacunas” dos contratos, e havia casos em que, formulados pormenorizada-mente, substituíam os próprios contratos de serviço.

Um exemplo cabal é o de João Elisario de Carvalho Monte-Negro com as suas colônias de Nova-Louzã e Nova Colômbia. Estas colônias eram constituídas basicamente por portugueses, e o sistema aí adotado para a retribuição do serviço era o de salário mensal (conhecido como o “tipo Nova-Louzã”). “O unico systema que deixa de produzir descontentamentos nos colonos, causar ou dar azo à queixas e até a sérios motins como tem sido exemplo vivo algumas colônias d’esta bella provincia”, diria o seu idealizador, Monte-Negro.³⁵ O trabalho era dirigido por um empregado superior e os colonos tinham casa, comida em comum, roupa lavada e consertada, médico e botica; e o terreno era gratuito para fazerem suas roças e plantações em “dias santificados”. Ora, dizia Monte-Negro, com a Lei do Ventre Livre o país havia entrado na “transição” — “o systema de parceria está condenado; o de empreitada é apenas em parte admissivel; o unico que póde substituir e auxiliar a lavoura do paiz é o de salario”.³⁶

A vida diária dos colonos era regida por um regulamento administrativo e policial, o qual todos os moradores do estabelecimento eram obrigados a observar e respeitar. Todas as infrações ou questões suscitadas entre os empregados

34 COMISSÃO ENCARREGADA DE EXAMINAR... p.53.

35 MONTE-NEGRO, João Elisario de Carvalho. *Opúsculo sobre a colonia Nova-Louzã*. Campinas, Gazeta de Campinas, 1872. p.2.

36 MONTE-NEGRO, *Opúsculo*..., p.14-5.

da colônia eram ventiladas e decididas na assembléia ou congregação dos empregados da casa, da qual faziam parte todos os moradores maiores (homens acima de 18 anos, mulheres acima de 16 anos) e tinha por presidente “nato” o proprietário da fazenda. Todas as deliberações da Assembléia seriam tomadas a partir de votação em escrutínio secreto, mas o presidente tinha o direito de admoestar ou despedir qualquer empregado, conforme entendesse ser mais conveniente à boa “ordem” e “moralidade” do estabelecimento. Eram marcados os sinais para levantar, para o café em comum, para as refeições, para se recolherem; estes horários variavam segundo as estações do ano. Fixavam-se salários diferenciados para homens, mulheres, mulheres que estivessem amamentando, menores, seguindo-se uma cronologia por tempo de serviço. O empregado que se conservasse no estabelecimento pelo espaço de seis anos receberia como prêmio uma viagem de Santos a Lisboa ou a importância correspondente. Dizia-se também da limpeza e ordem dos quartos, feita por rodizio, e cada quartel, onde residiam três ou mais indivíduos, teria um inspetor. No que era expressamente proibido figuravam quinze minuciosos artigos e ao lado destes as multas correspondentes: fazer barulho, ameaças, dar pancadas em qualquer pessoa dentro da fazenda, proferir palavras indecentes durante as refeições, servir-se de roupa alheia, furtar frutas ou legumes, sair sem consentimento, etc. Dar pancadas em qualquer pessoa dentro da fazenda poderia incorrer em multa no valor de duas semanas de ordenado.³⁷

Tal regulamento e o sistema de salário de Nova-Louzá pareciam surtir efeito pois que, segundo Monte-Negro, a colônia vinha dando certo e se encontrava em “paz, harmonia e moralidade”.³⁸ Curiosamente, os termos dos contratos não pareciam ser o fundamento das suas relações com os

37 “Regulamento administrativo e policial da Colônia Nova-Louzá”. Anexo em MONTE-NEGRO, J.E. Carvalho. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente da Província de S.Paulo, sobre as colônias Nova-Louzá e Nova-Colômbia, em 6 dev. 1875. São Paulo, Província de São Paulo, 1875. p.16.

38 MONTE-NEGRO, Opúsculo..., p.3. O jornal *A Gazeta de Campinas* comunica em 15 jun. 1871 um acontecimento “singular”: que na colônia Nova-Louzá oitenta portugueses, usando de um “regulamento”, julgam o próprio Monte-Negro por ter matado a cachorrinha de um dos colonos.

colonos: “Apesar, porém, de uma clausula do referido contracto, que não permite aos empregados em questão sahirem do estabelecimento sem a declaração prévia de tres mezes, eu não me prevaleço nem dessa e nem de qualquer outra cláusula do contracto celebrado entre mim e os meus empregados, para que elles se conservem no estabelecimento contra sua vontade, sendo digno de notar-se que, apesar desta liberdade que todos tem de se retirarem quando fôr de sua vontade eu ainda não fui prejudicado por qualquer empregado de roça, que se retirasse da casa”. E a existência de contratos por escrito nas colônias de Monte-Negro, segundo o próprio, era um fato recente.³⁹

Ora, a busca de um maior controle dos limites e condições a que deviam se restringir os conflitos demarcava o espaço possível para as alterações dos contratos e para a existência de modalidades outras de sistema de trabalho, tais como a locação de serviços propriamente dita, o tipo Nova-Louzã com seus pormenorizados regulamentos internos ou outros mistos.

Assim como em São Lourenço os contratos de parceria foram substituídos por contratos de locação de serviços, após os acontecimentos de Ibicaba a modificação do sistema de parceria foi sendo feita gradativamente nas diferentes fazendas nas décadas de 60 e 70; e este foi aos poucos abandonado. Em Ibicaba mesmo, após 1857 foi adotado o regime de trabalho assalariado.⁴⁰ “A lição da experiência ensinou a remover os mais graves inconvenientes das primeiras empresas”, disse o Presidente da Província em 1872, ao falar das alterações dos contratos.⁴¹

3. DOS CONTRATOS E LEIS

A partir das primeiras experiências com o trabalho livre do europeu, as relações entre os fazendeiros e seus trabalhadores sofreram alterações bastante significativas. O saldo

39 MONTE-NEGRO, Relatório..., p.16.

40 WITTER, José Sebastião. Ibicaba, uma experiência pioneira. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982, p.43.

41 SÃO PAULO, Governo. 1872 (Pereira Junior). Relatório apresentado a Assembléa Legislativa de São Paulo pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, em 2 fev. 1872. São Paulo, Typ. Americana, 1872, p.79.

de querelas, greves, rebeliões, queixas, descontentamentos mútuos que adentraram a década de 60, havia deixado os fazendeiros às voltas com sérios problemas para alcançarem um nível razoável de produtividade e recuperarem no tempo previsto o investimento inicial com os imigrantes.⁴² Muitos ensaios foram feitos com o intuito de adequar as relações a limites e condições desejáveis. As alterações sucessivas nos termos dos contratos, seja especificando mais minuciosamente algumas cláusulas, seja inserindo outras novas ou seja alterando radicalmente a forma de contrato para outro sistema de trabalho, assim como a utilização dos regulamentos internos às colônias, certamente atestam o dinamismo e a complexidade das relações que se experimentavam. Mas, além destes recursos, não raras vezes os fazendeiros se viram obrigados a recorrer a um artifício extracontratual, que obrigasse ao cumprimento dos contratos. Porém, o apoio que lhes conferia a legislação não se mostrava suficiente nem tampouco adequado. O espaço jurídico demarcado na legislação vigente não atendia às exigências das novas relações que se instituíam. Os momentos de tensão e as queixas que sobrevinham em abundância de uma e outra parte revelaram inadequações e fissuras no espaço jurídico contornado nos termos das leis já instituídas.

A lei que regulava os contratos de parceria era bastante ineficaz e permitia aos fazendeiros apenas rescindir o contrato ou reclamar uma indenização por danos. A primeira solução implicava na perda da dívida dos imigrantes, e a última a elevava sem oferecer meios que obrigassem os trabalhadores a trabalhar para pagá-la.⁴³

Várias tentativas vinham sendo feitas para regulamentar as colônias de parceria com o auxílio do governo desde a década de 1850. Cuidava-se de regular não só as obrigações relacionadas com o governo — passagens, terras, transpor-

42 Segundo STOLCKE & HALL, p.95: "Ao final da década de 1850 os fazendeiros enfrentavam um dilema. Os incentivos econômicos não tinham produzido os resultados esperados: um nível razoável de produtividade e amortização da dívida no tempo previsto".

43 STOLCKE & HALL, p.96-7.

te, etc. — mas também as relações entre colonos e fazendeiros. Estes regulamentos eram baseados, em sua maioria, nas experiências dos próprios fazendeiros.⁴⁴ Em suas cláusulas não diferiam muito dos contratos. Delimitavam, porém, mais claramente as obrigações de um e outro. Por um destes regulamentos, datado de 1855, os fazendeiros eram obrigados a: adiantar aos maiores de oito anos o pagamento da viagem até a fazenda; não deixar que demorassem no porto por mais de três dias; fornecer casas, gêneros alimentícios, instrumentos e terras suficientes para cultura; encarregar-se da remessa e venda dos produtos já beneficiados; ter máquina de beneficiamento nas fazendas; não empregar o colono em serviço alheio e conservá-lo nas mesmas terras e casa por todo o tempo do contrato estipulado em 4 anos. Os colonos importados em virtude do regulamento deviam obrigar-se a: viverem mansa e pacificamente na fazenda; cultivarem com zelo as árvores a eles confiadas; sujeitarem-se às prescrições do fazendeiro quanto à direção geral dos trabalhos e às disposições dos regulamentos internos; não se empregarem em outra indústria que prejudicasse a da colônia; cuidarem da segurança da fazenda; não possuírem nem empregarem escravos; pagarem as despesas adiantadas pelo fazendeiro. Se o fazendeiro faltasse às condições estabelecidas no contrato ou ofendesse o colono ou sua família, incorria em multa e rescisão de contrato. Se os colonos faltassem ao cumprimento das condições estipuladas, sofreriam multa e pena de prisão de 8 dias a 3 meses, ou rescisão do contrato

44 Os regulamentos da Associação Central de Colonização sobre os contratos de colonos tinham reparos feitos pelo próprio Senador Vergueiro, ver Documentos referentes a Colonização e imigração: observações sobre o último regulamento da Associação Central de Colonização; bases para contrato de colonos da mesma associação (reparos feitos pelo Senador Vergueiro); observações de Luiz Pedreira de Couto Ferraz ao Marquês de Olinda sobre o regulamento para o transporte de colonos; carta ao Senador N.P. de Campos Vergueiro ao Marquês de Olinda, a propósito do referido regulamento e sobre seus próprios métodos de colonização; um contrato de parceria entre Vergueiro & Cia. e uma família de colonos suíços. Hamburgo, Rio e Ibicaba, 1855/1858. Manuscritos IHGB, Col. Marquês de Olinda. Lata 545, pasta 65. Quando o governo ousou interferir na regulamentação dos contratos de Vergueiro, sobre as condições relativas ao modo de entrega dos colonos e procurou proibir qualquer outra indenização além das passagens dos colonos e das módicas e indispensáveis despesas feitas com eles, sem mais nenhuma comissão, a Vergueiro & Cia. protestou e se recusou a aderir a tais condições que considerava ofensivas a seus direitos. Ver São Paulo. Governo. 1854 (Silva), p.16.

com obrigação de pagar os adiantamentos totais que houvessem recebido, com juros de 6 por cento ao ano.⁴⁵

Igualmente, outros projetos e estudos para os regulamentos da colonização por parceria e locação de serviços agrícolas buscavam definir o tempo de duração do contrato diferenciando parceiros e assalariados. E arriscavam também a proposta de julgar administrativamente as queixas dos locatários contra os engajados, e vice-versa, aplicando-se ao parceiro as disposições da lei n.º 108 de 1837, que providenciava sobre os contratos de locação de serviços.⁴⁶

Contudo, somente em 1858, com as Instruções de 18 de novembro, estabelecia-se pela primeira vez uma regra geral determinando os favores que o governo concedia aos imigrantes espontâneos e engajados que viessem fixar-se no Império. Estas Instruções eram divididas em duas partes, sendo que na primeira consignavam providências para aqueles que quisessem estabelecer-se como proprietários independentes nas colônias do governo, e na segunda, facultavam aos fazendeiros por um espaço de três anos obter gratuitamente um número fixo de colonos, dando as providências necessárias para esse modo de engajamento. Para aqueles que pretendiam engajar-se a serviços dos fazendeiros selecionados de acordo com os pedidos à Associação Central de Colonização, as referidas Instruções ofereciam passagem gratuita da Europa e liberdade plena de celebrar os contratos que quisessem, proibiam as transferências sem consentimento do contrato; fixavam em cinco anos o prazo máximo para os contratos em geral, ao fim dos quais os colonos ficariam

45 "Regulamento para a colonização por parceria auxiliada pelo governo". In Documentos sobre: Colonização, Telégrafos, elétricos, Sistema Penitenciário, Colônias penais, e Fundação de tipos, compilados e reunidos em livro pelo Corrs.º Nabuco de Araújo, (1852-1869). Manuscritos, IHGB, Col. Senador Nabuco, Lata 384, livro 02. O regulamento provavelmente pode ser datado por volta do ano de 1854, pois o mesmo texto é enviado ao Marquês de Olinda com nota de Luiz Pedreira de Couto Ferraz em 01/01/1855. Nesta ocasião o mesmo remetente pede ao Marquês de Olinda para pensar sobre o projeto que deve ser expedido, no caso em que o governo se resolve a auxiliar o sistema de parceria.

46 Projeto de regulamentos para colonização por parceria auxiliada pelo Governo, para contratos de colonização e locação de serviços agrícolas e para transporte de imigrantes. Rio de Janeiro, 1855/58. Manuscritos, IHGB, Col. Marquês de Olinda. Lata 212, Docum. 24; Estudos para os regulamentos e contratos de colonização e locação de serviços agrícolas, inclusive minuta de contrato entre o governo e o proprietário da Colônia Nossa Senhora do Ó, na Ilha das Onças (Pará); decreto aprovando o contrato aceito pela Associação Central de Colonização e termo do mesmo, feito por intermédio da Repartição Geral das Terras Públicas. Palácio do Rio de Janeiro, 1/5/1858. Manuscritos, IHGB, Col. Marquês de Olinda, Lata 212, Doc. 29.

livres de suas obrigações sem embaraço de dívidas (exceto sobre despesas que o fazendeiro não se obrigara pelo contrato); fixavam também o valor do salário para a locação de serviços e declaravam que fora das horas de trabalho, marcadas pelo fazendeiro, os colonos podiam dispor de si como bem entendessem.⁴⁷

As melhores condições, todavia, eram oferecidas àqueles que desejavam vir para o Brasil comprar terras e estabelecer-se como proprietários nas colônias e núcleos do governo. Pela opinião de um Diretor de Terras Públicas, no ano de 1861, pode-se entrever que o alvo das Instruções tinha sido antes a imigração espontânea que o modo de engajamento feito até então: “Esta deliberação é, com effeito, de summa importância na actualidade; e tem a vantagem: 1.º, de não alimentar a expectativa de permanentes e illimitados auxilios; 2.º, de **attrahir emigrantes, que, vindo à sua custa e com algum peculio**, trazem consigo uma prova segura de que são morigerados, habituados ao trabalho e à economia; 3.º, de **evitar engajamentos e todas essas questões, que nascem das condições de contractos**, acompanhadas quasi sempre de exigencias desarrazoadas e de reclamações infundadas...”.⁴⁸

De qualquer forma, se a intenção principal visava à imigração espontânea, as citadas Instruções não deixaram de atender, como resposta, aos acontecimentos de Ibicaba, procurando amenizar os contratos de parceria. E, aparentemente, suas principais prescrições foram cumpridas: a de que nenhum contrato seria prorrogável para além de cinco anos e que as transferências não seriam válidas sem o consentimento do trabalhador.⁴⁹

Ao fim e ao cabo restavam como regulação para os contratos entre os fazendeiros e trabalhadores as leis de locação de serviços de 1830 e a n.º 108 de 1837. A primeira providenciava sobre os contratos com trabalhadores nacionais e estrangeiros e a segunda se restringia aos contratos com

47 Portaria de 18 nov. 1858. In: BRASIL. Leis, decretos, etc. *Collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1858. p.356-60.

48 Relatório do Diretor das Terras Públicas. Anexo em BRASIL. Ministério da Agricultura..., p.34 (grifo nosso).

49 DEAN, p.116.

estrangeiros. Estas duas leis terão vigência até o ano de 1879, e conviverão com relações baseadas nos contratos de parceria, locação de serviços propriamente dita e outros mistos.

A lei de 1830, promulgada depois da Independência e num período em que a principal preocupação era a organização da vida institucional do país e a formação da administração, não deve, contudo, ser considerada como mais uma das medidas puramente administrativas então aprovadas. Apesar da simplicidade de suas disposições, certamente já dizia respeito a uma organização das relações de trabalho.⁵⁰ Entretanto, esses termos em que inicialmente se pensava uma organização das relações de trabalho livre nacional e estrangeiro pareciam não mais condizer com a complexidade que se mostrava nas relações entre trabalhadores e fazendeiros após os anos 50. Aparentemente, quase não foi aplicada.

Prescrevia sobre o modo do contrato **por escrito** — quando houvesse qualquer adiantamento da quantia estipulada — pelo qual um **brasileiro** ou **estrangeiro** obrigava-se a prestar serviços por tempo determinado ou por empreitada. **Não especificava o tempo de duração do contrato** nem diferenciava contratos para menores. Permitia que aquele que estipulasse para si os serviços (locatário) **transferisse** a outro este mesmo contrato, com a condição de que não piorasse a situação daquele que se obrigava a prestá-lo (locador). O **locatário** não podia rescindir o contrato, se a outra parte “cumprisse as suas obrigações” — a não ser que pa-

50 BRASIL. Leis, decretos, etc. *Collecção das Leis do Império do Brazil*. Ouro Preto, Typ. Silva, 1832. pt.9, v.3, p.42-3. Para Ademir GEBARA (*The transition from slavery to free labour market in Brazil; 1871-1888: slave legislation and the organization of labour market*. London, s.d. Ph. D. Thesis, University of London), esta lei não poderia ser considerada como um meio de atração de imigrantes, nem ainda como uma tentativa de organização do mercado de trabalho livre, mas se vinculava às tentativas de organização da vida institucional brasileira e formação da administração, que eram os principais problemas colocados durante o reinado de D. Pedro I. Diversamente, a lei de 1837 teria sido ditada tendo em vista a abolição do tráfico e a promoção da imigração. Na sua opinião, a pressão para a extinção do tráfico era na ocasião mais acentuada e, também, devido à expansão da economia, a demanda por mais mão-de-obra se apresentava mais aguda (p.139-41). Não nos parece ter havido uma alteração significativa nas condições apresentadas pelo país entre a promulgação de uma e outra lei. A nosso ver, as leis de 1830 e 1837 foram ditadas tendo em vista as questões que envolviam a extinção do tráfico de escravos e a promoção da imigração. A aquisição da situação em 1837 redundou certamente numa matéria mais elaborada, mas em 30 já se consideravam as alternativas para o trabalho escravo, fato que a nosso ver não seria relegado pelos organizadores da vida institucional brasileira.

gasse ao locador os serviços prestados e mais a metade do preço contratado. Se não o fizesse, poderia ser compelido ao Juiz de Paz, e se fosse condenado e não fizesse o pagamento até dois dias depois da condenação ou não prestasse caução suficiente, poderia ser preso. O **locador** só poderia negar-se à prestação dos serviços — se o locatário “cumprisse suas obrigações” — restituindo os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagando a metade do que ganharia se cumprisse o contrato por inteiro. Se não o fizesse, seria castigado correccionalmente com **prisão**; e depois de três correções ineficazes seria condenado a **trabalhar em prisão** até indenizar a outra parte. Caso se ausentasse do lugar, evadindo-se ao cumprimento do contrato, seria novamente aí reconduzido preso. Não se especificava o tempo das penas de prisão em nenhum dos casos.

A lei de 1830 também não parecia satisfazer às exigências das novas condições que se apresentavam. A sua aplicação se mostrara duvidosa a partir da década de 50 quando prevaleciam os contratos sob o regime de parceria, pois que, dispondo sobre os contratos de locação de serviços propriamente dita, a lei não devia ser aplicada às questões suscitadas entre os fazendeiros e colonos sob a parceria. Tal procedimento, aplicar a lei às questões derivadas dos contratos de parceria, foi freqüentemente criticado, e bem o atestam as palavras de Tschudi: “Na minha opinião, os contratos de ‘parceria’, que são contratos de **associação** ou **meiação** e não contratos entre **Locatários** e **Locadores**, não podem de forma alguma ser regulados por esta Lei, e eu já vi com prazer muitos juriconsultos eminentes da provincia de São Paulo partilhar comigo este ponto de vista”. Ora, a lei n.º 108, adotada pelo corpo legislativo numa época em que a imigração era ainda incipiente, não poderia por esta época, por volta dos anos 60, regular as dificuldades advindas da introdução de numerosos colonos contratados em bases tão diferentes do sistema de locação de serviços — diria Tschudi. Tal atitude apenas trazia às claras as falhas do governo brasileiro ao não apresentar às câmaras legislativas novos projetos de leis “adaptados à situação atual”: “Tem-se recorrido a esta

lei tão dura quanto injusta, unicamente por falta de uma outra adaptada às necessidades atuais”.⁵¹

Vejam os agora a matéria de que trata a lei de locação de serviços de 11 de outubro de 1837, ao dar providências sobre os contratos de serviços de estrangeiros. São dezessete artigos.⁵²

Diferentemente da lei de 1830, os contratos **por escrito** poderiam, a partir de então, ser celebrados no **Império** ou fora dele. Os contratos com estrangeiros menores deveriam ter assistência de um **curador** e aqueles não poderiam ser contratados por tempo que excedesse a sua maioridade (há exceções). Seria livre aos estrangeiros de maior idade ajustarem seus contratos e serviços pelos anos “que bem lhe parecerem”, não especificando, da mesma forma que em 30, nenhuma duração para o contrato.

Considerava-se justa causa para despedir-se o locador: se o locatário faltasse ao cumprimento das condições estipuladas no contrato, se o mesmo fizesse algum ferimento na pessoa do locador ou o injuriasse na honra de sua mulher, filhos ou pessoa de sua família, se o locatário exigisse serviços que não estivessem compreendidos no contrato. Caso o locador se despedisse por alguma destas justas causas, não seria obrigado a pagar ao locatário qualquer quantia que pudesse ser-lhe devedor.

Em 1837 já se pensava na possibilidade de aliciamento de colonos e na prova legal do contrato resolvido. O locatário era obrigado a dar um **atestado** ao locador, como prova legal de que o contrato havia sido resolvido e que não houvera violação. E, também, qualquer pessoa que aliciasse um colono para si ou para outrem, direta ou indiretamente, deveria indenizar o locatário lesado, caso contrário poderia ser preso.

Era considerada **justa causa para a despedida do locador** (aquele que se obriga a prestar os serviços): **doença** do locador, **condenação** a pena de prisão ou outra que o impedisse de prestar os serviços, **embriaguez habitual**, **injúria** fei-

51 TSCHUDI, p.9.

52 **Colleção das leis...** 1837, p.76-80.

ta à segurança, honra ou fazenda do locatário, à sua mulher, filhos ou pessoas de sua família, e **imperícia** do locador. O locatário que sem justa causa despedisse o locador antes de findar o tempo estipulado no contrato deveria lhe pagar o total correspondente ao tempo de contrato. O locador despedido por justa causa deveria indenizar o locatário da quantia que lhe devesse. Caso não o pagasse, seria imediatamente **preso** e condenado a trabalhar nas obras públicas o **tempo necessário** para com os jornais pagar tudo quanto devesse ao locatário. (Se não houvesse obras públicas seria condenado à prisão com trabalho por no máximo dois anos). **Se o locador se despedisse sem justa causa ou se ausentasse** antes de estar completo o tempo de contrato, seria **preso** e não seria solto enquanto não pagasse **em dobro** tudo quanto devesse ao locatário; se não tivesse com que pagar, trabalharia de graça até completar o contrato e se **reincidisse** seria novamente **preso**.

Todavia, a prisão parecia não resolver o problema da dívida do colono e, por conseguinte, tampouco o do investimento inicial do fazendeiro. Vejamos o caso relatado pelo Presidente da Província em 1859, ocorrido na colônia pertencente ao fazendeiro Luciano Teixeira Nogueira, em Campinas: “Tendo-se evadido os colonos descontentes e queixosos, foram capturados, processados nos termos da Lei de 11 de outubro de 1837 e condenados a pagar da Cadêa os adiantamentos que deviam ao proprietário. Como, porém, sendo conservados na Cadêa nunca poderiam solver suas dividas, foram transferidos a requerimento seu para a Casa de Correção, onde presentemente se acham, e onde com o producto de seu trabalho começaram já a indenisar ao proprietario do que lhe devem”.⁵³

Além do fato de que a pena de prisão prescrita pela lei não garantia seus investimentos iniciais, os fazendeiros também pareciam não encontrar na lei de 1837 o apoio necessário para outro “fantasma” que os perseguia já há algum

53 SÃO PAULO. Governo. 1859 (Torres). *Discurso com que o Illmo. e Exmo. Sr. Senador José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de S. Paulo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no anno de 1859*. São Paulo, Typ. Marques, 1859, p.21.

tempo: as greves. No movimento dos tirolesees na fazenda de Joaquim Bonifácio do Amaral,⁵⁴ nos anos 70, as fissuras, a porosidade da lei pouco refratária às greves eram evidentes. Assim relatava o Presidente da Província a situação da colônia em 1878: “A colônia do Salto Grande — do Barão de Indaiatuba — estabelecida no município do Amparo, está em greve desde junho.

“Tendo o seo proprietario representado que os colonos se recusavam a trabalhar e apoiavam com signaes de hostilidade as reclamações que faziam, sem base nas estipulações do contracto, tirando dahi pretexto para desertarem do serviço, e chegando mesmo a ameaçar a administração da colonia, nomeei, em data de 2 de julho (...), afim de estudarem as reclamações dos colonos (...) e para prevenir qualquer disturbio que pudesse perturbar a tranquilidade da colonia.

“No conceito da Comissão e do Dr. Chefe de Policia, que pouco demorou-se no Salto Grande, as queixas dos colonos são infundadas e por parte do honrado proprietario não tem havido quebra do contracto (...) Concordam ambos os relatórios que os colonos tem sido insuflados, e por máus conselhos de pessoas extranhas à colonia criaram a si mesmo a situação difficil em que se acham, prejudicando os seus interesses que são comuns com os do proprietario.

“Tendo inutilmente tentado os meios suasorios o proprietario da colonia levou a justiça do paz os chefes da grêve, os quaes tendo sido condemnados como infratores do contracto nos termos da Lei de 11 de Outubro de 1837, foram recolhidos a cadeia de Amparo.

“A situação da colonia não melhorou: a grêve continúa”.⁵⁵

54 “Os trabalhadores começaram o seu movimento no início da colheita do café em protesto contra vários abusos e omissões dos quais eles se sentiam vítimas. (...) Eles formularam uma lista de nove reivindicações: que o fazendeiro cumprisse sua promessa de fornecer novas casas dentro de seis meses; que os mantimentos fossem cobrados aos preços correntes; que eles recebessem o montante total da farinha obtida da cultura de milho no moinho do fazendeiro; que eles não fossem obrigados a abandonar seus lotes de cultivo alimentar por terras novas não cultivadas; que as despesas médicas fossem divididas com o fazendeiro; que os panos para a colheita fossem fornecidos gratuitamente, assim como uma escola e professor”. STOLCKE & HALL, p.104-5.

55 SÃO PAULO. Governo. 1878 (Pereira). Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Baptista Pereira, presidente da Província de S.Paulo, passou a administração ao 2.º vice-presidente Exmo. Sr. Barão de Tres Rios, em dezembro de 1878. Santos, Diário de Santos, 1878. p.59. (grifo nosso).

Ora, quando os trabalhadores se recusavam a trabalhar, não havia meios legais de coagi-los ao cumprimento de seus “deveres”, principalmente se o caso envolvia um maior número de trabalhadores, quando, então, um por um devia ser processado nos termos da lei de 1837. Embora muitas vezes a recusa não se constituísse um simples “não trabalhar”, apresentando-se sob formas de diminuição de colheitas, maltrato dos cafezais e parece que até incêndios, num ou noutro caso o fazendeiro se via envolvido com a questão da produtividade e dos adiantamentos iniciais.

Contudo, e apesar das críticas, não poucas vezes os fazendeiros usavam dos recursos da lei de outubro de 1857. Tem sido sugerido até mesmo que a preferência dos fazendeiros pelo sistema de locação de serviços propriamente dita era incrementada pela existência da possibilidade legal do uso da lei de 1837.⁵⁶

Nas fazendas S. Lourenço e Martyrios de Souza Barros, parecia ser freqüente o recurso à lei de 1837. Um colono de Martyrios se queixava de que “foi preso estando em seu serviço nos cafezaes, e lhe foram debitadas as despesas de prisão, as custas do processo, e as despesas feitas na cadeia com sua soltura”.⁵⁷ Outro colono, em S. Lourenço, queixava-se de ter sido preso como responsável pela dívida do seu pai. Segundo o relator, o queixoso foi recolhido à prisão quando voltava de Santa Bárbara em 16 de maio de 1872, e foi solto em 22 do mesmo mês — o contrato foi assinado na cadeia, “assignando a rogo do queixoso um preso que ahi se acha cumprindo sentença e servindo de unica testemunha um official de justiça”. E logo a seguir o mesmo relator acrescenta que: “procurámos inquirir das ameaças que se dizem feitas mas nada pudemos saber a respeito. Para a prisão do queixoso justificou o proprietário da colonia perante o juiz de paz a ausencia do queixoso, e expediu-se a precatoria, sem

56 STOLCKE & HALL, p.97. “Assim uma razão a mais para a preferência dos fazendeiros em relação ao contrato de locação de serviços era certamente a sua intenção de aproveitar-se das sanções mais severas oferecidas pela lei de locação de serviços em 1837”. E se não alteravam radicalmente a forma do contrato, acresciam aos de parceria a possibilidade de enquadramento nas leis de 1830 e 1837; ver CARVALHO DE MORAES, João P. Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1870, p. 64.

57 MONTE-NEGRO, Relatório..., p.4.

ao menos attender-se à disposição do artigo 5.º, da lei n. 108 de 11 de Outubro de 1837, em virtude do qual o contracto de locação não se póde estender além da maioridade senão em casos especiais”.⁵⁸ É interessante observar a marcha seguida nos processos contra os colonos de S. Lourenço. Iniciava-se o processo por uma petição em que o locatário propunha justificar que o colono ausentou-se da colônia, pedindo então que se expeça mandado para a prisão. Feita a justificação de que não tem conhecimento o locador processado, expedese mandado de prisão sem mais formalidade alguma. Preso o colono, ordinariamente ao fim de dois ou mais três dias, ele resignava-se a voltar para a colônia, e então o locatário requeria a sua soltura. O próprio relator achava esta prática irregular: “A prisão preventiva, como parece ser considerada e determinada em taes justificativas, não se basêa em principio algum da lei”. O artigo 9.º da lei de 11 de outubro de 1837 exigia para a prisão do colono que se provasse que ele sem justa causa se despediu ou se ausentou antes de completar o tempo do contrato: “parece, portanto, que não se póde determinar a prisão sem que se abra discussão no juizo contencioso, para o que é indispensavel a citação da parte. Além disso desde que a causa deve correr no juizo de paz, constituido em juizo contencioso, é indispensavel a conciliação nos termos do art. 161 da constituição do Imperio”, retrucava o relator.⁵⁹

Pelo visto a lei não só era aplicada,⁶⁰ mas também às vezes indevidamente aplicada, fosse intencionalmente ou fosse pela inépcia dos magistrados. E todas essas ocorrências envolvendo as arguições recíprocas entre colonos e fazendeiros quanto ao cumprimento dos contratos e as tentativas de solucioná-las fundando-se na legislação vigente —

58 MONTE-NEGRO, *Relatório...*, p.48 (grifo nosso).

59 MONTE-NEGRO, *Relatório...*, p.56-7. Um exemplo do processo intentado contra o colono.

60 Para outros casos de aplicação da lei de 1837 nas questões derivadas dos contratos e prisão de colonos ver: *Colônias*. Manuscritos, APESP. Ordem 7213, cx. 2. Além de officios de fazendeiros e juizes de paz sobre querelas e prisões de colonos, nos municípios de Amparo e Rio Claro, nos anos de 1859, 60 e 66, a caixa contém também pedidos do vice-cônsul Jorge Krug em 1866, para revisão de sentenças de colonos. A revista *O Direito (Revista de Legislação, Doutrina e Jurisprudência)* também ressaltava para discussão casos de enquadramento de colonos nas leis de 1830 e 1837. Ver anos I, 1873, p. 2-7 e p. 300-305; II, 1874, v.3, p. 90-95; III, 1875, v.7, p.711-713 e p. 398-403; IV, 1876, v.9, p. 423-427.

criticamente considerada “obsoleta” e “repressiva” por uns e outros — provocariam ainda críticas, igualmente, de todas as partes do estrangeiro. E estes, por sua vez, não poupariam em todas as ocasiões as exclamações indignadas e os adjetivos que julgavam melhor qualificar tal legislação.

Num relato indignado sobre os “horrores” da imigração portuguesa para o Brasil, Gomes Pércheiro tenta enfaticamente ressaltar os efeitos práticos da lei de 1837, considerada uma “barbaridade” e uma “monstruosidade”. Critica as prerrogativas das penas de prisão e os abusos que a lei permite serem efetuados contra os locadores, que ao final “é quem paga tudo”. Observa que, em 1867, o cônsul português, depois de percorrer algumas cidades e vilas da Província de S. Paulo, não dispensaria os comentários: “Estes contractos são aqui regulados pela Lei do Imperio de 11 de outubro de 1837, que os seus collaboradores **não quiseram para regular a locação de serviços de seus compatriotas e só a destinaram a regular a locação de serviços dos estrangeiros**”. E logo a seguir, segundo Pércheiro, o mesmo cônsul teria salientado: “Visitei vários cartórios de escrivães dos juizes de paz, que são os competentes em taes processos, examinei muitos d’eles, e **em nenhum encontrei sentenças a favor do locador**”.⁶¹

O Primeiro Secretário da Embaixada Paul de Turenne, outrossim, acentuaria o “absurdo” de que ainda subsistisse uma lei que permitisse ao proprietário prender um colono, quando rompido o contrato por sua completa impossibilidade de pagar a indenização equivalente ao tempo de trabalho faltante: “Com efeito, é fato evidente que a legislação datada de 1837 é detestável (...) Ela se apresenta de uma injustiça gritante aos olhos dos colonos e os deixa sem defesa contra os abusos (...) Assim tem-se que ver também que a causa primordial das greves que estouraram nestes últimos tempos, devido à intervenção geral que provocam, é o apelo à opinião pública...”.⁶²

61 PERCHEIRO, D.A. Gomes. **Portugal e Brazil; Emigração e Colonização**. Lisboa, Typ. Luso-Hespanhola, 1878. p. 142.

62 TURENNE, Paul de. *L’Immigration et la colonisation au Brésil*. **Revue Britanique**, 1:452-3, fév.1879.

Com o arrefecimento da imigração européia na década de 60, algumas vozes passaram a aconselhar o aproveitamento de “nossa própria gente”, que sendo “bem dirigida” poderia substituir os braços africanos: “... esta multidão que vive no ocio, na moleza e na miseria que tem por constante residencia a taverna, e por unica distração ou trabalho o jogo, é nessa multidão que devemos procurar os colonos, confeccionando-se leis repressivas da vadiagem (apoiados), facilitando-lhes instrumentos agricolas, proporcionando-lhes estudos agrônomos...”⁶³ Se anteriormente as leis de locação de serviços deviam ser convenientemente adaptadas às relações que se ensaiavam entre os fazendeiros e os colonos europeus, a partir de então elas deveriam ser modificadas também para as relações com os colonos nacionais. “Há na verdade muitos braços que se podem applicar à lavoura, mas é preciso uma lei de organização do trabalho que garanta ao lavrador os contratos que fizer, para que esses braços, hoje acostumados à indolencia, procurando trabalho não o abandonem facilmente, com grave prejuizo dos que os contratarem e forem obrigados a fazer-lhes supprimentos e adiantamentos, como elles costumam a exigir”.⁶⁴

A lei de 1830, que regulava os contratos com os nacionais, não conferia a competência necessária para julgar as complexas relações que iam se constituindo entre estes e os fazendeiros. Para estes, em alguns casos, a eficiência da lei mostrava-se pouco confiável. O fato ocorrido com o Barão de Porto Feliz, e divulgado pela revista *o Direito* para debate, em 1874, é exemplar. Segundo a fonte, quando em 1872 o Barão pediu a condenação à prisão por um mês de um colono brasileiro que faltara às suas obrigações de carpas e replantas exigidas no contrato, o Juiz de Paz de Rio Claro declarou que “... o contracto, de que se trata, não póde ser regulado pela Lei de 13 de Setembro de 1830, visto que n'elle não se fixou quantia que represente o ganho total do locador pelo cumprimento do contrato, e n'esta conformidade o conheci-

63 BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da sessão de 19 ago.1861*. Rio de Janeiro, 1861. p.221 (grifo nosso).

64 CONGRESSO AGRICOLA. *Colleção de documentos*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878. p.52 (grifo nosso).

mento da questão, que a respeito d'elle se agita, não pertence a este Juízo, cuja competência para decidir das questões de contractos de locação de serviços de Brasileiros limita-se aos que são celebrados nos termos e condições da lei citada, julgo-me, pois, incompetente para conhecer da questão sujeita, e mando pague o Autor as custas". Passada a questão para o Juiz de Direito, este também não aprovaria a aplicação da lei de 1830 ao caso, pois o contrato de que tratava vinha acrescido já de multas para infrações. No entanto, em outra apelação do Barão no ano anterior, 1871, contra o mesmo colono, sob igual contrato, este fora condenado nos termos da lei de 1830, a "oito dias de prisão correccional, e à vir depois cumprir o mesmo contracto, ficando também condemnado nas custas".⁶⁵

Conseqüentemente, não era à toa que as propostas de se aplicarem também aos nacionais as disposições da lei de outubro de 1837 eram recorrentes — e, principalmente, quando se pensava na execução da Lei do Ventre Livre e no conseqüente aumento do número de libertos e ingênuos.

A partir da década de 70, as condições legais que regulavam os contratos de trabalho se mostravam ainda mais precárias aos olhos dos fazendeiros. Estes então às voltas com as questões de uma oferta razoável e disponível de trabalhadores, com a recuperação de seus investimentos iniciais, com exigências para o cumprimento dos contratos e havia ainda, claro, a questão da produtividade. Pois uma lei que não lhes garantia o cumprimento dos contratos de forma satisfatória e condizente com o respectivo pagamento das dívidas iniciais, e que não se applicava, sem causar polêmicas até mesmo "internacionais", à parceria, que não respondia às situações de greve cada vez mais freqüentes — ao fim e ao cabo, não lhes convinha. E, de mais a mais, fora promulgada a Lei do Ventre Livre já em 1871, denotando a certeza da abolição num horizonte ainda mais próximo. E com esta Lei advinham alterações nos mecanismos de coerção de

65 O DIREITO: revista de legislação, doutrina e jurisprudência. A.2, v.3, p.93-4, 1874. Em 1875 as colônias do Barão de Porto Feliz, Cafeiral, Boa Vista e Cascalho, possuíam 76 famílias, dentre as quais 23 eram de portugueses, 23 de alemães e 30 de brasileiros. Cf. BRASIL. Ministério da Agricultura..., 1875, p.286-7.

mão-de-obra, na medida em que, referindo-se aos escravos, já continha artigos explicitamente dirigidos ao controle da força de trabalho dos libertos e ingênuos. Os que fossem libertados em virtude da lei ficariam cinco anos sob a inspeção do governo e neste período eram obrigados a contratar-se. Mas, e depois? Ora, era também pensando nas consequências da Lei que, a par de uma nova legislação que regulamentasse os contratos de trabalho, cogitava-se também de providenciar uma legislação que “obrigasse” a contratar-se: “A legislação actual é completamente inefficaz contra a vadiação. O vadio só póde ser constrangido a assignar termo de bem viver, e a ser preso por alguns dias se o quebrar (...) Se o vadio assignasse termo de procurar trabalho dentro de certo prazo, e se, findo esse prazo, não provasse estar occupado em profissão honesta, pudesse ser constrangido em presença da autoridade a assignar um contrato de locação de serviços com o pretendente que, na ocasião, maiores vantagens offerecesse, colher-se-ia resultados seguros. Assignado o contrato, ficaria o vadio sujeito às disposições do decreto de 11 de Outubro de 1837, que convém seja extensivo aos nacionaes, e acostumar-se-ia ao trabalho”.⁶⁶

Novas regras, portanto, impunham-se para as relações diversas que se estabeleciam entre os agentes, principalmente no que se referia ao trabalho livre. Pode-se, enfim, dizer que abriu-se uma defasagem entre o espaço jurídico contornado pelos termos da lei de locação de serviços de 1837 e o novo espaço que se redefinia ao longo destas décadas tão cheias de “experiências”. Em resumo, a lei de 1837 revelara uma porosidade que lhe facultava ser vazada por tantas greves e rebeliões. Fazia-se mister uma nova lei que regulasse a locação de serviços de nacionais e estrangeiros, e que abarcasse as várias formas de contratos de trabalho então vigentes. “Uma boa lei de locação de serviços” — ecoava nas reuniões do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1878.

⁶⁶ Relatório da Repartição da Polícia da Província de S.Paulo. Anexo em S^oO PAULO. Governo. 1872 (Pereira Júnior), p.24.

4. “UMA BOA LEI DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS”

Anunciando os mais diversos moldes de relações para o trabalho livre, foram apresentados aos órgãos competentes — ao longo das décadas de 50, 60 e 70 — inúmeros projetos de regulamentação da “locação de serviços”.⁶⁷ Estas tentativas de formalização do novo espaço jurídico que se conformava, revelam a complexidade e o dinamismo desses primeiros anos de experiência com o trabalho livre. A preocupação inicial centrava-se particularmente no trabalho dos estrangeiros e nas condições do sistema de parceria. Com as discussões e aprovação da Lei do Ventre Livre há uma alteração significativa no conteúdo das propostas. A preocupação deslocava-se também para os nacionais, libertos e eschavos, numa tentativa de cobrir o mais amplamente possível com a legislação as relações de trabalho.

As duas leis de locação de serviços de 1830 e 1837, concernentes ao trabalho livre, teriam vigência, no entanto, até o ano de 1879 quando, por fim, num espaçamento de mais de quarenta anos aprova-se uma legislação mais sistemática da matéria: o Decreto n.º 2827 de 15 de março de 1879. Aprovado num clima de gravidade e urgência, o texto extenso e minucioso regulamentava os contratos efetivados especificamente na **agricultura**, com trabalhadores **nacionais, libertos e estrangeiros**, nas mais distintas condições dos sistemas de **parceria agrícola e pecuária e locação de serviços**.⁶⁸ Cuidava principalmente das garantias necessárias para o cumprimento dos contratos, prevendo com acuidade as faltas e negligências dos contratantes e dispondo detalhadamente do processo e das penalidades competentes. Inovava em muitas de suas disposições instituindo novos moldes de relações entre os fazendeiros e seus trabalhadores e redefinindo no plano jurídico um novo espaço de barganha. A grande novidade ficava, sem dúvida, por conta das disposições antigreves, as

67 O capítulo III de minha dissertação contém uma exposição detalhada dos projetos apresentados.

68 BRASIL. Leis, decretos, etc. *Collecção das leis...* 1879. p.11-20. As condições de aprovação, o conteúdo e o significado da nova lei de locação de serviços aprovada constituem o objeto dos capítulos III e IV de minha dissertação.

primeiras na legislação brasileira. Afinal, até então, quando os trabalhadores faziam as chamadas “paredes”, deviam ser processados individualmente, pois não havia um dispositivo na legislação que permitisse processá-los coletivamente. Com a nova lei, se a recusa ou ausência ao trabalho fosse coletiva, os infratores seriam detidos até o julgamento, que seria promovido num único processo.

Ora, por ocasião das discussões e aprovação da nova lei de locação de serviços em fins de 1878, as manifestações abolicionistas e a resistência dos escravos, com fugas e crimes, já questionavam o modo de encaminhamento da transformação das relações na agricultura gradual, lento e mesmo seguro que se estabelecera com a Lei do Ventre Livre. As greves e rebeliões de colonos estrangeiros na Província de São Paulo tornavam desacreditada a imigração estrangeira, nos moldes em que se fizera até então, como a solução para a substituição do trabalho escravo. Os fazendeiros se encontravam às voltas com processos de prisão de colonos para o cumprimento dos contratos, com a produtividade e seus investimentos iniciais abalados, além da queda dos preços do café no mercado internacional. E mais uma vez passava-se a cogitar da introdução de trabalhadores que funcionassem como intermediários entre o livre e o escravo, como medida transitória, e os chineses voltavam a atrair a atenção.

A nova lei de locação de serviços surgia então como uma panacéia para todos os males. Ela vinha com o intuito de garantir a estabilidade dos trabalhadores, os baixos salários, e com obrigações (e penalidades respectivas) para o cumprimento de **longos contratos**, e ainda com precauções contra greves ou paralisações coletivas. E, certamente, demarcava como possíveis novos moldes para as relações de trabalho, ao abarcar os diversos sistemas de trabalho, ao regulamentar mais minuciosamente os contratos com estrangeiros, abolindo causas antigas de discórdias, como os juros, a dívida, a transferência, o casamento fora da freguesia e outros; sem esquecer que o longo prazo dos contratos,

a pena de prisão e os artigos antigrevos garantiriam, de certa forma, o investimento feito e a estabilidade no trabalho.

A lei trazia consigo uma carga grande de experiências passadas. Ao mesmo tempo trazia e instaurava a possibilidade de um novo caminho para a difícil "transição para o trabalho livre".

"Outros tempos" anunciariam o seu malogro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APESP. Manuscritos, 1877-79. Ordens 7213 e 7215.
2. BIBLIOTECA NACIONAL. Manuscritos.
3. BRASIL. Câmara dos Deputados. *Anais da sessão de 19 ago. 1981*. Rio de Janeiro, 1861.
4. BRASIL. Leis, decretos, etc. *Collecção das decisões do governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1858.
5. ———. *Collecção das leis do Império do Brasil*. Ouro Preto, Typ. Silva, 1832, 1837 e 1879.
6. BRASIL. Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatório 1861*. Rio de Janeiro, Typ. Laemmert, 1861.
7. ———. *Relatório 1875*. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1875.
8. CARVALHO DE MORAES, João P. *Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1870.
9. COMISSÃO ENCARREGADA DE EXAMINAR AS COLONIAS MARTYRIOS E S. LOURENÇO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. *Relatório*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1874.
10. CONGRESSO AGRÍCOLA. *Collecção de documentos*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878.
11. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1977.
12. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, Martins, 1951.
13. DEAN, Warren. *Rio Claro; um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
14. O DIREITO; revista de legislação, doutrina e jurisprudência, a.1-4, v. 1-9, 1873-76.
15. GEBARA, Ademir. *The transition from slavery to free labour market in Brazil; 1871 - 1888: slave legislation and the organization of labour market*. London, s. d. Ph. D. Thesis, University of London.
16. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Manuscritos, 1854-1958*. Coleção Marquês de Olinda e Senador Nabuco.

17. MONTE-NEGRO, João Elisario de Carvalho. **Opúsculo sobre a Colonia Nova-Louzá**. Campinas, Gazeta de Campinas, 1872.
18. ———. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. presidente da Província de S. Paulo sobre as colônias Nova-Louzá e Nova-Colombia em 6 fev. 1875**. São Paulo, Província de São Paulo, 1875.
19. PERCHEIRO, D.A. Gomes. **Portugal e Brazil; emigração e colonização**. Lisboa, Typ. Luso-Hespanhola, 1878.
20. PHIPPS, E. Constantine. **Emmigration to Brazil**. London, harrison and Sons, 1872.
21. SALLUM JÚNIOR, Brasílio. **Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista, 1888-1930**. São Paulo, Duas Cidades, 1982.
22. SÃO PAULO. Governo. 1852 (Araújo). **Discurso com que o Ill. Sr. Dr. José Thomaz Nabuco de Araujo, presidente da Província de São Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1.º de maio de 1852**. São Paulo, Typ. Antunes, 1852.
23. SÃO PAULO. Governo. 1853-1854 (Silva). **Relatório com que o Ill. Exmo. Sr. Dr. Joseino do Nascimento Silva, presidente da Província de S. Paulo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 16 fev. 1853 e 16 fev. 1854**. São Paulo, Typ. Dous de Dezembro, 1853-1854.
24. SÃO PAULO. Governo. 1859 (Torres). **Discurso com que o Ill. e Exmo. Sr. Senador José Joaquim Fernandes Torres, presidente da Província de S. Paulo abriu a Assembleia Legislativa Provincial no anno de 1859**. São Paulo, Typ. Marques, 1859.
25. SÃO PAULO. Governo. 1872 (Pereira Júnior). **Relatório apresentado a Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo presidente da Província, o Exmo. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, em 2 fev. 1872**. São Paulo, Typ. Americana, 1872.
26. SÃO PAULO. Governo. 1878 (Pereira). **Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Baptista Pereira, presidente da Província de São Paulo, passou a administração ao 2.º vice-presidente Exmo. Sr. Barão de Tres Rios em dez. 1878**. Santos, Diário de Santos, 1878.
27. STOLCKE, Verena & HALL, Michael. **A introdução do trabalho livre nas fazendas de café**. *Revista Brasileira de História*, 6: , set. 1983.
28. TSCHUDI, J.J. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo**. São Paulo, Martins, 1953.
29. TURENNE, Paul de. **L'immigration et la colonisation au Brésil**. *Revue Britanique*, 1:452-3, fev. 1879.
30. WITTER, José Sebastião. **Ibicaba, uma experiência pioneira**. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982.

ASPECTOS DO CONTROLE SOBRE O COTIDIANO OPERÁRIO EM SÃO PAULO — 1920/1935

MARIA AUXILIADORA GUZZO DE DECCA
Professora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar alguns aspectos da dominação do elemento operário fora dos locais de trabalho, na cidade de São Paulo, entre 1920/1935. Desde os fins do século XIX, o operariado industrial e urbano surge como força social importante, especialmente na cidade de São Paulo, e passa a ser objeto de atenção e preocupação dos setores dominantes da sociedade. Apontar o sentido histórico específico dessa dominação sobre o operário em seu cotidiano fora das fábricas, nos anos vinte e anos trinta, é a principal intenção deste trabalho.

Desde os fins do século XIX, o operariado industrial e urbano surge como força social importante em São Paulo, especialmente na capital do estado. No interior de uma sociedade onde o caráter urbano-industrial se acentuava progressivamente, a vida operária, dentro e fora dos locais de trabalho, passa a ser objeto de atenção e preocupação em São Paulo, notadamente a partir da última década do século XIX e décadas iniciais do século XX.

O “quadro de vida” do operariado fora dos locais de trabalho, na cidade de São Paulo, sempre esteve circunscrito e atravessado pelos interesses de capital, o que é próprio na sociedade capitalista.

Abordar alguns aspectos da dominação do elemento operário fora dos locais de trabalho é o objetivo deste artigo.*

* Este artigo sintetiza algumas idéias apresentadas no Capítulo II, O Controle do Cotidiano Operário, do trabalho *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1927-1934*. Campinas, 1983. Dissertação, Mestrado, Unicamp.

Tornou-se quase lugar comum a afirmação de que a estratégia da sociedade capitalista, mesmo sem uma lógica fatalista e pré-determinada, consiste na dominação do operário dentro e fora da fábrica. Historicamente, no entanto, esse domínio sobre o proletariado industrial e urbano se efetivou, diferentemente, nos locais de trabalho e fora deles, em períodos e locais determinados. Homogeneizar mecanicamente dominação no “trabalho” e, por decorrência, na “vida” retira, de certa forma, a historicidade de um processo que ocorre conflituosamente a partir da emergência do operariado como força social significativa, desde os fins do século XIX na cidade de São Paulo. Como se sabe, a “estratégia capitalista de dominação” do cotidiano operário fora das fábricas, locais de trabalho, foi extremamente complexa e pode ser vista sob inúmeros aspectos e múltiplos ângulos.¹ Foram múltiplas, por exemplo, as estratégias de poder e controle sobre o operariado, sendo levadas a cabo por agentes históricos concretos, nem sempre ligados diretamente ao capital, pertencentes a diferentes grupos sociais, localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos, em agências vinculadas ou não ao poder público, etc. Essas múltiplas estratégias de poder e controle emergiam pontual e “inconscientemente” no interior da sociedade capitalista visando conformar o operariado à ordem burguesa.²

Pretende-se verificar como em um momento histórico específico, década de vinte e inícios da década de trinta, o cotidiano operário em São Paulo, em alguns de seus aspectos, foi visto, pensado, como foram elaboradas soluções para os problemas operários... A maneira como o operário e/ou o pobre foram vistos na sociedade capitalista foi responsável, de certo modo, pela maneira com que foram tratados, pelos tipos de legislação, modos de administração, tipos de filantropia, formas de política pública e privada

1 FENELON, Déa Ribeiro. Fontes para o estudo da industrialização no Brasil, 1889-1945. *Revista Brasileira de História*, 3:79-115, mar.1982.

2 JONES, Gareth, S. *Outcast London*. Harmondsworth, Penguin, 1976; *Le Londres des Réprochés; de la “démoralisation” à la “dégénérescence”*. In: MURARD, L. & ZILBERMAN, P. *L'haleine du faubourg; ville, habitat et santé au XIX^e siècle*. Paris, Recherches, 1978; FOUCAULT, Michel. *La verdad y las formas jurídicas*. Barcelona, Gedisa, 1980. p.89-115; MURARD, Lion & ZYLBERMAN, Patrick. *Le soldat du travail; guerre, fascisme et taylorisme*. Paris, Recherches, 1978.

que tão concretamente afetaram sua vida e condição.³ Tensionava-se também mostrar como a dominação do operário fora das fábricas, dos locais de trabalho, tentava se efetivar e se efetivava na cidade de São Paulo através de inúmeras formas de controle.

Historicamente é possível situar e contextualizar o interesse dos setores dominantes da sociedade, do poder, em suas múltiplas manifestações, pela vida operária. Assim, a “questão” do operário e/ou do pobre assumiu contornos diferentes através dos diversos períodos.

No decorrer da década de 1920 e inícios da década de 1930 pode ser identificada, por exemplo, uma preocupação unificada com a racionalização e adequação da vida operária em seus múltiplos aspectos na cidade de São Paulo por parte de diferentes instituições, agências do poder público, setores sociais... A preocupação com a “condição operária” tem suas especificidades em São Paulo principalmente no fim dos anos vinte e inícios dos anos trinta.

Talvez as visões sobre os meios operários tenham variado pouco nos anos dez, vinte e trinta, mas tudo indica que depois dos anos de maior agitação e revolta do proletariado urbano em São Paulo — 1917/1920 — os estudos, diagnósticos e proposições sobre o viver operário adquiriram um caráter mais técnico e pragmático, sendo privilegiadas, em relação ao trabalhador, implícita ou explicitamente, estratégias de controle mais persuasivas que diretamente repressivas. Nas décadas de vinte e trinta parece se identificar no discurso do poder sobre a questão social um tom técnico, educativo, disciplinador, conformista.

Em São Paulo, o estabelecimento de um padrão de vida operário, juntamente com a determinação de salários “mínimos” suficientes para obtenção de alimentação necessária à sobrevivência do operariado industrial e urbano, a preocupação com o problema operário da habitação, o equacionamento da higiene e saúde no meio operário com a questão pública e econômica, foram temas presentes nos anos vinte

3 HIMMELFARB, Gertrude. The culture of poverty. In: DYOS, H.J. & WOLFF, M. *The Victorian city: images and realities*. London, Routledge & K. Paul, 1973. v.2.

e inícios dos anos trinta, focalizados pelo poder sob uma ótica crescentemente técnica, racional e disciplinadora, de maneira a estender a dominação sobre os trabalhadores fora das fábricas e locais de trabalho, de modo mais persuasivo e sutil, ampliando os espaços do controle social. Disciplinar o lazer e adequar a educação nos meios operários também foram intenções que podem ser vislumbradas em várias fontes disponíveis para o período. A preocupação com a disciplina do lazer e a adequação da educação nos ambientes proletários de São Paulo será o aspecto diretamente discutido neste trabalho.

A imprensa operária em São Paulo denunciou com alguma veemência no final dos anos vinte e inícios dos anos trinta, a presença mais efetiva de instituições como a Igreja no controle da vida operária. **O trabalhador Gráfico** denunciava em 25-05-1928: "A burguesia se aproveita desse fato para canalizar todos os jovens das fábricas para os seus clubes... Se o clube é de uma fábrica, é o nome da fábrica e a cor da fábrica que defendem; a burguesia cultua neles a paixão e a luta contra a juventude das outras empresas". Afirmava **A Plebe** em 28-01-1933: "Atualmente são três os meios infalíveis que os ricos exploradores das misérias e necessidades do povo empregam para tornar a classe operária uma massa bruta: o esporte, o padre e a política. Não existe nenhuma vila ou aglomerado de casas de operários que não tenha o campo de futebol, a igreja e os gorjetados incitadores políticos". Inúmeras referências deste tipo podem ser encontradas nestas folhas operárias.⁴ Não há dúvida que um domínio mais direto sobre a vida do operariado por parte das classes dirigentes e instituições, fora dos locais de trabalho, tentou se estabelecer de inúmeras maneiras à medida que o proletariado surgia como força social importante na cidade, configurando ameaça velada ou aberta para a ordem constituída.

A Vila Operária Maria Zélia (no final dos anos vinte, Vila Scarpa, do Cotonifício Scarpa) que tinha toda a sua

⁴ **A PLEBE**, São Paulo, 25 jun. 1927, 14 jan. 1933, 25 fev. 1933, 10 jun. 1933, 10 fev. 1934; **O TRABALHADOR GRÁFICO**, São Paulo, 1.º ago. 1928, 25 maio 1928, 1.º jul. 1928, 7 fev. 1929 e outros.

vida social dirigida pela indústria (festivals eram oferecidos aos operários com o auxílio da igreja local; possuía escola, creche, capela em seu interior) constituiu o exemplo mais extremado de uma forma direta de controle e certamente quase que único na capital do estado.

O que a imprensa operária registrava, na verdade, era um empenho sutil e menos repressivo junto ao operariado ao longo da década de 1920 e inícios da década de 1930, por parte de instituições, grupos dirigentes, poderes públicos municipais e estaduais. Iniciativas desse tipo, cuja intenção de controle e “domesticação” era às vezes explícita, ocorreram também em relação ao lazer e educação do operariado industrial e urbano em São Paulo.

Os meios operários foram vistos por instituições e grupos dirigentes, desde os fins do século XIX, como extremamente perniciosos para a “moral e disciplina do trabalho”, focos de agitação e revolta social. Hábitos operários no escasso tempo de lazer disponível eram considerados vícios e a recreação do operariado era considerada “improdutiva”. O trabalho do menor nas fábricas foi muitas vezes justificado social e moralmente pela intenção de retirá-lo de meios “malsãos” e viciados. Alguns grandes estabelecimentos industriais em São Paulo, na década de dez, junto às vilas operárias construídas para habitação de mestres e contra-mestres, edificaram todo um aparato destinado à recreação de quem era necessário reter e controlar na produção. Iniciativas deste porte em relação ao operariado industrial como um todo raramente se concretizaram. Instituições como a Igreja ofereceram sempre a alternativa das festas religiosas, quermesses, procissões e romarias nos bairros pequenos, pobres e operários da capital, como lazer.

Na década de vinte e inícios da década de trinta, a uma retórica que se mantém em grande parte inalterada quanto à necessidade de um “lazer mais saudável e produtivo” para o operariado no sentido de torná-lo mais “disciplinado e ordeiro”, esboçam-se iniciativas, até certo ponto, freqüentes, de “disciplinar seu lazer”. Alguns autores discutiram a organização do lazer como taylorização do tempo livre para au-

mento da produtividade. Talvez na São Paulo dos anos vinte e inícios dos anos trinta fosse esse o sentido mais preciso de certas iniciativas quanto ao lazer do operariado. Essas iniciativas se traduzem no patrocínio do futebol de várzea e do esporte, nas realizações que a Igreja, com o respaldo de associações femininas e de “benemerência”, tentava realizar nos “meios proletários” de maneira mais organizada,⁵ e em algumas iniciativas-modelo que os serviços públicos iniciam na cidade para a recreação das “crianças pobres e operárias” (Parque Pedro II — parque infantil).

A atuação da Igreja através do Centro Operário Católico Metropolitano, que tinha “filiais” nos diversos bairros operários (Lapa, Móoca, Penha, Barra Funda, Itaquera, Ipiranga, Brás), e, as iniciativas-modelo dos “parques públicos infantis” permitem aproximação interessante.

O Centro Operário Católico Metropolitano buscava um tipo de atuação mais organizada nos meios operários através de doutrinação, realizações “sociais”, promovendo e estimulando obras de “benemerência” e caridade, mais dirigidas, com o concurso financeiro de várias associações e de grupos religiosos de diferentes setores sociais. Principalmente no final dos anos vinte e inícios dos anos trinta, em função da propaganda pela sindicalização operária católica (ligada à Liga Eleitoral Católica), promoveu freqüentemente “festivais sociais” nos bairros operários, com o concurso de várias associações católicas. Seu jornal **O Operário** pretendia ter um empenho educativo e recreativo junto ao operariado.⁶ O Centro anunciava como atrativo, para obtenção de inscrições operárias, “honestas diversões”, que muitas vezes constituíam conferências sociais e educativas (temas como “Alegria no Trabalho”, “A Higiene no Lar como Fator de Felicidade”, “A Mulher no Lar” não eram raros. **O Operário** — 30-07-1933; 25-02-1934). Inquéritos às vezes eram realizados através do semanário **O Operário** sobre o divertimento pre-

5 Por exemplo, programas nos bairros operários para crianças. **O OPERÁRIO**, São Paulo, 11 jun. 1933.

6 Junto aos ricos, o semanário católico **O Operário** pretendia ter uma missão conscientizadora no sentido de obter sua ajuda para a construção de escolas gratuitas e auxílios para os operários doentes e desempregados, etc... Nesse sentido, por exemplo, **O OPERÁRIO**, São Paulo, 16 out. 1932.

ferido da mulher operária, na seção **Cantinho das Operárias**, e o encantamento mediante as respostas recebidas era tanto maior quanto maior fosse a ênfase na predileção “de ginástica, esporte, passeios ao ar livre e outros divertimentos saudios...”. O caráter mais “pragmático” da atuação do Centro no sentido de promover realizações festivas e assistenciais para o operariado em função da propaganda pela “sindicalização operária católica” não pode obscurecer o sentido de continuidade de um tipo de atuação que a Igreja passara a desenvolver através de alguns de seus setores, centros e associações em relação à classe operária na capital, onde a benemerência e a caridade não tinham intenção apenas temporizadora mas transformadora. O operariado, a classe trabalhadora, através de uma ação preventiva quanto aos hábitos e à moral, que divertimentos são e educativos também propiciavam, constituiria força harmônica e não antagônica para a ordenação social vigente.

A disciplina do lazer, em função de uma maior adequação ao trabalho e à vida em um centro urbano que se industrializava e expandia de maneira crescente, foi buscada pelos poderes públicos de forma “idealizada” nos cuidados formativos com a criança, principalmente a dos meios proletários. As pretensões eugênicas que acompanharam os programas de saúde pública, em particular os destinados aos meios pobres — “degenerados física e mentalmente” — tiveram seu lugar nos intuitos de preparação e preservação da criança pobre e proletária através de um meio-ambiente sadio. As teses dos higienistas que deram lugar à estruturação de serviços de educação e propaganda sanitária, particularmente nos meios pobres, ensinaram também a criação do centro pioneiro de recreação — **Parque Infantil Pedro II** — nos anos vinte, cujo desdobramento, nos anos trinta, foi o “programa de parques infantis” destinados aos filhos de operários onde a idéia de um lazer dirigido e de caráter disciplinador e formativo foi desenvolvida, implicando na divisão, aumento e reorganização do aparato administrativo municipal.

Em 1934 era criada uma Comissão de Recreio Municipal, que se justificava pelos considerandos de que a organização de um sistema de recreio era dever social e do poder público, não constituindo atividade **inútil** (“grandes forças morais e espirituais do país dependendo em grande parte da maneira pela qual são empregadas as horas de descanso dos seus cidadãos”), tendo sido a experiência de recreio organizado do Parque Pedro II frutífera.⁷ Em janeiro de 1935 criava-se o Serviço Municipal de Jogos e Recreios para crianças cujas atribuições seriam localizar, organizar e instalar os parques de jogos infantis e orientar todos os serviços relativos à sua construção e aparelhamento (de preferência deveriam ser localizados perto de escolas, “casas de apartamentos” e nos bairros operários). Justificava-se a medida pela importância moral e espiritual que tinha para a Nação a utilização do modo de descanso de forma saudável — grande alcance moral e higiênico; os jogos criariam valores como a solidariedade, comunicabilidade e cooperação; as praças de jogos contribuiriam para a educação higiênica e social, estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais sendo meio poderoso de afastar as crianças de bairros pobres dos focos de maus hábitos, vícios e criminalidade, etc...⁸ Uma Comissão Municipal de Recreio — órgão deliberativo e consultivo — teria como componentes um representante do Serviço Sanitário do Estado, da Diretoria de Ensino do Estado, do Departamento de Educação Física do Estado, o diretor do Instituto de Higiene, professor do Instituto de Educação da USP e representante de associações de assistência e proteção à infância. Um higienista ou educador seria responsável como chefe pelo serviço.

Com a criação do Departamento de Cultura e Recreação, este serviço passaria a ser uma de suas Divisões — Educação e Recreios — composta de seções de Parques Infantis, de Campos de Atletismo, Estádio e Piscinas e de Divertimentos Públicos. A seção de Campos de Atletismo, Estádio e Piscinas (ainda a ser instalada) tinha como função construir,

7 ATOS oficiais. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 3:99-100, ago. 1934.

8 ATOS oficiais. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 9:157-62, fev. 1935.

sobretudo nos bairros operários, campos para atividades atléticas, ginásticas e esportivas, a fim de “desviar”, dos ambientes improdutivos ou prejudiciais, os operários em folga no tempo que lhes faculta o regime de trabalho.⁹

O caráter preventivo-educativo-utilitário dos parques infantis como forma de recreio organizado para os filhos de operários foi constantemente reafirmado na década de trinta. Inúmeras referências elogiosas e justificadoras dos parques infantis como forma de recreação disciplinadora e útil são encontradas em vários números da Revista do Arquivo Municipal no período. Os parques infantis deveriam constituir ainda laboratório para inúmeras pesquisas e inquéritos dentro do espírito de “racionalidade-científica” geral do período. Os três parques infantis existentes, Pedro II, Lapa e Ipiranga, deram margem a uma retórica delirante mas bastante expressiva e informadora de um período:

São filhos de operários — sim para eles são feitos os parques — que, tendo frequentado a escola pela manhã, vem à tarde ao parque e já não querem outra vida, senão esta que o governo lhes dá em lenta e eficiente obra de educação social. Quanto pagam? Nem um vintém! E o calção? O primeiro dá-lhes o Departamento de Cultura. Outros, por conta própria, uma ninharia... E o leite? Gratuito. Banho, ginástica, professores e monitoras, tudo sem despesa de centil. De fato, para os filhos de operários de São Paulo, são pedaços de céu os parques que o Departamento de Cultura lhes oferece.¹⁰

Desqualificando politicamente o período anterior a trinta, de maneira indireta, Afrânio Peixoto em visita a São Paulo, após referências altamente elogiosas aos parques infantis, às realizações daquele Departamento “encantado” (o da Cultura), dizia: “E penso, complexivamente: comunismo se combate com obras sociais e não com polícia”.¹¹

“Concursos de Decoração Proletária”, bibliotecas para os bairros operários, Clubes de Menores Operários reafir-

9 ATOS oficiais. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 12:229-41, 1935.

10 MIRANDA, Nicanor. Parques infantis — uma opinião nacional. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 35:272-74, 1937.

11 NOTICIÁRIO: o Departamento de Cultura. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 30:265, 1936.

mavam as intenções de estabelecimento do recreio “produtivo” e “disciplinador” para o operariado e seus filhos, visando retirar principalmente as crianças operárias do “ambiente nocivo ou pernicioso do lar proletário”, ao longo da década de trinta. Os concursos visariam a “estabilização do sentimento doméstico”, enquanto a montagem “em pleno bairro do Brás de uma biblioteca operária” com conselheiros culturais, dotado de manuais técnicos e livros especializados, visaria “a orientação dentro de rumos honestos e seguros das classes obreiras”.

Preocupações e iniciativas que se esboçaram direta ou indiretamente quanto à vida operária em São Paulo em seus vários aspectos, desde os fins do século XIX e, que no decorrer dos anos vinte e inícios dos anos trinta deste século tem uma particularidade e especialidade históricas próprias, faziam Mário de Andrade afirmar:

Os grotões transformaram-se em jardins cortados a meio pelas avenidas e pela sombra dos viadutos não há mais sapo. Nos jardins encontrareis recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São os parques infantis onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social.¹²

Em uma cidade que se caracterizava como centro industrial cada vez mais importante, a educação do operariado foi preocupação constante. A questão da “educação” nos meios operários pode ser vista sob muitos ângulos. Houve um empenho “educativo” de cunho geral e difuso em relação ao operariado no sentido de sua “adequação” para o trabalho e cidadania que ultrapassou os marcos institucionais da escola. Como se viu, o próprio “tempo livre” do operariado tentou ser organizado de forma “educativa”.

Nas escolas, no entanto, o operariado e seus filhos foram educados de maneira mais organizada e dirigida.¹³ Nas es-

12 ANDRADE, Mário de. Dia de São Paulo; discurso de Mário de Andrade no dia do aniversário da cidade. *Revista do Arquivo Municipal, São Paulo*, 19:271-4, 1936.

13 DECCA, M.A.Guzzo. Alguns aspectos da vida operária em São Paulo. *Revista Plural*, 1(3):26-41, 1979. *Inquéritos e fontes oficiais; a determinação da condição operária*, São Paulo, 1911-1935. Campinas, Unicamp, 1984. Mimeografado.

colas profissionais e escolas noturnas públicas da capital, nas escolas profissionais particulares existentes em São Paulo ligadas ou não a estabelecimentos industriais (a Escola Profissional do Liceu Sagrado Coração de Jesus, por exemplo, teve na década de vinte bastante importância tendo suas oficinas gráficas se aparelhado com o decorrer do tempo) era especificado um tipo de instrução que visava a qualificação do operariado para o trabalho, buscando atender a médio e longo prazo às necessidades da produção. Nas escolas mantidas por instituições como a Igreja destinadas aos operários e pobres se veiculava instrução regular e religiosa e às vezes o ensino técnico tentava ser ministrado.

Nos diferentes tipos de escolas frequentados pelo operariado e seus filhos, de cunho profissionalizante ou não, tratava-se de educar o operariado e as crianças dos meios proletários no sentido de sua preparação para a vida social, de sua “adaptação social”, retirando-os dos “meios nocivos”, dos centros de “recreação improdutiva”. O aspecto disciplinar prevalecia entre os objetivos educacionais propostos nos diferentes cursos destinados ao proletariado da cidade. Nas escolas profissionais, por exemplo, podem ser destacados, entre outras perspectivas, os seguintes aspectos: formação de caráter, de hábitos cívicos, noção exata dos deveres cívicos e de seu valor na nacionalidade, cultivo de responsabilidade técnica... Pensava-se fazer “o melhor cidadão no melhor obreiro”, defendendo a educação utilitária que levaria à obediência e disciplina não só no trabalho, mas em todas as esferas da vida social.

As tentativas e, em parte, a efetivação de dominação e controle dos setores dominantes da sociedade sobre aspectos do cotidiano operário não pode ocultar a luta e a resistência operárias para garantir a autodeterminação de seu modo de vida.

Nos fins da década de vinte e inícios da década de trinta, formas alternativas de lazer propostas pelos sindicatos operários, pelos grupos anarquistas e comunistas, eram também expressivas na cidade e não foram estranhas ao cotidiano de parte do operariado.

A classe operária também cuidava da sua própria instrução. Grupos operários de tendências políticas diferentes apresentavam propostas de instrução através de sua imprensa; lutavam para criar nos sindicatos e fora deles, escolas, centros de aprendizagem, centros de cultura "social e operária"... Parte do operariado estava empenhada na preservação de sua própria imprensa enquanto modo de vida, enquanto instrumento de educação e conscientização.

A resistência operária diante do cotidiano difícil imposto por uma sociedade onde o caráter urbano-industrial se acentuava revelou-se de inúmeras formas, em vários níveis, em uma multiplicidade de aspectos difícil de ser captada e resgatada. Importa afirmar sua existência e sua vigência enquanto parte importante de nossa memória social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Mário de. Dia de São Paulo; discurso de Mário de Andrade no dia do aniversário da cidade. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 19:271-4, 1936.
2. ATOS oficiais. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 3:99-100, ago. 1934; 9:157-62, fev. 1935; 12:229-41, 1935.
3. DECCA, M.A. Guzzo. Alguns aspectos da vida operária em São Paulo. **Revista Plural**, 1(3):26-41, 1979.
4. ———. **Inquéritos e fontes oficiais; a determinação da condição operária**, São Paulo, 1911-1935. Campinas, Unicamp, 1984. Mimeografado.
5. ———. **A vida fora das fábricas; cotidiano operário em São Paulo, 1927-1934**. Campinas, 1983. Dissertação, Mestrado, Unicamp.
6. DYOS, H.J. & Wolff, M. **The Victorian city; images and realities**. London, Routledge & K. Paul, 1973. 2 v.
7. FENELON, Deá Ribeiro. Fontes para o estudo da industrialização no Brasil, 1889-1945. **Revista Brasileira de História**, 3:79-115, mar. 1982.
8. FOUCAULT, Michel. **La verdad y las formas jurídicas**. Barcelona, Gedisa, 1980.
9. JONES, Gareth S. **Outcast London**. Harmondsworth, Penguin, 1976.
10. MIRANDA, Nicanor. Parques infantis: uma opinião nacional. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 35:272-4, 1937.
11. NOTICIÁRIO: o Departamento de Cultura. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, 30:265, 1936.

12. MURARD, L. & ZYLBERMAN, P. *L'haleine du faubourg; ville, habitat et santé au XIXè siècle*. Paris, Recherches, 1978.
13. ———. *Le soldat du travail; guerre, fascisme et taylorisme*. Paris, Recherches, 1978.
14. O OPERÁRIO, São Paulo, 16 out. 1932; 11 jun. 1933.
15. A PLEBE, São Paulo, 14 jan. 1933 -0 fev. 1934.
16. O TRABALHADOR GRÁFICO, São Paulo, 25 maio 1928-7 fev. 1929.

SÉCULO XIX: A ELABORAÇÃO DE UM MITO LITERÁRIO*

MARIA STELLA BRESCIANI

Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

RESUMO

O século XIX chegou até nós através da literatura. A importância da imprensa como veículo de comunicação de massa vincula-se solidariamente aos literatos e à procura da identidade de classes, das representações e das imagens das condições de vida nas cidades. Constitui, portanto, um desafio para o historiador entender esse poder de convencimento e de sedução do texto literário e de seu produtor que, como intelectual, torna-se figura imprescindível para a elaboração de imagens e conceitos que tornaram possível para os contemporâneos lidar com a extrema diversidade da experiência de vida urbana.

*La rue es plume intime à cause de la brume.
Autour des becs de gaz l'air tout entier s'allume
Chaque chose a sa part de rayons; et je vois
Toute la longue rue exister à sa fois.*

Jules Romains (1904-1907)

Este artigo procura analisar, do ponto de vista histórico, a relação entre os meios de comunicação de massa ou a cultura produzida em larga escala e a constituição da identidade das personagens urbanas nos séculos XIX e XX. Esta reflexão inspira-se na proposta de Walter Benjamin sobre a obra de arte na época de sua reprodutividade técnica, momento em que a produção do artista perde sua singularidade irredutível desdobrando-se em cópias infinitas destinadas a um público consumidor amplo e ávido por adqui-

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no Seminário "História e Literatura", da APAH, em Curitiba em 12-09-85. A autora agradece à FAPESP pelo apoio financeiro para a viagem de pesquisa à França (nov.86-fev.87) que contribuiu para colher mais documentação e redigir a versão que agora é publicada.

rir mercadorias.¹ Acessível pelo preço e pela circulação comercial, a obra de arte ou a produção cultural se populariza num movimento que referido aos mitos fundadores das sociedades civilizadas constitui o universo simbólico das representações e do imaginário da cultura nos últimos dois séculos.² Sem dúvida, a formação de uma cultura urbana no século XIX, a fragmentação dessa representação geral em individualidades singulares referidas a especificidades nacionais e a reaglutinação desse universo simbólico no início deste século, a partir de avaliações críticas da civilização tecnológica que tenderam a minimizar as singularidades em busca de sua própria característica na produção da aldeia global, não podem ser reduzidas a um mesmo “acontecimento histórico”.

Afirmo, entretanto, um ponto de vista teórico para o estudo da produção e da circulação cultural de massa: ele é diverso da postura de ampla aceitação entre críticos literários, historiadores e sociólogos da arte e da literatura que erigem o **autor** e sua **produção** em objetos de estudo, buscando compreendê-los e explicá-los partindo da inserção social do autor. Não nego o vínculo entre o autor e a sociedade, nem a importância da sua condição de nascimento, sua formação intelectual e sua experiência de vida. Por outro lado, gostaria de mostrar, como já indiquei no início, que, para além da faceta reflexiva e expressiva da obra de arte no mundo contemporâneo, pode-se considerá-la em sua diversidade como linguagens que participam ativamente da constituição das identidades sociais e das concepções sobre as cidades moderna.

Esta afirmação é facilmente inteligível em nossos dias, quando os grandes veículos de comunicação de massa apresentam-nos a imagem do que somos, não através de um movimento mimético que retrata ou representa a “realidade” aparente, mas como movimento instituinte de nossa condição social. Criando imagens com as quais nos identi-

1 BENJAMIN, W. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: OS PENSADORES. São Paulo, Abril, 1975. v.48, p.9-34.

2 A relação entre os mitos de fundação e a identidade coletiva nos países do século XIX é indicada para a França e a Inglaterra em meu texto *Londres e Paris no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ficamos e que procuramos compor na vida cotidiana, esses meios de comunicação são estreitamente solidários com o estabelecimento de hábitos e comportamentos adequados a cada personagem, com quadros de valores e sistemas de representação; enfim com o nosso **ser social**.

A mesma solidariedade, se bem que menos explícita e menos espetacular, pois materializada em imagens textuais e gráficas, eu persigo no século XIX, fazendo uma incursão pela produção literária, que difundiu-se em grande parte através da imprensa periódica na forma do folhetim. Acompanho um pouco as pegadas de W. Benjamin em seus ensaios "Sobre alguns temas em Baudelaire", "Paris, capital do século XIX" e "A Paris do Segundo Império em Baudelaire".³ Nesses ensaios, a capital da França reúne os **signos da modernidade** e assume a dimensão de **mito histórico**: o espaço físico e social da cidade traz em si as marcas dos conflitos entre os valores secularmente estabelecidos, arrasados de forma radical (ao menos no plano das representações) pela revolução de 1789 e um mundo a ser construído sobre novas bases. As revoluções de 1830, 1848 e 1871 confirmam a França, sobretudo Paris, como o lugar histórico da política moderna, o lugar onde as inovações técnicas confirmam a excelência da racionalidade mecânica traduzindo-a em projetos utópicos e reformistas. Com certeza, a proposta e a efetiva realização dos falanstérios de Fourier e a remodelação da cidade de Paris pelo seu prefeito durante longos anos do segundo império, o Barão Haussmann, materializam a relação entre arte e técnica, entre teoria e prática em suas tentativas de conciliar o conflito entre o homem e a máquina, entre o capital e o trabalho.⁴

Elegendo Paris como o lugar da história no século XIX, W. Benjamin foi certamente solidário a Marx. Viu na França e no proletariado francês a promessa, já no século XX fracassada, da revolução socialista. Um operariado politizado na tradição da revolução social, ativo e contrastante com o

3 Sobre alguns temas em Baudelaire. In: OS PENSADORES, v.48, p.35-62. Paris, capital do século XIX e A Paris do segundo império em Baudelaire. In: Walter Benjamin. São Paulo, Ática, 1985. p.30-122.

4 BRAVO, Gian Mario *Les socialistes avant Marx*. Paris, Maspero, s.d.; artigos citados de W.Benjamin.

operariado inglês, que na metade do século abandonara a tradição radical de cultura política e aceitara as regras do jogo burguês ao reivindicar um canal de representação política e a legitimidade de suas reivindicações. Contudo, a Inglaterra foi também erigida em paradigma da sociedade moderna pela produção literária do século XIX. Se na França Lyon é construída literariamente como a capital do trabalho e Paris como a capital das lutas políticas do trabalhador, a Inglaterra teve seus equivalentes modelares em Manchester e Londres. Provavelmente, não por acaso, W. Benjamin tenha recorrido ao conto **O homem da multidão** de Edgar Allan Poe, para ilustrar sua tese sobre os movimentos mecânicos da multidão das ruas das grandes cidades repondo mimeticamente os movimentos condicionados pelo trabalho submetido ao tempo do relógio. A cena se passa em Londres.⁵ Sobre a Inglaterra, com certeza, concentraram-se os olhares ansiosos por decifrar os sinais da moderna produção industrial e da economia política, transformada em dogma e lei de Deus, impressos como marcas visíveis nos corpos das pessoas. Sobre a França, recaíram os olhares apreensivos da triunfante sociedade burguesa em busca dos sinais da revolução proletária impressos nos rostos dos trabalhadores. Em 1871, a Comuna faz o mito coincidir com a história. Paris torna-se um paradigma: a capital do século XIX.⁶

5 POE, Edgar A. O homem na multidão. In: ———. Poesia e prosa. Porto Alegre, Globo, 1944. v.2.

6 BRESCIANI, M.Stella, Metrôpolis: as faces do monstro urbano; as cidades no século XIX. Revista Brasileira de História, 5(8/):35-68, 1985. KEATING, P.J. Working classes in Victorian fiction, London, Routledge & K. Paul, 1971. cap. 4.

A LANTERNA DE DIÓGENES E O FOGO DE VULCANO

"So far from the smo/e of London being offensive to me, it has always been to my imagination the sublime canopy that shrouds the City of the World".

Benjamin Haydon, 1841*

"London and our other great commercial citiles are masses of sordidness, filth and squalor, embroidered with patches of pompous and vulgar hideousness".

William Morris, 1883**

A elaboração literária da imagem da grande cidade percorreu avaliações diferenciadas das condições e experiência de vida urbana. O conjunto dessas representações, fortemente marcado pelo uso das metáforas da natureza e dos movimentos mecânicos sugerem a dificuldade para nomear o que nelas ocorria. Teceram também as imagens monstruosas das grandes cidades intimamente vinculadas à condição de lugar e símbolo da modernidade.⁷

Concebidas como o estágio supremos da artificiosidade humana, as imagens díspares da racionalidade desproporcional e auto-referida e a do tumor crescendo e se apoderando do corpo social conviveram de forma recorrente nas representações da cidade nos textos do século XIX. Imponderável e imprevisível era considerado o movimento das suas populações, mas também seu crescimento físico desmesurado fugia aos padrões estabelecidos. A imagem da cidade sofre uma reversão radical: ao invés do espaço fechado, restrito e defendido dos inimigos externos da cidade medieval, tem lugar a ocupação extensiva, a aglomeração populacional, os muros derrubados pela sua inutilidade e a convivência diária e ameaçadora do inimigo dentro dos próprios limites da cidade moderna. Todo um vocabulário se forma para dar conta do fenômeno urbano; uma represen-

* Longe de ser ofensiva para mim, a fumaça de Londres sempre foi para a minha imaginação a sublime abóboda que cobre a Cidade do Mundo. (Citado por Asa Briggs em *Victorian Cities*, Pelican, 1977, p. 311).

** Londres e nossas outras grandes cidades comerciais são amontoados de sordidez, imundícies e depauperação, ornadas com remendos de hediondez pomposa e medonha. [(Citado por Francis Sheppard em *London 1806-1870: the infernal wen*, Secker & Warburg, 1971, p.XVI)].

⁷ BRESCIANI, *Metrópolis...*, p.35-68.

tação estruturada da cidade como o lugar do progresso opondo-a ao campo, o lugar da tradição conservadora; uma linguagem de classes recobre a extensa variedade de seus habitantes, configurando na luta política e no dia a dia do trabalho os parceiros/inimigos da sociedade industrial.

Se o recurso às metáforas remete à dificuldade de nomear o que se vê, sugerindo ainda o **mecanismo monstruoso** ou o **corpo inarticulado** da sociedade, a clara delineação das condições de vida, a classificação de seus habitantes e de suas atividades não deixam de formar um eloquente contraste. O indizível tem nome. A massa se compõe de variadas personagens modelares. Do caos atribuído a Londres surge, em Dickens, a cidade do dinheiro e da política, receptáculo das populações residuais das cidades fabris, cujo tecido urbano expulsa os inúteis, os sem função e lugar designado. Da imagem de caos surge também a Londres dividida entre um Oeste rico e um Leste pobre, imagem que se desdobra em outra, da parte Oeste iluminada e ordeira contrastando com o lado Leste escuro, misterioso e selvagem. Com Disraeli a distância entre o lado rico e o pobre ganha a imagem de “Duas Nações” — a dos civilizados, composta pelos homens de propriedade, e a dos bárbaros, formada por aqueles que eram proprietários somente do próprio corpo. Ainda da imagem de caos, sob a metáfora dos marginais, surgem os pobres abjetos inutilizados pela degradação e pelo desgaste físico. A despeito da área sul da cidade também abrigar parcela da população pobre, o Leste de Londres torna-se na década de 1880 o símbolo da pobreza urbana.⁸

Sem configurar uma representação simétrica, a designação simbólica do lugar da vida operária em Paris recobre também um bairro, o faubourg Saint-Antoine. Por entre o turbilhão dessa “colmeia humana” vislumbrava-se a operosidade cotidiana e a revolta episódica. As metáforas da natureza sublinham o misterioso e o desconhecido. Nesse sentido, as lavas vulcânicas expressam ao mesmo tempo a força destruidora e imprevisível dos movimentos revolucionários e

8 LEES, Andrew. *Cities perceived: urban society in European and American thought, 1820-1840*. Manchester, Manchester University Press, 1985. p.106 seg.

suas figuras humanas, os herdeiros de Vulcano. Contudo, Paris também pode ser o labirinto, lugar de perdição energética e infernal. A metáfora mecânica recobre a representação da área central da cidade; as ruelas em torno da catedral de Notre Dame e do Palácio da Justiça escondem as prostitutas, os ladrões, os escroques, ou seja, todo um contingente de pessoas degradadas. A semelhança de Londres, em Paris todos cabem: burgueses, trabalhadores e ladrões. Do caos surge em Balzac uma multidão classificada em círculos. Em Eugene Sue, o caos parisiense pode ser organizado em pobres bons e pobres maus, em ricos bons e ricos maus, e numa classe média mesquinha e medíocre.⁹

Da representação de caos emerge sobretudo a imagem da força geradora das transformações sociais. A mecanização da vida e dos corpos submetidos ambos aos dogmas da economia política inglesa; a materialização dessa força na concreticidade das máquinas automotrizes: eis aí uma representação construída com tantos detalhes, tão recorrentemente utilizada como princípio explicativo dos fenômenos sociais que veio a se confundir com a própria escrita da história. A revolução de 1789 na França preenche também a representação de mito de origem da sociedade moderna. A força propulsora é entretanto de outra natureza: não são idéias concretizadas em máquinas, mas é o ímpeto da parte pobre da população revertendo as expectativas dos revolucionários burgueses que se torna o princípio sobre o qual se assenta, se bem que precariamente, a nova sociedade.

No título de um dos capítulos de *Os Miseráveis*, Vitor Hugo explicita a íntima vinculação entre a nova personagem e a história: "O futuro latente no povo". Para além do tom dramático, o escritor anuncia de maneira enfática a importância de seu ofício.

"*Fex urbis*, grita Cícero; *mob*, completa Burke indignado; turba, multidão, população. São palavras ditas apressadamente" afirma Hugo.¹⁰ É com certeza um alerta do autor para

9 BELLET, Roger, org. *Paris au XIX^e. siècle: aspects d'un mythe littéraire*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1984. p.47-69.

10 HUGO, Victor. *Les misérables*. Paris, Libr. Générale Française, 1972. 3.pt. livro 1, p.134-5.

aqueles que, por ignorância, desprezo, omissão ou mesmo despreparo, não se preocupam com o âmagô da sociedade. Hugo diz mais adiante: “Olhem através do povo e encontrarão a verdade”. No livro, esta frase fecha um estudo de Paris a partir de seu átomo: o **gamin**, a criança crescida nas ruas que mantém sua inocência em meio ao **lodaçal** da cidade. Essa criança é o povo de Paris vivendo nos bairros onde trabalha e sofre. Esses “pés-nús”, analfabetos são os “puros-sangue”, a “raça parisiense”, completa o autor.

Nas sendas do alerta de Carlyle para a burguesia inglesa, Hugo adverte sobre a necessidade de fazer “as luzes penetrarem nessas massas”. E prossegue: “retomemos o grito: Luzes! E sejamos obstinados! Luzes! Luzes! — Quem sabe essas opacidades não se tornarão transparentes? As revoluções, não são elas transfigurações? Ide filósofos, ensinaí, esclarecei, iluminai, pensai alto, falai alto, correi alegres em plena luz do dia, confraternizai nas praças públicas, anunciai os direitos, cantai a Marselhesa, semeais entusiasmo, arrancaí os galhos verdes dos carvalhos. Fazei da idéia um turbilhão. Esta multidão pode ser sublime”.¹¹

E se Carlyle advertia para o perigo representado pelas massas ignorantes respondendo mecânica e mimeticamente à violência da exploração dos ricos, Hugo prenuncia simetricamente a ameaça presente na multidão inarticulada e sem ideais. Para o pensador inglês, a multidão dos pobres perdera sua alma na luta diária pela sobrevivência numa sociedade toda ela baseada nos princípios da mecânica. Meras carcaças, eram autômatos respondendo automaticamente aos seus senhores, também eles automatizados. Na Inglaterra, o **Fiat Lux** deveria atravessar toda a sociedade para que fosse preservado o princípio fundante da vida civilizada. A alternativa às luzes era o caos. Na França de tantos filósofos, também estava em jogo o futuro da **humanidade**. Vitor Hugo não deixa por menos: “O **gamin** exprime Paris, e Paris exprime o mundo. Pois Paris é o total. Paris é o teto do gênero humano (. . .) Tal é Paris. As fumaças de seus telhados são

11 HUGO, p.135.

as idéias do universo”.¹² Retirar os seres ignorantes e abjetos das trevas para empregá-los na conquista do ideal: este o gesto ousado, a atitude corajosa da qual o “progresso depende”. E Hugo completa enfático:

Ousar, esse é o preço do progresso. Todas as conquistas sublimes são mais ou menos os prêmios da audácia. Para que a revolução aconteça, não basta que Montesquieu a apresente, que Diderot a preconise, que Beaumarchais a anuncie, que Arouet a prepare, que Condorcet a calcule, que Rousseau a prediga, é necessário que Danton ouse fazê-la.¹³

O tom premonitório desses dois autores não ia buscar suas certezas em verdades reveladas como dom divino; eles teciam suas avaliações da sociedade com o que alardeavam ser observação crítica dos fatos da vida. Suas certezas tinham a chancela dos métodos científicos. Eles comungavam com a grande aposta do século nas ciências, sem serem paradoxalmente seus apoligistas. Como outros homens ilustrados do seu tempo, Hugo e Carlyle definiam e legitimavam o lugar do intelectual na sociedade pela importância que atribuíam à necessidade de estabelecer uma ponte entre as duas partes da sociedade: a civilizada e a selvagem.

É interessante acompanhar o movimento de constituição da identidade burguesa elaborando simultaneamente o seu **outro** na figura do proletário. Esse movimento retirava sua força de alguns sinais da vida cotidiana: a família do patrão se afasta física e psiquicamente das oficinas e das fábricas; o patrão deixa de ser o chefe que na saída do trabalho partilha a bebida no bar com seus operários; os homens de propriedade passam a conhecer o seu parceiro e inimigo por procuração. O texto literário é solidário aos da pesquisa social não só por fixar essa distância, mas por magnificá-la e dar-lhe a dimensão de um abismo. A sociedade se fende e a burguesia é incitada a se conhecer e a conhecer esse seu **outro** selvagem, ignorante, tão diferente e tão próximo...

12 HUGO, p.130-4.

13 HUGO, p.134.

Escritores, jornalistas, filântropos, médicos, etc. não se cansaram de alimentar e manter acesa a curiosidade. A figura do operariado, as imagens de suas lutas insistentemente trabalhadas e projetadas como perigo iminente e conflito a ser resolvido, abriram no tecido social um espaço para o intelectual que se tornou para as pessoas de propriedade uma figura chave. Com seus instrumentos teóricos, se propunha a desvendar a inteligibilidade do caos aparente e, em particular, indicava os caminhos a serem percorridos para evitar que a sociedade retornasse ao caos primitivo.

**UMA NOVA FORMA DE PERCEÇÃO,
UMA NOVA SENSIBILIDADE**

“L’adorable printemps a perdu son odeur”. Baudelaire.

No ensaio *Sobre alguns temas em Baudelaire*, Walter Benjamin desenvolve uma reflexão em torno de memória voluntária e memória involuntária; sobre o caráter intransferível da memória involuntária pertencente ao inventário de cada pessoa nos múltiplos aspectos do seu isolamento; sobre o domínio da experiência, onde se dá a conjunção, na memória, do passado individual e do passado coletivo; sobre a importância da consciência para proteger nossas sensações dos infinitos estímulos da vida cotidiana; sobre a correlação entre o choque e o contato com as massas humanas das grandes cidades. Alerta-nos também para a condição amorfa dos transeuntes, do público das ruas — simplesmente multidão — que embora fortuito na poesia baudeleriana, deixou com sua presença constante uma “marca secreta em toda a sua criação”.¹⁴

Abandonando o plano da escrita experiência pessoal de Baudelaire que se negou a racionalizar a experiência em vivência para proteger-se e apresentar a seus leitores uma relação apaziguada com a movimentação das ruas, Benjamin indica, na direção oposta, a ampla cumplicidade entre

14 BENJAMIN, *Sobre alguns temas...*, p. 35-62.

os literatos do século XIX e a multidão. Em íntima relação com a produção literária, o público confunde-se com as personagens das novelas de folhetim. Ele espera que o autor o retrate, mas o próprio autor inspira-se em fatos da vida cotidiana, por ele mesmo anotados ou apresentados em relatórios governamentais, de entidades filantrópicas ou ainda de homens de dinheiro dedicados a tarefas científicas ou sociais, de forma a oferecer ao seu público uma imagem modelar das personagens da cidade.

Essa relação entre o autor e seu público vai além da produção da auto-imagem das populações urbanas, o novelista torna-se mesmo responsável pela formação de opinião. Benjamin lembra que Eugene Sue, popular folhetinista francês, foi eleito em 1850 representante no parlamento “desse povo miúdo das ruas de Paris”.¹⁵ A produção da obra literária, em alguns momentos faz coincidir no mercado a mercadoria livro e a política. Zola, outro autor popular, fez uso do texto literário para construir a figura modelar do militante político do Segundo Império na França, deslizando anonimamente em meio à multidão de pessoas que vivem ao redor do grande mercado de víveres do centro de Paris.¹⁶ E foi exatamente a partir da intenção de polemizar com a obra maior de Eugene Sue, *Os mistérios de Paris*, que Marx escreveu a *Santa Família* e assumiu a tarefa de fazer surgir da massa amorfa das cidades a figura fundamental para a revolução socialista.

É bem verdade que a cumplicidade em Marx é de outra natureza; trata-se não se estabelecer uma empatia com um público consumidor, mas de forjar o sujeito político revolucionário — o proletariado. Afinal, para ele, a cidade configurava o tempo e o lugar da história na sociedade burguesa: nela a burguesia surge e se afirma enquanto classe, exerce seu domínio; nela o proletariado se forma e sua luta contra o domínio burguês é a expressão da própria história que, no limite, aponta para a superação e a transformação da socie-

15 BENJAMIN, Sobre alguns temas...; ainda sobre a cumplicidade entre os autores de novelas e seu público leitor, ver CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e siècle*. Paris, Libr. Générale Française, 1978.

16 ZOLA, E. *Le ventre de Paris*. Paris, Gallimard, 1979.

dade de classes. Engels, aliás, numa obra da juventude, fez da multidão das ruas um tema marxista. Seu espanto perante a concentração humana numa cidade como Londres com uma dimensão excepcional para a época, traduz o mal-estar de homem acostumado a cidades menores, onde a multidão não chega a se constituir presença constante e agressiva. As imagens das cidades industriais inglesas, por ele elaboradas, fixaram em sínteses paradigmáticas as condições infernais de vida do proletariado fabril.¹⁷ Benjamin traça até um paralelo entre o desconcerto de Engels e o à vontade de tantos autores menores, desses folhetinistas que ensinavam a arte de se deixar levar pela multidão, de se identificar com ela. Contudo, a reação moral e estética de Engels resulta num quadro de anotação crítica da atividade do olhar que compõe com outros autores contemporâneos seus a representação que nós, no século XX, temos do século passado.

Um meticuloso recenseamento de ruas, bairros, pessoas, casas, cidades; uma avaliação da potência degradante do meio uarbanos sobre as pessoas; uma avaliação dos custos sociais da riqueza e do poderio econômico de um país voltado para a produção industrial. Uma avaliação feita a partir de um ponto de observação conceitual que elabora a exterioridade do analista em relação à população da cidade. Exterioridade impossível em Baudelaire, um cidadão por excelência, que se negou a destacar-se da multidão e fazer dela objeto de observação. Exterioridade que Poe elabora deliberadamente em **O homem da multidão**, recortando a figura do narrador em sua posição fixa perante o fluxo de pessoas que passam frente à janela onde está postado.¹⁸

Embora as experiências de Engels, Poe, Baudelaire e Hugo sejam diferentes entre si, em todas encontra-se o registro de uma novidade assustadora, porém fascinante, e de uma perda irrecuperável assumida em nome do progresso: a multidão das ruas em seu contínuo deslocamento e a qua-

17 ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Lisboa, Presença, 1975.

18 Em Metrópolis..., esboço mais detidamente a elaboração da distância constitutiva entre o sujeito e seu objeto de conhecimento mediatizado pelo conceito. Cf. também PIKE, Burton. The image of the city in modern literature. Princeton, Princeton University Press, 1981. cap.2.

lidade do tempo. Na novidade e na perda, o registro da experiência histórica da transformação: homens anônimos, sem individualidade, agitando-se em obediência a um poder invisível que faz de seus dias um ininterrupto vai e vem de atividades cujo objetivo é a obtenção de um salário ou a reprodução ampliada do capital investido; um tempo reificado, destituído de qualidade, mensurável e portanto dividido em partes iguais, exterior à história por ser sempre o mesmo até o infinito. O choque transformado em experiência, portanto mediatizado pelo campo de representações e de imagens formado pelo texto, em especial o literário.

“Le Printemps adorable a perdu son odeur!”, exclama Baudelaire.* Um mundo onde as pessoas e objetos perderam toda particularidade intrínseca, perderam sua aura. Um mundo sem mais lugar para a experiência do odor, que nas palavras de Benjamin é “o refúgio inacessível da memória involuntária”. Um mundo onde à semelhança da fotografia, a experiência alarga o campo da memória voluntária, onde os acontecimentos são conservados por meio de imagens visuais e sonoras. É a própria percepção que muda. Uma nova sensibilidade se instaura a partir do que deve agora se orientar através de seqüências de instantâneos; imagens fragmentadas que só compõem um todo mediatizadas pela reflexão intelectual.

Os homens dos começos do século XIX viveram a experiência radicalmente nova de um mundo esvaziado de formas de orientação multiseculares e saturado de referenciais cujo significado ocultava-se atrás de coisas aparentemente sem sentido. Dickens, que fez das ruas das grandes cidades inglesas o cenário de suas novelas, coloca o Sr. Pickwick numa janela de onde observa o movimento de pessoas submetidas ao poder do relógio da torre que marca o **tempo do trabalho**. O ritmo dos transeuntes varia de acordo com o horário de entrada no trabalho. A artificialidade desse tempo convenicionado e exterior ao homem ganha uma dimensão caricata quando Dickens faz o escrevente de um escritório chegar esbaforido e fingir estar trabalhando há tempo no momento

* A Primavera adorável perdeu seu perfume!

da chegada do patrão.¹⁹ O texto é certamente mordaz, mas é mais do que isso: ele tem uma dimensão didática, faz o leitor refletir sobre a corrida atrás do tempo, sobre o aparente *non sense* da vida moderna.

Ainda a mesma potência invisível faz das ruas o cenário do espetáculo cotidiano de levadas de homens e mulheres em constante circulação. A imagem de artifício se sobrepõe à imagem de caos, de um espetáculo que é sempre o mesmo embora em constante mutação. O mercado limitado é previsível da aldeia se assenhora de toda a cidade: mercadorias-produtos e mercadorias-pessoas estão em toda parte. A imagem de monstro figura a cidade moderna; a imagem de monstro mecânico devorador de homens figura o lugar do trabalho e a cidade do trabalho. Nos textos dos literatos a anotação do que ocorre nas ruas configura uma representação estética da cidade e a formulação da noção de modernidade. Engels, como outros, demonstrou que uma cidade podia ser lida, que na verdade ela deveria ser lida. Que “por trás” da **diversidade extrema** residia a possibilidade de classificação e de definição de conceitos. Tal como a sequência de lojas, casas de comércio, bares, armazéns e fábricas suportavam uma dupla leitura, a das suas respectivas funções e a de compromisso e tensão entre forças antagônicas, o espaço da cidade dava ensejo a duas anotações, a da especialização das áreas e da exclusão das classes trabalhadoras das melhores ruas.²⁰ O romance de Elizabeth Gaskell — **Norte e Sul** — diz literariamente a mesma idéia trabalhada em um ensaio por John Stuart Mill — **Civilização**:

19 DICKENS, Charles. *As aventuras do Sr. Pickwick*. São Paulo, Abril, 1979. Para a noção de tempo, consultar o clássico artigo de THOMPSON, E.P. *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial*. In: ———. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. s.l., Grijalbo, 1979.

20 Autores clássicos assinalaram essa especialização do espaço urbano no século XIX e a segregação da população pobre nos bairros operários, entre eles ENGELS, *A situação da classe...* e HOBBSBAWN, E. *A era do capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972. Richard SENNETT trata da questão a partir da partilha público/privado em *The fall of public man* (New York, A.Knopf, 1976. cap.7). Considerando a relação e a representação da cidade, ver ASA BRIGGS, *Victorian cities*. Harmondsworth, Penguin, 1977. cap.2; WILLIAMS, Raymond. *Culture and society*; 1780/1950. New York, Harper & Row, 1958; vários artigos da coletânea organizada por DYOS, H.J. & WOLFF, M. *The Victorian city: images and realities*. London, Routledge & K.Paul, 1973. 2v.; EAGLETON, M. & PIERCE, D. *Attitudes to classes in the English novel*. London, Thames and Hudson, 1979. cap.3 e 5, principalmente; MESSINGER, G.S. *Manchester in the Victorian age: the half-known city*. Manchester, Manchester University Press, 1986. cap.4 e 6.

A parte da cidade (Manchester) na qual fica Crampton era usada especialmente pelos trabalhadores fabris. Nas ruas em torno dessa área havia muitas fábricas das quais jor-ravam duas ou tres vezes por dia torrentes de homens e mulheres. Até chegar a conhecer os horários da entrada e da saída deles, Margaret sentia-se muito infeliz por encontrar-se com eles.

E. John Stuart-Mill:

Uma das conseqüências da civilização é a de fazer com que o espetáculo, e mesmo a própria idéia da dor, seja mantido cada vez mais longe das vistas das classes que usufruem de maneira plena os benefícios da civilização (...) Tudo o que na sociedade obriga as pessoas a se tornarem os agentes imediatos ou as testemunhas oculares da dor propositalmente inflingida foram delegadas, por consentimento geral, a parcelas pequenas e específicas de pessoas: ao juiz, ao soldado, ao cirurgião, ao assassino e ao carrasco. (...) Isto é enfaticamente mais verdadeiro para as classes refinadas e na exata proporção em que o refinamento aumenta: pois é por manter o mais longe possível da vista, não só a dor verdadeira, mas tudo o que possa ser ofensivo ou desagradável para as pessoas mais sensíveis, que o refinamento existe.²¹

A **dimensão inusitada** da cidade provocava evocações nostálgicas da Londres cercada por muralhas, em contraste com a cidade aberta, pela qual se caminhava sem divisar as fronteiras do campo. O **movimento ininterrupto** nas ruas da cidade inspirou metáforas que as igualavam a centros magnéticos exercendo forte atração sobre homens e mercadorias. A imagem de uma sucção poderosa com um raio de ação bastante amplo que não se esgotava em sua superfície visível, mas que atuava através de um raio ainda mais vasto, desconhecendo fronteiras terrestres e dificuldades marítimas, dia e noite, verão e inverno ininterruptamente, foi construída por De Quincey, nos anos quarenta, para falar de Londres.²²

21 MARCUS, Steven. *Engels, Manchester and the working class*. New York, Vintage Books, 1974. p.174.

22 DE QUINCEY. *The nation of London* (1881), citado por STANGE, G.R. *The frightened poets*. In: DYOS & WOLFF, p.476.

Esse intenso movimento inspirou também analogias com a circulação do sangue nos organismos vivos: homens e mercadorias fluem pelas artérias das cidades. A imagem de um ser monstruoso de apetite ilimitado, alimentando-se de homens que a ele eram sacrificados, marcou profundamente a concepção dos grandes núcleos urbanos. A metáfora do monstro reuniu assim, na imaginação, a força dos mecanismos ininterruptamente ativos e a forma viva de um ser monstruoso.²³

A SUBLIME EXPERIÊNCIA DE SE VIVER EM CIDADES

"La rue est plus intime à cause de la brume".

(Jules Romains)

Ester, a jovem heroína de um romance de Dickens, descreve suas impressões no momento em que chegava pela primeira vez a Londres:

Acreditei que já estávamos ali quando nos achávamos ainda a uma distância de dez milhas, e quando realmente lá chegamos, pensei que nunca haveríamos de chegar. Contudo, quando começamos a dar solavancos por cima de uma calçada de pedras e, particularmente, quando todos os outros veículos pareciam estar correndo em nossa direção e nós parecíamos estar correndo ao encontro de todos os outros veículos, comecei a acreditar que realmente havíamos chegado ao fim de nossa jornada. (...) Fomos devagar através das ruas mais sujas e mais escuras que eu já vira no mundo (pensava) em tal estado de perturbadora confusão que fiquei a imaginar como podiam todas aquelas pessoas conservar o sentido da direção...²⁴

O relato da experiência inaugural de se defrontar com a materialidade de Londres elabora nesse texto a representação de como se recebia, através dos sentidos da visão e da audição, o choque de entrar em contato com a dimensão inusitada, o movimento febril e a desconcertante aparência das ruas sujas da pobreza. Contudo, o dia a dia das grandes ci-

23 A sobreposição das imagens de mecanismo monstruoso e de um ser monstruoso na alegoria do monstro é apresentada em meu artigo *Metrópolis...*

24 DICKENS, C. *A casa soturna*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987. p.334.

dades, tornado espetáculo pela produção artística, se expressou enquanto choque ininterrupto, na poesia de Baudelaire. A diversidade de Paris se expressa nesse fragmento:

Hôpital, lupamar, purgatoire, enfer, bain
Où toute énormenté fleurit comme une fleur.²⁵

Em todos os lugares designados, o meio propício para formar seres monstruosos. A cidade monstro gera em suas próprias entranhas seus filhos e herdeiros. Nem sempre a experiência do choque frente às personagens urbanas foi em Baudelaire pessimista. Em seus *Tableaux Parisiens*, o encontro do poeta com a mendiga é permeado de erotismo:

Blanche fille aux cheveux roux
Dont la robe par ses trous
Laisse voir la pauvreté
Et la beauté.

Pour moi, poète chétif
Ton jeune corps maladif,
Plein de taches de rousseur,
A sa douceur.
(...)

Que des noeuds mal attachés
Dévoilent pour nos péchés
Tes beaux seins, radieux
Comme des yeux.
(...)²⁶

Esse erotismo não está presente num poema em que fala das prostitutas que ganham as ruas ao anoitecer:

A travers les lueurs que tourment le vent,
La prostitution s'allume dans les rues;
Comme une fourmillière elle ouvre ses issues;

25 BAUDELAIRE, C. *Le spleen de Paris*. Paris, Libr. Générale Française, 1972. Hospital, bordel, purgatório, inferno, prisão / Onde toda enfermidade floresce tal como uma flor.

26 BAUDELAIRE, C. *A une médiane rousse*. In: ———, *les fleurs du mal*. Paris, Libr. Générale Française, 1972. Branca jovem de cabelos ruivos / cuja roupa, através de seus buracos / Deixa ver a pobreza / E a beleza. / Para mim, pobre poeta / Teu jovem corpo doentio, / Coberto de manchas de sardas / Tem sua doçura. (...) Que nós mal atados / Desvendam para nossos pecados / Teu dois belos seios, radiosos / Como olhos.

Partout elle se fraye un occulte chemin,
Ainsi que l'ennemi qui tente un coup de main;
Elle remue au sein de la cité de fange
Comme un ver qui dérobe à l'homme ce qu'il mange.²⁷

A imagem da rua se constitui a partir das sensações que estimulam o olhar, a audição, o olfato, o tato; a relação com as ruas se dá como um choque para os sentidos; o desconcerto vem impresso na poesia baudeleriana:

Chacun nous coudoyant sus le trottoir glissant,
Egoïste et brutal, passe et nous éclabousse,
Ou, pour courir plus vite, en s'éloignant nous pousse.
Partout fange, déluge, obscurité du ciel.
Noir tableau qu'eut rêvé le noir Ezéchiel.²⁸

* "Hospital, bordel, purgatório, inferno, prisão
Onde toda enfermidade floresce tal como uma flor"

** "Branca jovem de cabelos ruivos
Cuja roupa, através de seus buracos
Deixa ver a pobreza
E a beleza.

Para mim, pobre poeta
Teu jovem corpo doentio,
Coberto de manchas de sardas
Tem sua doçura
(...)

Que nós mal atados
Desvendam para nossos pecados
Teus dois belos seix, radiosos
Como olhos.

*** "Através dos clarões que atormentam o vento,
A prostituição se acende nas ruas;
Tal como um formigueiro ela desvenda suas entranhas
Em todo lugar ela abre para si um caminho escondido,
Tão logo o inimigo tente dar-lhe um golpe;
Ela se movimenta no meio da cidadela de lama
Tal como um verme que rouba ao homem o que ele come".

27 BAUDELAIRE, Le crépuscule du soir. Tableaux parisiens. In: *Les fleurs du mal*. Através dos clarões que atormentam o vento. / A prostituição se acende nas ruas; tal como um formigueiro ela desvenda suas entranhas / Em todo lugar ela abre para si um caminho escondido / Tão logo o inimigo tente dar-lhe um golpe; / Ela se movimenta no meio da cidadela de lama / Tal como um verme que rouba ao homem o que ele come.

28 BAUDELAIRE, Un jour de pluie; vers retrouvés, transcrito por GEORGEL, Chantal. XIX^o siècle: la rue. Paris, Hazan, 1986. p.89. Cada um nos acotovela sobre o passeio escorregadio, / Egoísta e brutal, passa e nos salpica de lama, / Ou, para correr mais rápido, afastando-se nos empurra. / Em todo lugar lama, dilúvio, obscuridade do céu. / Quadro sombrio que foi sonhado pelo sombrio Ezequiel.

* Cada um nos acotovela sobre o passeio escorregadio,
Egoísta e brutal, passa e nos salpica de lama,
Ou, para correr mais rápido, afastando-se nos empurra.
Em todo lugar lama, dilúvio, obscuridade do céu.
Quadro sombrio que foi sonhado pelo sombrio Ezequiel".

Esta relação subjetiva entre sensações de ordens diversas formam em Baudelaire as “correspondances” que, nas palavras de Benjamin, “fixam um conceito de experiência que conserva em si elementos culturais”: Para este autor, “somente fazendo seus esses elementos, Baudelaire podia avaliar plenamente o significado da catástrofe da qual ele, como moderno, era testemunha”.²⁹ A perda de uma forma de sensibilidade que elimina a percepção dos símbolos, que torna o homem surdo e cego para a experiência, Baudelaire quis gravar na poesia:

La nature est un temple où de vivants piliers
 Laissent parfois sortir de confuses paroles;
 L'homme y passe à travers des forêts de symboles
 Qui l'observent avec des regards familiers.
 Comme de longs échos qui de loin se confondent
 Dans une ténébreuse et profonde unité
 Vaste comme la nuit et comme la clarté,
 Les parfums, les couleurs et les sons répondent.**³⁰

Homens autômatos, **treinados** para andarem nas ruas tomando a sua direita, desviando-se dos outros, atentos aos veículos, cujo ritmo excede em muito o das pernas e atentos também ao ataque dos batedores de carteiras, são pessoas insensíveis aos símbolos que requerem o recolhimento da experiência da relação com a obra de arte. E esta foi, ainda nas palavras de Benjamin, a intenção de Baudelaire: expressar nas **Correspondences**, uma experiência que procura fixar-se a salvo de toda crise”. E conclui: “Tal experiência somente é possível no âmbito cultural. Quando sai desse âm-

29 BENJAMIN, Sobre alguns temas..., p.53-4.

30 BENJAMIN, Sobre alguns temas..., p.53-4. A natureza é um templo, onde pilares vivos / Soltam às vezes palavras confusas; O homem passa através de florestas de símbolos / Que o observam com olhares familiares. / Como ecos que ao longe se confundem / Em uma tenebrosa e profunda unidade / Grande como a noite e como a clareza, / Os perfumes, as cores e os sons se respondem.

** A natureza é um templo, onde pilares vivos
 Soltam às vezes palavras confusas;
 O homem passa através de florestas de símbolos
 Que o observam com olhares familiares.

Como ecos que ao longe se confundem
 Em uma tenebrosa e profunda unidade
 Grande como a noite e como a clareza,
 Os perfumes, as cores e os sons se respondem.”

bito, assume o aspecto do belo. Neste aparece o valor cultural da arte".³¹

Em Carlyle, a perda dessa sensibilidade é readquirida na condição de vivência, a experiência intelectualizada e localizada como dado de consciência. Em seu artigo **Sartor Resartus**, ele ensina a nova arte de olhar compreensivamente:

Todas as coisas visíveis são emblemas; aquilo que vocês vêem não existe por si; estritamente falando, aquilo que vocês vêem realmente não está lá; a Matéria existe só espiritualmente, para representar uma idéia e encarná-la. Daí que as roupas, por mais insignificantes que pareçam, sejam tão indizivelmente significativas.³²

Apanhar o significado por trás das aparências: trata-se sem dúvida de uma relação com o mundo mediatizada pelo conceito e bastante diversa das **correspondances** de Baudelaire, seu contemporâneo. Contudo, sabemos que Carlyle foi um crítico veemente da mecanização da vida, do pensamento e das sensações. Por outro caminho procurou devolver à sociedade da **Era da Máquina** a inteligibilidade intrínseca e irreduzível às particularidades.³³ O rótulo de romântico que lhe é atribuído pela crítica literária e pela sociologia do romance fixam-no negativamente, e a outros, na condição de retrógrados e conservadores. Com essa atitude descartam a possibilidade de escutar as palavras de resistência à indiferenciação, a automatização e a percepção incapaz de transpor as aparências, por que se recusam a se deter no momento de reflexão. A recusa ao mergulho no cotidiano, para além de sua superfície, é feita às expensas dos momentos significativos, a favor de um ideal de progresso orientado por sua própria razão.

Por isso, talvez, o texto literário seja tão significativo para o historiador; por legar o registro da sensação contra-

31 BENJAMIN, Sobre alguns temas..., p.53-4.

32 CARLYLE, Thomas. *Selected works*. Harmondsworth, Penguin, 1980; também em SENNETT, p.126.

33 As anotações sobre o pensamento crítico de Carlyle em relação à mecanização da sociedade e das pessoas encontram-se em *Metrópolis...*, onde analiso seus artigos "Signs of the Times" e "Chartism".

ditória no relato da experiência do progresso realizada em detrimento das referências da orientação.

A Paris moderna, desenhada com régua e compasso, esplêndida no que manteve e no que construiu durante o século XIX, implicou na elaboração de um novo conceito de cidade. A atuação do prefeito Haussmann foi, nesse sentido, tão incisiva que provocou a admiração e a inveja de outro inveterado reformador, o inglês Chadwick, frustrado em suas tentativas de modernizar Londres com belas avenidas e ruas retas. A capital inglesa teve que esperar que o interesse das empresas privadas se manifestasse prevendo o lucro proveniente dos investimentos nos transportes coletivos para se modernizar rasgando velhos bairros com grandes vias públicas.³⁴

A experiência dolorosa da transformação ininterrupta da paisagem da cidade percorre todo o século XIX como um indicador irrecusável de outras transformações. Em textos, desenhos, pinturas, fotografias foi gravado o desconcerto frente à experiência inédita de se viver num mundo que se alterava a cada dia em obediência a interesses exteriores ao de seus habitantes. Em 1871, Emile Zola expressou a sensação da perda da velha Paris gravando a imagem da morte da cidade:

Olhem para lá, para os lados das Halles, cortaram Paris em quatro... e com sua mão estendida, aberta e cortante como um cutelo, ele (Haussmann) fez menção de separar Paris em quatro pedaços... Paris lenhado a golpes de sabre, as veias abertas, alimentando cem mil trabalhadores de aterros e pedreiros, atravessada por admiráveis vias estratégicas, que colocaram os fortins no coração dos velhos bairros.³⁵

Zola já relatara a impossível presença do militante político fugitivo de Caiena no coração dessa Paris cortada em quatro. O velho bairro comercial, reformado em seu núcleo pelas recentes edificações das novas Halles, magníficas em sua estrutura de ferro coberta por vidro, expulsa a política

34 JONES, Gareth Stedman. *Outcast London*. Harmondsworth, Penguin, 1976.

35 ZOLA, Emile. *Le curée* (1981), citado por GEORGEL, p.24.

e acolhe somente os adeptos do “enriquecer sem questionar”, a filosofia prática do Segundo Império na França.³⁶

A intervenção cirúrgica realizada na superfície e nas entranhas dessa cidade — ruas, avenidas, praças, edifícios e monumentos, mas também sistemas de distribuição de água potável, de gás e de energia elétrica depois — tem talvez seu êxito expresso nas palavras de Guillaume Apollinaire:

J'ai vu ce matin une jolie rue dont j'ai oublié le nom
 Neuve et propre du soleil elle était le clairon
 Les directeurs les ouvriers et les belles sténodactylographes
 Du lundi matin au samedi soir quatre fois par jour y passent
 Le matin par trois fois la sirène y gémit
 Une cloche ragense y aboie vers midi
 Les inscriptions des enseignes et des murailles
 Les plaques les avis à la façon des perroquets criaillent
 J'aime la grâce de cette rue industrielle
 Située à Paris entre la rue Aumont-Thiéville et l'avenue des
 Ternes... *³⁷

A ELABORAÇÃO TEXTUAL DAS CONDIÇÕES DE VIDA URBANA

A primeira elaboração estética das grandes cidades no início do século XIX foi a de caos, anti-natureza e monstro, enfim a de meio ambiente corruptor e degradante para a condição humana. A eclosão de um surto de peste, atravessando a Europa a partir de Marselha, nos primeiros anos da década de 1830, completou a avaliação negativa da grande cidade e chegou mesmo a gerar um dogmatismo anti-

36 ZOLA, *Le ventre de Paris*.

37 APOLLINAIRE, Guillaume. *Zone*. *Alcools* (1913), citado por GEORGEL. Vi esta manhã uma rua encantadora. Esqueci seu nome. / Nova e limpa, do sol ela era o clarão / os diretores, os operários e as belas esteno-datilógrafas / Passam por aí quatro vezes ao dia de 2.ª-feira pela manhã à noite de sábado. / Pela manhã por três vezes geme a sereia / Um relógio raivoso late pelo meio dia / As inscrições das tabuletas e das paredes / As placas os avisos gritavam como papagaios / Amo a graça dessa rua industrial / Situada em Paris entre a rua Aumont-Thiéville e a avenida das Ternes.

* “Vi esta manhã uma rua encantadora. Esqueci seu nome.
 Nova e limpa, do sol ela era o clarão
 Os diretores, os operários e as belas esteno-datilógrafas
 Passam por aí quatro vezes ao dia de 2.ª-feira pela manhã à noite de sábado
 Pela manhã por três vezes geme a sereia
 Um relógio raivoso late pelo meio dia
 As inscrições das tabuletas e das paredes
 As placas os avisos gritavam como papagaios
 Amo a graça dessa rua industrial
 Situada em Paris entre a rua Aumont-Thiéville e a avenida das Ternes”.

urbano.³⁸ Inspirada muitas vezes nos relatórios governamentais, a produção literária colaborou intensamente para a criação da imagem negativa da cidade. Os bairros pobres, descritos em tons sombrios, mereceram a designação de imensas cloacas, onde tudo concorre para tornar uma vida saudável impossível e que atua como núcleo irradiador de ameaças que se estendem por todo espaço urbano. Ameaças graves, já que para além do contágio das doenças existe o contágio moral: é nos bairros operários que os vagabundos, os ladrões e toda a escória da sociedade consegue encontrar abrigo seguro e anônimo. Contudo, essa avaliação negativa das condições de vida na cidade, esse esquadrinhamento da vida das “classes baixas”, a descrição das imundícies, do ar pestilento, da mesquinhez da vida do pobre põe ao alcance de homens e mulheres bem nascidos a “realidade do mundo da pobreza”. A elaboração intelectual e a representação estética tornaram, assim inteligível o aparente caos. A noção sublime tornou conceitualmente expressável essa experiência do terrífico em contraposição ao belo.³⁹

Ao longo do século, muitos se lançam pelos bairros, pelas ruas e pelas casas habitadas pelas pessoas pobres; médicos sanitaristas, filântropos, investigadores sociais e comissões governamentais fazem detalhados relatórios, cujo conteúdo serviu de fonte para a inspiração e para a coleta de dados de literatos e filósofos. Segundo o historiador Louis Chevalier, Victor Hugo em *Os Miseráveis* utilizou os relatórios sobre as condições sanitárias de Paris, redigidos com base nas observações anotadas pela equipe do médico Parent Duchatelet, para construir a fuga de Jean Valjean pelos esgotos de Paris, para descrever o famoso bairro operário — faubourg Saint-Antoine — e para elaborar a figura de Gravoche, o “gamin”, menino vagabundo, protótipo das crianças pobres parisienses, conhecedor em detalhes da cidade e de seus possíveis esconderijos.⁴⁰

38 CHOAY, Françoise. *El urbanismo; utopias y realidades*. s.l., Lumen, 1970. Introdução.

39 Ler BURKE, Edmund. *Recherche philosophique sur l'origine de nos idées du sublime et du beau*. Paris, Vrin, 1973. Citado por TAYLOR, N. The awful sublimity of the Victorian city. In: DYOS & WOLFF.

40 CHEVALIER, HUGO, *les misérables* (para a figura do “gamin” ver 3.ª parte, livro 1.º: Paris étudié par son atome).

É difícil afirmar se o interesse médico pelas cidades se mostrou anteriormente à avaliação negativa da superpopulação e das condições de vida urbana. Contudo, no final do século XVIII e início do XIX, o aumento expressivo do número de médicos formados na Inglaterra estabelece uma relação significativa com a expansão do campo de atuação da medicina. O pensamento médico revê seus pressupostos e altera a própria concepção de doença: não mais “um feixe de características disseminadas aqui e ali sobre a superfície do corpo”, mas “um conjunto de formas e deformações, aparências e modificações, elementos deslocados, destruídos ou alterados e reunidos numa seqüência semelhante a uma geografia que pode ser percorrida passo a passo”.⁴¹ Esse deslocamento da relação médica com a doença subsidiou a formulação de um paradigma explicativo, tanto da doença em si, como das cidades doentes. Da idéia de trocas entre os organismos vivos e seu meio físico passa-se diretamente à idéia da cidade oferecendo condições de vida prejudiciais para a saúde do corpo humano. A idéia, fácil e ser traduzida em uma imagem, de um corpo vivo semelhante aos corpos orgânicos recobriu compreensivelmente a cidade e/ou a sociedade. Com a força dupla das noções biológica e moral, médicos e homens da igreja da Inglaterra criticaram a sanidade dos núcleos urbanos.⁴²

A articulação entre o pensamento médico e o filosófico, presente na França nas Academias, já no período anterior a 1789, ganhou textura na **teoria do meio ambiente**, ponto de partida para estratégias disciplinares visando formar o cidadão moral e fisicamente são. Existe mesmo, entre a teoria do meio ambiente e a concepção da cidade/sociedade como organismo vivo, a intenção de controle nitidamente expressa. Ela refaz conceitualmente a imagem física perdida da cidade materialmente finita, com dimensões claras e definidas, passível de ser organizada pelo pensamento de forma sistemática. Abre espaço também para que se supere a imagem do monstro insaciável, apaziguando-a na idéia de

41 LEES, p.17-8.

42 LEES, p.15 seg.

que os elementos externos que absorve são necessários para assegurar sua preservação e seu crescimento. Na condição de entidade racional, faculta também a anotação cifrada em números dos componentes hierarquizados do organismo social. A própria imagem maquínica da cidade e de seus componentes figurando engrenagens, pode ser absorvida na idéia da mecânica funcional do corpo vivo. A linguagem numérica funda a percepção mensurável dela: o texto literário explora a superfície do espaço urbano; o texto científico parte da observação das aparências só para depois penetrar o que há por trás, invadindo o inconsciente das pessoas e avaliando seus comportamentos.⁴³

Assim, pouco importa a **forma** encontrada para tornar possível essa dupla constituição: o poema, a novela, os relatórios, apresentam todos a distância analítica, classificatória e avaliadora. Seus autores, em sua maioria, postaram-se, ao contrário de Baudelaire, na posição isolada do sujeito de observação, esforçando-se por estabelecer paradigmas que recobriam a diversidade visível com conceitos gerais e compreensivos. Talvez a suspensão da experiência do belo, da obra de arte mimeticamente transladada da natureza em suas proporções harmoniosas, exigisse a elaboração intelectual de **conceitos** que minimizam o **efeito de choque** que o reiteradamente disforme, terrífico, repetitivo, o monstruoso enfim, produzem nos sentidos desses homens “sensíveis” (conforme ... J. S. Mill), do século XIX.

Na produção literária, contudo, a domesticação do terrífico e do desconhecido para nossa apreensão surge na forma mais acessível do **mito**. G.R. Stange, em um ensaio bastante inspirador, afirma que traçando a imagem da cidade moderna, tal como ela aparece na poética vitoriana, poderia dizer que “(...) a literatura pode transformar em mito, e assim tornar manipulável por nossa consciência, a experiência que precisamos viver mas que pode chocar ou desorganizar nossa compreensão imediata.”⁴⁴

43 Sobre a relação entre esses dois textos, ver MURARD, L. & ZYLBERMAN, P. *Le petit travailleur infatigable*. Paris, Certif, 1976 e PERROT, M. *Enquêtes sur la condition ouvrière*. In: ————. *Enquêtes ouvrières au XIX^e siècle*. Paris, Hachette, s.d.

44 STANGE, p.479.

Em estilo médico, o doutor Kay demonstrou que os males da época advinham da urbanização e não da industrialização, como muitos pensavam (sic). As evidências qualitativas dele e de seus colegas indicavam a necessidade de se estabelecer estatísticas acuradas e amplas, de modo a detalhar de forma sistemática os assuntos de que tratavam. Em 1800, foi feito o primeiro censo para a Inglaterra e o País de Gales, a estatística criminal de âmbito nacional passou a ser registrada a partir de 1810 e iniciou-se o registro de nascimentos, mortes e casamentos pelo General Register Office em 1837.⁴⁵ Por uma trilha análoga, o anônimo polemista do filântropo Buret busca, em 1848, destruir os argumentos do autor do ensaio sobre as condições das classes trabalhadoras na França e na Inglaterra, fazendo larga utilização de dados numéricos. Através deles, acreditou demonstrar os benefícios da mecanização da indústria na Inglaterra: a mula-Jeny havia substituído 30.000 operários; a máquina para cabos, economizara, para cada um deles, 15 dias de trabalho de cerca de 300 homens. Esses trabalhadores liberais (sic) o que farão? Pergunta-se o autor. Sua resposta: “eles se empregarão em alguma coisa útil para a sociedade e se consagrarão em grande parte aos trabalhos intelectuais”.⁴⁶ Este argumento, que utiliza a estatística só em parte, tem como força de convencimento a teoria dos vasos comunicantes da hidráulica, tão cara à economia política.

O poder de convencimento dos números foi amplamente usado, mesmo quando as cifras permaneciam implícitas. Em 1844, o filântropo evangélico Robert Seeley afirmava que “Manchester e Glasgow, com seus vícios e suas doenças, não conseguem manter sua própria população” e continuava categórico: “cortem o suprimento de trabalhadores novos vindo de fora e essas cidades, em sessenta anos, ficarão desabitadas”.⁴⁷ O mesmo argumento foi usado por Edwin Chawick, o famoso produtor de relatórios oficiais e semi-oficiais na Inglaterra da primeira metade do século passado:

45 LEES, p.20-1.

46 APERÇU sur la condition des classes ouvrières et critique de M.Buret, 1844. Paris, Hachette, 1971. cap. 1.

47 Citado por LEES, p.25.

(...) Do fato que as mortes ocorridas durante um ano na Inglaterra e no País de Gales, causadas por doenças epidêmicas, endêmicas e contagiosas, incluindo febre, tifo e escarlatina, sobem a 56.461, a maioria das quais são comprovadamente preveníveis, pode-se dizer que seu efeito é comparável ao inteiro despovoamento anual de Westmorland, com 56.469 almas, ou de toda a população de Huntingdonshire ou de distrito equivalente, ocupados novamente pelo crescimento de uma população nova e fraca, vivendo sob o medo de uma visita semelhante.⁴⁸

Com base nesses argumentos, reforçados por relatórios de comissões encarregadas de analisar a “sanidade das cidades” forma-se um movimento para a reforma sanitária, que assume em 1844 a forma de grupo de pressão na Associação para a Sanidade das Cidades. Alguns títulos de trabalhos, produzidos na década de 1840 na Inglaterra, indicam o sentido da atuação desse grupo: *Unhealthiness of Towns: Its Causes and Remedies* (William A. Guy, 1845); *Unhealthiness of London, and necessity for Remedial Measures* (H. Gavin, 1848); e outros, tais como, *The Danger of Deterioration of Race from the too rapid Increase of Great Towns* (J. E. Morgan, 1865) e *How We Die in Large Towns* (B. Foster 1875) que uniram-se na luta em favor da sanidade dos núcleos urbanos solidarizados com o movimento contra o alcoolismo entre as classes trabalhadoras inglesas.⁴⁹ A relação imediata estabelecida por esses homens entre doença física e moral fica evidente neste trecho de Chadwick em sua campanha para a melhoria do meio ambiente urbano:

A familiaridade com a doença e a morte constantemente presente nos distritos superpovoados e insalubres, parece agir como causa ativa agravando a miséria e o vício nos quais estão mergulhados. Perante a aparente incerteza do amanhã, as pessoas não tomam cuidado e abandonam-se, com a incansável avidez de soldados rasos na guerra, a todo divertimento baixo a que tem acesso.⁵⁰

48 LEES, p.23.

49 LEES, p.25.

50 LEES, p.26. Em seu livro *Le miasme et la jonquille* (Paris, Aubier-Montaigne, 1982, recentemente editado no Brasil pela Companhia das Letras, com o título *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*), Alain Corbin mostra a estrita vinculação entre o pensamento médico, as mudanças de sensibilidade e a política de ourição do espaço urbano na França do século XIX.

Na década de 1850, Frédéric Le Play organiza com outros adeptos dos estudos sociais a Sociedade Internacional dos estudos práticos de economia social com sede na França, com a finalidade de encontrar “medidas especiais de conservação e de reforma para a situação das populações operárias e para as relações entre elas e as outras classes”.⁵¹ Seu método de investigação vem indicado já de saída: “a Sociedade se devotará inicialmente a observar os fatos, com a convicção de que eles levarão mais tarde à conclusões que têm o caráter da evidência”. Adotando os procedimentos da física, da química e da história natural para os estudos de economia social, buscavam respaldá-la, no entendimento de Le Play, com parâmetros de análise válidos para a observação nas condições sociais as mais diversas. Dessa maneira, os estudos realizados pelos adeptos dos princípios da Sociedade apoiavam-se sempre no pressuposto de que as famílias, “estes grupos naturais de pessoas (deviam) ser encaradas como as verdadeiras unidades sociais”. Da observação da vida cotidiana dos operários e de suas relações com os patrões chegar-se-ia a leis gerais válidas para “todos os centros de civilização”. A postura analítica de Le Play tem o mérito de vincular explicitamente os valores da sociedade burguesa e os dogmas da ciência.

Em meio a influências diversas, que derivam do solo, do clima e da raça, todos os homens obedecem a certos sentimentos que resultam de sua própria natureza e que podemos chamar primordiais. A religião, o amor paternal, a devoção a comuna e a pátria são em todos os lugares os estímulos da ação social. Estes sentimentos e essas afeições, não obstante suas variações infinitas, no fundo permanecem invariáveis.⁵²

Animados pelo espírito da observação direta e da coleta de dados, os literatos, jornalistas e demais homens de letras não hesitaram em lançar mão de relatórios científicos e de deslocarem-se para as cidades que serviriam de modelo para

51 LE PLAY, F. *Les ouvriers des deux mondes*. Paris, Société Internationales, 1857. v.1, p.5-9.

52 LE PLAY, p.5-9.

seus trabalhos. Apesar dessas atividades exploratórias permanecerem restritas à atividade daqueles que por decisão pessoal ou por dever de profissão se lançavam sistematicamente na observação e anotação literária ou científica da cidade, a atenção que as cidades mereceram foi obcessiva.

Henry Mayhew passou longos meses executando o levantamento minucioso dos homens, mulheres e crianças que retiravam seu sustento de atividades realizadas nas ruas da capital inglesa. Seu intuito, como ele mesmo declarou, era o de “fazer uma enciclopédia da industriiosidade, das necessidades e dos vícios da grande metrópole. (...) a primeira tentativa de publicar a história do povo, a partir das palavras do próprio povo, fornecendo uma descrição literal do seu trabalho, dos seus ganhos, dos seus desafios e dos seus sofrimentos, na sua linguagem própria e rude; e de retratar a condição de suas casas e de suas famílias, através da observação pessoal dos lugares e pela comunicação direta com seus habitantes”.⁵³

É bastante extensa a gama de intelectuais que se sentiram motivados a explorar os bairros operários seguindo o exemplo dos que se aventuravam pelas terras da África e do selvagem oeste americano. Disfarçado de pobre desempregado, o jornalista James Greenwood passa uma noite do mês de janeiro de 1866 em uma workhouse (um misto de asilo, de prisão e de colônia correcional) para poder avaliar pessoalmente as condições de vida lá dentro. Entre as coisas que relatou de sua experiência, disse que “nenhuma linguagem conhecida por ele seria capaz de descrever adequadamente o espetáculo que lá encontrou”.⁵⁴ Charles Dickens também não se furtou a uma estadia em Manchester para coletar dados que lhe permitissem elaborar literalmente o paradigma da cidade industrial inglesa: Coketown.⁵⁵ Contrariamente em *Oliver Twist*, Dickens erige Londres na imagem paradigmática da grande cidade caótica, por não estar estruturada pela rígida disciplina do trabalho fabril. Com cer-

53 MAYHEW, Henry. *London labour and the London poor*. London, Dover Publ., 1968. Introdução.

54 Citado por Peter KEATING em *Into unknown England*. London, Collins, 1981.

55 MESSINGER, p.106-9.

teza, a imagem literária da cidade industrial com seu espaço nitidamente dividido e seu tempo cronometrado pela jornada de trabalho inspirou a idéia do controle possível de todo tecido urbano racionalmente estruturado.

A atividade exploratória dos literatos subsidiou a elaboração em linguagem ficcional e poética do medo perante uma sociedade dividida e sempre em luta também presente nos textos políticos. Se Disraeli forjou a expressão **Duas Nações** de maneira a não deixar dúvidas quanto à diferença radical entre os bem nascidos e civilizados e os pobres e bárbaros, a polaridade e o caráter irreconciliável dessas duas partes da sociedade foram também afirmados pelo “sociólogo” Charles Booth e pelo literato Jack London com a palavra **abismo**. Abismo que é levado até as últimas consequências por H. G. Wells com a projeção fantasiosa de uma guerra de morte entre as duas classes sociais em **A máquina do tempo**. São inúmeras as advertências feitas por esses escritores quanto à imperiosa necessidade de encarar esse perigo iminente: a força numérica do inimigo e o desconhecimento de sua vida nos submundos da cidade. Em Vitor Hugo a metáfora das forças subterrâneas é reiteradamente utilizada para frizar o potencial revolucionário do povo, vale dizer, o homem pobre das ruas, o trabalhador. Ela faz as vezes de uma **correspondência** racional de forte apelo emotivo por remeter sempre ao tempo da história, o momento fundamental da moderna sociedade francesa, a grande revolução de 1789 com sua terrífica novidade — a questão social.⁵⁶

Nas descrições literárias e nas avaliações sociológicas das condições de vida da população pobre da cidade, a dimensão aterradora, degradante e, mais para o final do século, degeneradora recobre praticamente toda a vida dessas pessoas que contam só com sua força física para sobreviver. Confirma-se a distância efetiva, tanto cultural como psicológica, entre os bem-nascidos e os homens pobres trabalhadores ou não. A identidade das classes sociais se forma na de-

56 HUGO, p.275.

signação da diferença, da oposição e do conflito e no decorrer do século se materializa em instituições, representações e imagens. O poder de convencimento desses textos é tão grande que apaga para nós a sua própria condição de **representações**.

Peter Keating, após examinar exaustivamente a produção literária inglesa de boa parte do século XIX, afirma que a classe operária foi fixada em seis tipos-padrão: o tipo respeitável, usualmente um trabalhador qualificado, bom pai de família e bom vizinho, o tipo predileto dos filântropos **desejosos de elevá-lo** acima de sua própria origem; o tipo intelectual, figura chave nas novelas que desejam demonstrar que o movimento operário pode almejar objetivos louváveis; o tipo pobre simplesmente, o mais comum nos escritos, e que buscam mostrar que as “classes baixas” devem ser objeto da “piedade social” por serem passíveis de sofrer transformações se... bem encaminhadas por filântropos ou por bons patrões; o tipo desclassificado, o segundo tipo mais comum nesses textos, bêbado, brutal e moralmente vicioso, mau e mau trabalhador, de impossível recuperação, mas ainda assim objeto privilegiado dos movimentos de de temperança, que aliás, justifica; o tipo criminoso, comum nas novelas sobre as ruas das grandes cidades, um tipo sempre inscrito como possibilidade para toda a classe operária, em particular para o desclassificado; e por último, o tipo excêntrico, pelas condições de vida faz parte da classe operária, mas dela se destaca pelas indiosincrasias pessoas, pelas ocupações inusitadas ou pela maneira de falar bizarra e humorística.⁵⁷

Contudo, por paradoxal que pareça, para a burguesia, o mundo do pobre permanece um mistério. Mesmo depois da remodelação de Paris por Haussmann, quando entre outras coisas, o bairro operário mais politizado da capital francesa é recortado por avenidas largas de fácil acesso para os ocupantes dos quartéis; mesmo depois da implementação de projetos de moradias populares em Londres e dos meios de transporte coletivo que implicaram em alterações radi-

57 KEATINGS, *Workings classes...*, p.26-7.

cais no traçado urbano das grandes cidades, a suspeita de ameaça do ataque dos bárbaros à sociedade civilizada é mantida. É difícil definir se foi a literatura que elaborou a representação do impossível acesso ao mundo do trabalho, somente apreensível em sua exterioridade (aparência física e comportamento inseridos no meio ambiente) ou se uma **outra** cultura manteve-se, imune ao assédio violento, às vezes, insidioso sempre, como reserva de identidade própria.

O confronto da produção literária, que examinamos, neste artigo, com a literatura e a poética operária recolhidas, em livro mostra que o terrífico, por exemplo, assumiu, freqüentemente, o tom de mofa, a ironia de uma cultura com seus próprios pressupostos, embora atravessada pelos valores burgueses básicos de tempo útil e de trabalho produtivo, e até de progresso. Uma produção cultural bastante desconcertante por nem sempre corresponder às expectativas dos movimentos políticos que procuraram reduzir a uma só voz a palavra do trabalhador.

A título de incursão exploratória muito incipiente: o literato inglês Charles Kingsley expressa seus preconceitos burgueses através da descrição de uma cena de sábado à noite em Londres num bairro operário e, significativamente, se expressa por meio da personagem Alton Locke, um legítimo representante do intelectual na tipologia acima descrita. Ele faz esse operário idealista descrever com cores terríveis a cena de rua numa área de mercado, quando, como indica ainda Peter Keating, essa cena deveria ser normalmente bastante alegre por ser a noite de descanso após o recebimento do salário da semana.⁵⁸ Desse **outro** lado do mundo civilizado fala a canção inglesa "Saturday Night":

Of hammers and files no more heard the din is;
Round the door of the warehouse the workmen arrange,
While the master his bankbills and snug little guineas
Is coting, or strutting about to get change.
Having reckoned, they ne'er stop, but jog to the beer shop,
Where fumes of tobacco and stingo invite,

58 KEATING, *Working classes* , p.19-20.

And the oven inhabits a store of Welsh rarebits
To feast jolly fellows on Saturday night".⁵⁹

Esta canção, da qual só reproduzimos um pequeno trecho, refere-se à cidade de Sheffield, mas canções semelhantes cantaram os prazeres da noite de folga em Manchester, Birmingham e outras cidades industriais inglesas.⁶⁰

Uma outra incursão exploratória pode ser realizada entre duas versões operárias de uma mesma poesia "Travail plait à Dieu":

Enfants de Dieu, créateur de la terre
Accomplissons chacun notre métier,
Le gai travail est la sainte prière
Qui plait à Dieu, ce sublime ouvrier.

Esta primeira versão é de Tisserand, um "operário educado e distinto" que fez da emulação ao trabalho uma prece e uma homenagem ao primeiro trabalhador, Deus. A segunda abre-nos a dimensão galhofeira da cultura operária ao inverter o sentido dos versos originais, a partir de modificações mínimas no texto:

59 PALMER, Roy, ed. *A touch on the times; songs of social change, 1770 to 1914*. Harmondsworth, Penguin, 1974. p.92. Não mais se escuta o grande barulho dos martelos e das limas / Os trabalhadores se espalham em frente da porta do armazém / Enquanto o patrão conta suas cédulas e pequenas moedas / Ou caminha cheio de si em busca de troco. Uma vez ajustados, os trabalhadores não param, mas se apressam para o bar / Onde a fumaça do tabaco e a cerveja os convidam / E onde no forno os aguarda um bom estoque de "Queijos quentes" / Para o banquete dos alegres camaradas no sábado à noite.

60 PALMER, p.94.

* Não mais se escuta o grande barulho dos martelos e das limas
Os trabalhadores se espalham em frente da porta do armazém
Enquanto o patrão conta suas cédulas e pequenas moedas
Ou caminha cheio de si em busca de troco.
Uma vez ajustados, os trabalhadores não param, mas se apressam para o bar
Onde a fumaça do tabaco e a cerveja os convidam
E onde o forno os aguarda um bom estoque de "queijos quentes"
Para o banquete dos alegres camaradas no sábado à noite."

** Crianças de Deus, criador da terra
Cumpramos cada um nosso ofício
O alegre trabalho é a prece santa
Que agrada a Deus, este sublime operário.
"Filhos de Deus, criador da terra
Cumpramos cada um nosso ofício
O que a Deus agrada é o sublime operário."
O alegre trabalho é a prece santa

Fils de Dieu, créateur de la terre
 Accomplissons chacun notre métier,
 Le gai travail est la sainte prière
 Ce qui plait à Dieu, c'est le sublime ouvrier.⁶¹

Sublime nesse caso é o operário folgazão que desdenha a ordenação burguesa do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APERÇU sur la condition des classes ouvrières et critique de M. Buret, 1844. Paris, Hachette, 1971.
2. BAUDELAIRE, C. *Les fleurs du mal*. Paris, Bibr. Générale Française, 1972.
3. ———. *Le spleen de Paris*. Paris, Libr. Générale Française, 1972.
4. BELLET, Roger, ed. *Paris au XIX^e. siècle; aspects d'un mythe littéraire*. Lyon, presses Universitaires de Lyon, 1984.
5. BENJAMIN, W. Textos escolhidos. In: OS PENSADORES. São Paulo, Abril, 1975. v. 48, p. 7-93.
6. ———. *Walter Benjamin*. São Paulo, Ática, 1985.
7. BRAVO, Gian Mario. *Les socialistes avant Marx*. Paris, Maspero, s. d.
8. BRESCIANI, M.S. *Londres e Paris no século XIX; o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
9. ———. *Metrópolis: as faces do monstro urbano; as cidades no século XIX*. *Revista Brasileira de História*, 5(8/9):35-68, 1985.
10. BRIGGS, Asa. *Victorian cities*. Harmondsworth, Penguin, 1977.
11. BURKE, Edmund. *Recherche philosophique sur l'origine de nos idées du sublime et du beau*. Paris, Vrin, 1973.
12. CARLYLE, Thomas. *Selected works*. Harmondsworth, Penguin, 1980.
13. CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e. siècle*. Paris, Libr. Générale Française, 1978.
14. CHOAY, Françoise. *El urbanismo*. s. 1., Lumen, 1970.
15. CORBIN, Alain. *Le miasme et la jonquille*. Paris, Aubier-Montaigne, 1982.
16. DICKENS, Charles. *As aventuras do sr. Pickwick*. São Paulo, Abril, 1979.
17. ———. *A casa soturna*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987.

61 POULOT, Denis. *Le sublime ou le travailleur comme il est en 1870 e cequ'il peut être*. Paris, Maspero, 1980. p.282. Crianças de Deus, criador da terra / Cumpramos cada um nosso ofício / O alegre trabalho é a prece santa / O que a Deus agrada é o sublime operário.

18. DYOS, H. J. & WOLFF, M. **The Victorian city; images and realities.** London, Routledge & K. Paul, 1973, 2 v.
19. EAGLETON, M. & PIERCE, D. **Attitudes to class in the English novel.** London, Thames and Hudson, 1979.
20. ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Lisboa, Presença, 1975.
21. GEORGEL, Chantal. **XIX^e siècle: la rue.** Paris, Hazan, 1986.
22. HOBSBAWN, F. **A era do capital.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
23. HUGO, Victor. **Les misérables.** Paris, Libr. Générale Française, 1972.
24. JONES, Gareth Stedman. **Outcast london.** Harmondsworth, Penguin, 1976.
25. KEATING, Peter. **Into unknown England.** London, Collins, 1981.
26. ———. **Working classes in Victorian fiction.** London, Routledge & K. Paul, 1971.
27. LE PLAY, F. **Les ouvriers des deux mondes.** Paris, Société Internationale, 1857.
28. LEES, Andrew. **Cities perceived; urban society in European and American thought, 1820-1840.** Manchester, Manchester University press, 1985.
29. MARCUS, Steven. **Engels, Manchester and the working class.** New York, Vintage Books, 1974.
30. MAYHEW, Henry. **London labour and the London poor.** London, Dover Publ., 1968. 4 v.
31. MESSINGER, G. S. **Manchester in the Victorian age; the half-known city.** Manchester, Manchester University press, 1986.
32. MURARD, L. & ZYLBERMAN, P. **Le petit travailleur infatigable.** Paris, Cerf, 1976.
33. PALMER, Roy, ed. **A touch on the times; songs of social change, 1770 to 1914.** Harmondsworth, Penguin, 1974.
34. PERROT, M. **Enquêtes ouvrières au XIX^e siècle.** Paris, Hanchette, s. d.
35. PIKE, Burton. **The image of the city in modern literature.** Princeton, Princeton University press, 1981.
36. POE, Edgar A. **Poesia e prosa.** Porto Alegre, Globo, 1944. v. 2.
37. POULOT, Denis. **Le sublime ou le travailleur comme il es en 1870 et ce qu'il peut être.** Paris, Maspero, 1980.
38. SENNETT, Richard. **The fall of public man.** New York, A. Knopf, 1976.
39. THOMPSON, E.P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** s. 1., Grijalbo, 1979.
40. WILLIAMS, Raymond. **Culture and society; 1780/1950.** New York, Harper & Row, 1952.
41. ZOLA, E. **Le ventre de Paris.** Paris, Gallimard, 1979.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PARANÁ: PESQUISA EM ANDAMENTO

ELVIRA MARI KUBO

Professor-Adjunto do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná.

Essa pesquisa está sendo desenvolvida mediante o esforço conjugado de uma equipe composta por pesquisadores dos Setores de Educação e de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reunindo professores, alunos e auxiliares de pesquisa ligados à área de História e voltados especificamente para a História da Educação.*

O projeto "Análise do currículo das escolas do ensino primário e secundário de 1853-1889, no Paraná" pretendeu, em sua etapa inicial, estabelecer uma concepção de currículo que pudesse nortear o processo de pesquisa, bem como o exame e a interpretação do material coletado.

Para tanto procurou-se na bibliografia pertinente posições de autores empenhados na conceituação desse novo campo do conhecimento que é o currículo, com a intenção de, pela síntese de suas idéias, atingir uma definição ao mesmo tempo precisa e abrangente do termo.

Esse circuito bibliográfico percorreu autores do porte de Bobbit, Caswell, Campbell, Tyler, Taba, Bruner, Koopman, Klaper e ainda Joel Martins e Consuelo Garcia, captando uma tendência cada vez mais dinâmica, ampla e vivencial para as concepções relativas ao currículo.

Foi com o apoio dessa evolução teórica, que abandonou-se gradativamente posições ultrapassadas que equiparavam

* Esta notícia de pesquisa foi construída tendo como fundamento partes do Relatório Final a ser enviado ao órgão financiador do projeto, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) pelas professoras autoras, bem como discussões e resultados parciais desenvolvido durante o processo de pesquisa e elaboração do referido documento. Equipe Técnica: Elvira Mari Kubo (Coordenadora), Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Mecília Marins de Oliveira. Estudantes e Auxiliares de Pesquisa: Maria Olinda Trindade, Elton Luiz Barz, Tereza Cristina Gambús, Neide Cuthma, Ivana de Carvalho, Giselle Maria Lozza de Carvalho, Patrícia Nasser, Mario Antonio Moyses Nadaf e Harriete Tedeschi.

o currículo ao simples arrolamento de matérias, para colocar a ênfase no educando e, por extensão, em suas experiências e seu meio.

O exame das principais conclusões atingidas pelos estudiosos permitiu, portanto, o esclarecimento de alguns pontos-chaves em relação à conceituação curricular que se revelaram importantes para o trabalho pretendido.

Foi a partir deles que se pôde definir o currículo como uma proposta organizada para dar significado às relações entre alunos e professores em situação de ensino-aprendizagem, destinando-se a influir de alguma forma no educando e em todos os elementos que compõem o seu ambiente.

Dessa posição básica decorreram alguns problemas que estão sendo trabalhados na pesquisa e se configuram na seguinte forma:

- como se organizou o sistema de ensino e as escolas para estruturar o processo ensino-aprendizagem?

- quais as matérias que compunham os planos e programas?

- Como se apresentavam os elementos materiais, pedagógicos, institucionais, sociais na organização do currículo, considerado como integração de todos esses elementos?

- em que medida o currículo correspondeu às características da época? Atendeu às necessidades dos alunos? Evoluiu durante o período?

- qual a participação do Estado na implementação dos currículos?

Em função dessas colocações o primeiro objetivo proposto para o estudo foi o de realizar um mapeamento representativo das escolas do Paraná no período. O segundo, o de reconstruir a organização dos currículos primário e secundário e sua implementação no Paraná Provincial.

E o último, de apreender a evolução curricular e o desenvolvimento da sociedade paranaense do século XIX, a fim de realizar uma síntese que relacionasse a história da educação com a história social.

Assim, a partir do mapeamento inicial das escolas, foram extraídas as pertencentes ao Distrito de Curitiba, decorrendo os trabalhos dentro da metodologia prevista, bus-

cando estabelecer sempre um paralelo entre as disposições legais e sua aplicação prática.

Para tanto estão sendo utilizadas como fontes, a documentação constituída em sua maioria da correspondência oficial do governo, legislação governamental, relatórios dos Presidentes de Província e notícias de periódicos, pertencentes aos acervos das seguintes instituições:

— Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem do Paraná (DAMI);

— Biblioteca Pública do Estado do Paraná;

— Biblioteca do Museu Paranaense;

— Biblioteca do Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR;

— Círculo de Estudos Bandeirantes;

— Biblioteca Central de UFPR;

— Biblioteca do Colégio Estadual do Paraná;

— Biblioteca do Instituto de Educação do Paraná;

— Arquivo do Estado de São Paulo.

No arrolamento destas fontes foram utilizadas fichas de pesquisa modelo adotadas no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, fichas de pesquisa criadas pelas responsáveis do projeto e xerox, quando os dados documentais eram extensos.

Para o tratamento e análise das fontes arroladas realizou-se como primeiro passo, a sua classificação em núcleos documentais (legislação, relatórios, correspondências) ordenados cronologicamente.

A seguir separou-se a documentação quanto aos seus conteúdos em: de caráter geral, do ensino primário, do ensino secundário, das escolas especiais, indefinidos e ainda em cada uma dessas classificações em público e particular, quando possível.

O espaço geográfico abrangido pela Inspeção do Distrito de Curitiba, em 1858, foi mantido no estudo em questão, embora tenha sofrido mudanças na sua composição administrativa.

Com base no que foi constatado até o presente momento, verificou-se que a organização do ensino nas escolas primá-

rias e secundárias no Paraná se deu em conformidade com as Leis n.º 34 e n.º 309 de 1846 da Província de São Paulo e com as Regulamentações sancionadas a partir de 1857, após a emancipação da Província do Paraná.

De acordo com tais determinações e considerando primeiramente o ensino primário, observou-se que estava dividido em dois graus, elementar ou de 1.^a ordem, e superior ou de 2.^a ordem. Essa última destinada à ampliação dos conhecimentos básicos adquiridos na 1.^a ordem, ou à formação de pessoas que se dispusessem a ensinar no nível primário. Mas a pouca atração exercida pelo magistério junto à população da província, restringiu-o a três escolas em Castro, Curitiba e Paranaguá.

O ensino primário apresentava uma divisão básica entre escolas públicas e particulares, podendo essas últimas receberem ou não subvenção do Governo.

Além disso, existia subdivisão a partir de critérios como o período de funcionamento (escolas diurnas e noturnas para adultos); o sexo da clientela (escolas masculinas, femininas ou promíscuas) e ainda as condições específicas que originaram sua criação, como o caso das escolas de imigrantes ou da escola da cadeia.

No que se refere à organização interna, as escolas primárias estavam divididas em classes que poderiam ir de 1.^a a 4.^a, sendo que a 4.^a classe foi encontrada exclusivamente nas escolas de 2.^a ordem. Essas divisões obedeciam às determinações das Instruções de 27 de dezembro de 1856.

O ensino secundário também se dividia em estabelecimentos de caráter público ou particular, submetido este à mesma situação do primário em relação às subvenções governamentais.

Os estabelecimentos públicos organizaram-se em forma de liceus e escolas normais, sendo os mais famosos a Escola Normal (1876) e o Liceu de Curitiba (1846), depois convertido em Instituto Paranaense e finalmente, após outras denominações, em Colégio Estadual do Paraná.

Dentre os estabelecimentos particulares subvencionados serve como exemplo o Colégio de Meninos do Professor Jacob Müller, que também contava com ensino primário.

Havia ainda as aulas avulsas das diversas matérias componentes do currículo estabelecido pelos Regulamentos e prelecionados por professores nomeados pelo Governo.

Além desses dois níveis de ensino observa-se a existência de escolas de cunho profissionalizante como a Escola Mercantil de Paranaguá, o curso de Artes e Ofícios da Capital e a tentativa de criação de uma escola agrícola na Colônia Nova Orleans, as escolas regimentais da cavalaria, da marinha e do corpo policial. A Escola Normal de Curitiba também poderia ser incluída nesse grupo, embora sua criação se desse inicialmente como complementação da instrução primária. Finalmente existiu também uma escola pública especializada de deficientes surdos-mudos, em Curitiba.

Em relação ao ensino primário é interessante notar que a denominação cadeira foi aplicada como sinônimo de escola, sendo a primeira escola instituída, a 1.^a cadeira, a segunda escola, a 2.^a cadeira, e assim por diante.

Já no ensino secundário a expressão é empregada no sentido hoje utilizado para disciplina, surgindo denominações como cadeira de Latim, de Filosofia, de Direito Natural, entre outras. Isto se aplicava tanto às disciplinas de um estabelecimento como as aulas avulsas.

Conhecida, portanto, a organização básica das escolas do Paraná, e tendo-se delineado em linhas gerais o seu funcionamento, tornou-se possível a implementação da pesquisa.

E embora o estágio de análise de dados em que se encontra a mesma não permita ainda atingir idéias conclusivas, a equipe pesquisadora já pode configurar algumas hipóteses sobre o tema.

Assim sendo, indicam-se entre elas, as seguintes:

a) A partir do exame da relação das cadeiras que compunham os currículos, poder-se-á inferir que:

— a cultura européia influiu na composição dos currículos desde os elementos regulamentados até na existência de cadeiras de latim, francês, inglês e outras línguas faladas, como o alemão.

- a existência de escolas profissionais demonstrou o interesse por conteúdos de aplicação prática.
 - houve preocupação pelo ensino dos conteúdos religiosos e morais.
 - houve tentativas de adaptação do currículo à clientela escolar do sexo masculino, em detrimento do sexo feminino, o que poderia refletir uma influência da mentalidade da época.
- b) Quanto ao funcionamento das escolas poder-se-á observar que:
- a intermitência do andamento das aulas por motivos diversos (falta de professores e/ou alunos, material escolar insuficiente, calendário agrícola, recrutamento militar) impediu o seu desenvolvimento regular
 - a variação do método em função dos professores e número de alunos levou à adoção de procedimentos de ensino simultâneo, mútuo ou simultâneo-mútuo.
- c) Quanto ao material escolar verificar-se-á que:
- a adoção de livros didáticos acompanhava a linha humanística dos currículos, o que talvez não se adequasse à realidade da província na época.
 - o fluxo intermitente dos materiais de ensino em geral, impediu o regular desenvolvimento do mesmo.
- d) Quanto ao contexto sócio-político e econômico destacar-se-á que:
- a política internacional do período imperial, como a Guerra do Paraguai, influiu no andamento das escolas.
 - a interferência excessiva das autoridades criava impecilhos ao desenvolvimento curricular.
 - as condições sócio-econômicas da população contribuíram para a demanda ou evasão escolar, influenciando na efetivação da prática curricular.

Portanto, as idéias gerais que se apresentam até o momento no trabalho, apontam para uma situação em que, na

medida dos recursos disponíveis, as autoridades provinciais teriam se empenhado na implantação do ensino e conseqüentemente na do próprio currículo.

Por outro lado, o fato do Paraná ter-se constituído em Província somente em 1853, teria dificultado a dinamização do seu ensino, distanciando-se em relação à Corte, e mesmo, às outras províncias do império.

Logo, no Paraná, na conjuntura em estudo, teria permanecido a defasagem entre a regulamentação do ensino e a prática curricular.

A pesquisa encontra-se atualmente em fase de análise dos dados para resultar em artigos, que correspondem às tarefas atribuídas a cada pesquisadora-professora no plano inicial de trabalho da seguinte forma:

- os currículos das escolas primárias públicas no Distrito de Curitiba — Província do Paraná, por Elvira Mari Kubo;
- Os currículos das escolas de imigrantes no Paraná de 1853-1889, por Maria Cecília Marins de Oliveira;
- Os currículos de ensino secundário no Distrito de Curitiba-Paraná Provincial, por Etelvina Maria de Castro Trindade.

Pretende-se, desta forma, tratar o tema proposto de forma mais completa possível, procurando atender as metas da pesquisa, em que pesem as dificuldades inerentes à abundância da documentação encontrada e à extensão do período estudado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. KUBO, Elvira Mari. História da educação no Brasil: caso paranaense. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA. Reunião, 5., 1986. Anais. São Paulo, 1986. p. 43-5.
2. ———. Projeto de pesquisa: análise do currículo das escolas do ensino primário e secundário no Paraná (1853-1889). *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 2:110-3, 1984/85.
3. ———; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *Relatório final do Convênio INEP-UFPR n.º 8/85; análise do currículo das escolas do ensino primário e secundário no Paraná (1853-1889)*. Curitiba, 1985. Inédito.

NOTAS SOBRE A VIDA QUOTIDIANA DAS DEGREDADAS DA INQUISIÇÃO NO SÉCULO XVII(*)

LAURA DE MELLO E SOUZA

Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de São Paulo, USP.

Ao que tudo indica, foi no século XVII que a Inquisição portuguesa erigiu o Brasil em local privilegiado do degredo. Consultando boa parte das listas de Autos de Fé referentes às Inquisições de Évora, Lisboa e Coimbra, nota-se que, a partir de 1606, começam a se suceder em progressão impressionante os casos de réus degredados para o Brasil.¹ Eram homens e mulheres acusados de judaísmo, bigamia, sodomia, blasfêmias, proposições heréticas, visões e feitiçaria. Procurei aqui traçar o percurso de alguns destes condenados — mulheres na maioria — e tecer algumas hipóteses sobre o seu universo cotidiano, no qual não tinha pouco peso e pânico de viver no Novo Mundo.

Dos 11 casos que passo a examinar, todos se referem a mulheres que desembarcaram no Nordeste brasileiro. Cinco dizem respeito ao ano de 1647, quando era intensa a guerra contra o invasor holandês, três se espalham pelos quatro primeiros anos da década de 60 e um diz respeito ao ano de 1683.

No século XVII, o Brasil ocupava no imaginário do europeu colonizador uma função purgatória nítida. Para o Santo Ofício, enviar réus ao Brasil significava, em termos gerais, permitir que concluíssem aqui um longo processo purificador iniciado ainda nos cárceres, com a tortura, e que tivera seqüência no Auto Público da Fé. Em 1664, por exemplo, Maria da Silva sofrera o tormento da polé por um quarto de

* Comunicação apresentada no I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição — Seção do Rio de Janeiro em 29 de maio de 1987.

¹ Ver especialmente Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho Geral do Santo Ofício, 436.

hora, “estando gritando e chamando pela Virgem das Necessidades e pedindo misericórdia”. A seguir, a mesa examinou os Autos: “E pareceu a todos os votos que sem embargo do que nele **purgou** pelos indícios que ainda contra ela resultam de sentir mal de nossa Santa Fé Católica (...) ela vá na forma costumada ao Auto Público...”² Em 1683, as súplicas de Maria de Souza livraram-na dos açoites mas não conseguiram impedir que sofresse o degredo: “que ela fosse degredada por 6 anos para o Estado do Brasil; porque assim se ficava dando bastante satisfação ao escândalo que com seus embustes tinha causado”.³ Como Santo Isidoro, esperava-se desta forma — diziam os inquisidores — que “pela mudança do lugar se mudem os costumes”.⁴

Boa parte dos réus condenados ao degredo para o Brasil procuraram escapar alegando doenças, vínculos familiares ou ainda motivos menos concretos, tais como perigos para a alma e para a honra. Pouco importa que fossem reais ou imaginários os motivos levantados. Eles ajudam a apreender a forma pela qual o português comum enxergava a sua mais importante colônia: distante vários meses de viagem por mar, separada da Metrópole por uma barreira de riscos, doenças e piratas; insalubre e infestada do vício e dos maus costumes; imprópria, por fim, à vida em família e em nada conforme às regras da religião católica.

Algumas das rés aqui examinadas procuraram alegar que o Brasil não era local indicado para se purgarem pecados. Condenada em 1647 a dez anos de degredo para o Brasil, a “ilusa” Luzia de Jesus pediu comutação da pena alegando grande risco “de dar com maiores abusos achando-se no Brasil, donde a gente é mais simples e não poderá haver facilmente quem a atalhe”. Sua mãe, a persistentíssima Maria Francisca, insistiu na mesma tecla: “se a dita filha sua no meio de Portugal e entre tantos homens doutos e pios foi tão enganada do Diabo e caiu em erros tão graves, que será dela em partes aonde com dificuldade se pode achar quem a encaminhe”.

1 Ver especialmente Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho Geral do Santo Ofício, 436.

2 ANTT, Inquisição de Lisboa, processo n.º 7020.

3 ANTT, I.L., n.º 6308.

4 ANTT, I.L., n.º 4565.

Se o Santo Ofício visava reconciliar o réu ao grêmio da Igreja e, desta forma, possibilitar-lhe a salvação, que lhe deixasse a filha cumprir pena em algum lugar do Reino, concluía ela.⁵ Mãe e filha partilhavam de opinião corrente na época: cerca de quarenta anos antes, D. Constantino Barradas, Bispo do Brasil, escrevia ao Santo Ofício dando seu parecer sobre a Bahia: "... esta terra, onde há muita gente nova na fé, e outra estrangeira, e uns piores que aqueles de que se espera mais exemplo, que parece vieram à terra a ajuntar dinheiro, e não a fazer justiça".⁶

Atravessar o oceano representava um temor confesso, e podia significar a perda da saúde, da honra e dos dotes físicos, diziam ainda as degredadas, abraçando sem saber as idéias de ilustres detratores da América.⁷ Dizendo-se fraca, Luiza de Jesus alegava que, por esta razão, não tinha "forças e nem substância alguma (...) e assim para passar as águas do mar corre muito perigo sua vida e não é possível chegar lá..."⁸ Alegando dores nas pernas e dificuldade de locomoção, Maria da Cruz não se considerava em estado de fazer a travessia, pensando tentar curas nas Caldas; anexava à petição um parecer médico, do cirurgião da Santa Casa de Misericórdia: "e está incapaz de poder embarcar para ir ao degredo".⁹ Em 1647, a bigama Ana Lourença pediu suspensão do degredo em nome do grande perigo que corria sua vida e sua alma. O primeiro marido acorreu em seu socorro, prometendo ao Santo Ofício voltar a fazer vida com ela: "com o que se fica evitando o estragar-se a dita Ana Lourença por ser moça, e pobre, o que não tem dúvida sucederá se for ao Brasil".¹⁰

Uma questão assombrava a todas elas: O que faz no Brasil uma mulher sozinha? Torna-se prostituta, presa fácil de piratas, mendiga? O pai da jovem Francisca Cotta, que era capitão do Rei na Praça de Mazagão, "teme que indo a

5 ANTT, I.L., n.º 4564. Ver também, para a sentença, Biblioteca Nacional de Lisboa, cxa. 216, n.º 49.

6 ANTT, I.L., processo n.º 3382.

7 Ver Antonello GERBI, *La disputa del Nuevo Mundo*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1960.

8 ANTT, I.L., n.º 4564.

9 ANTT, I.L., processo n.º 4372.

10 ANTT, I.L., n.º 4809.

dita sua filha ao Brasil só desamparada, por ele suplicante não poder ir com ela por ser um cavaleiro pobre e achacoso das pernas, seja causa de maior desonra sua por ser moça e bem parecida”.¹¹ Luiza Coelha, que ao que tudo indica embarcou junto com Francisca Cotta para o Nordeste brasileiro, tentou sustar o degredo com uma petição que alegava o seguinte: “e porquanto é mulher moça, e andando em embarcações em tempo de guerras poderá ter muitos perigos na vida e na honra, e outrossim tem seu pai e sua mãe muito velhos, e ambos quase entrevados, e quer esperar neste reino ao dito seu marido, pois consta que é vivo, e indo ao Brasil poderá perecer e padecer grandes infortúnios...”¹² De Salvador, Joana da Cruz escreveu uma carta truncada e confusa, difícil de ler na sua ortografia errada mas clara o suficiente para informar que seu navio fora assaltado por piratas que lhe tiraram tudo, deixando-lhe apenas uma saia velha; na travessia, continua ela, foi humilhada pela gente do navio e tripulação: “disseram que eu vinha por bruxa e feiticeira”, queixava-se; na verdade, Joana era dada a visões e tinha sonhos de salvar Portugal e lhe restituir a grandeza da época dos descobrimentos. Após dois meses na Bahia, tempo em que tomara confessor “nos pés deste Santo Antonio”, a visionária queixou-se de inúmeros “trabalhos” e disse em carta que a aconselhavam a ir para São Paulo, “que não seria tão conhecida” — querendo talvez com isto aludir à estigmatização que recebia como ré degredada pelo Santo Ofício.¹³ Tendo permanecido no Nordeste por 7 anos — provavelmente em Olinda, de onde data o atestado de sua entrada no Brasil —, Maria da Cruz andou pelas casas e ruas recolhendo esmolas para reformar o Recolhimento de Santa Isabel da Hungria, em Lisboa.¹⁴ A mãe de Luzia de Jesus temia que a filha não tivesse iniciativa suficiente para prover com dignidade à própria subsistência: escreveu aos inquisidores dizendo que Luzia estava “na cidade da Bahia passando grandes necessidades e desamparo porque além de não saber trabalhar nem usar de alguma indústria, é doente há muitos

11 ANTT, I.L., processo n.º 11358.

12 ANTT, I.L., processo n.º 4844.

13 ANTT, I.L., maço 52, n.º 557.

14 ANTT, I.L., processo n.º 4372.

anos, e naquela cidade lhe têm carregado muito os achaques".¹⁵

Portanto, se no século XVII a Inquisição via o degredo para o Brasil como a última etapa de um processo purgatório, as penitenciadas procuravam fugir dele ressaltando o caráter negativo da terra para a qual seguiam e acentuando a impossibilidade de nela se regenerarem. Com frequência invocavam laços familiares: mães e pais velhos e sozinhos, necessitados do amparo filial (como os de Luiza Coelho), ou mesmo maridos abandonados que subitamente passavam para primeiro plano no afeto das rés bígamas. O caso de Ana Lourença não é o único, e nesse episódio tudo indica ter sido a própria Inquisição quem deu a pista de como conseguir a comutação do degredo, pois antes mesmo que o marido aparecesse reclamando a esposa desgarrada, o Santo Ofício julgara que a ré "tinha idade bastante para não correr perigo sua honestidade... e se seu primeiro marido quisesse atalhar a isto a poderá acompanhar no degredo..."¹⁶ Talvez fosse este o pior dos castigos. Também em 1647 — no mesmo ano em que o antigo marido de Ana Lourença resolveu voltar a fazer vida com ela —, o marido de Catarina Lopes acorria a Lisboa vindo de Santarém atrás de notícias da ex-mulher: "vindo-lhe a notícia que a dita sua mulher estava para se embarcar veio a esta cidade com o intento de viver com a dita sua mulher"; entretanto, "a achou já embarcada, e ora quer tratar de que torne para sua companhia". Pediu à Inquisição que autorizasse a volta de Catarina Lopes; não há registro de seu retorno, mas sabe-se que o Santo Ofício lhe perdoou o degredo.¹⁷

Além da purgação, a que visava o Santo Ofício quando degredava seus réus no século XVII? O saneamento do corpo social através do expurgo dos maus fiéis? Se assim era, como explicar que não incomodasse de com eles seguir maculando o corpo social da colônia, sobre o qual também incidiam suas investidas? Contrariamente a seus réus, acreditava o Santo Ofício que no Brasil se emendariam pecadores?

15 ANTT, I.L., processo n.º 4564.

16 ANTT, I.L., processo n.º 4809.

17 ANTT, I.L., maço 154, n.º 1782.

Não parece plausível, pois o mesmo Tribunal costumava invocar os maus costumes vigentes na colônia e que, a seus olhos, a desqualificavam. Numa época de guerra e de retomada do território, talvez a Inquisição cedesse às pressões do Estado e concordasse em despejar sobre o solo colonial boa parte de seus penitenciados — entre eles, mulheres de conduta duvidosa ou entendimento fraco, dadas a visões e a acidentes de gota coral, indesejáveis na Metrópole mas passíveis, na colônia, de gerarem filhos de soldados mestiços e de hereges convertidos. Se assim fosse, a Inquisição teria dois pesos e duas medidas, preocupando-se mais com o controle social no Centro do sistema do que na sua Periferia.

Muitos dos processos permitem reconstituir etapas na história de degredo destas mulheres, acusando um percurso solitário e apavorado. Em três dos casos, sabemos no que deu tanto sofrimento. Em 1660, passados dez anos da condenação, a tenacidade da velha mãe de Luzia de Jesus — visionária imaginosa — venceu os inquisidores: beirando os sessenta anos, a ré voltou do Brasil e teve suspenso o seu degredo perpétuo para fora de Leiria, a cidade natal.¹⁸ Em 1668, a beata Maria da Cruz, condenada por visões, voltava a Lisboa e se apresentava com seus papéis à Inquisição, após cumprir resignadamente o degredo. Pediu que lhe suspendessem a proibição de ficar fora de Lisboa, porque achava que devia zelar pelo Recolhimento de Santa Isabel da Hungria, do qual era regente na época em que fora presa. Quando partiu, o Recolhimento estava em obras. No Brasil, como se disse acima, conseguiu muitas esmolas para terminá-lo, e queria se empenhar nesta empresa porque, na sua ausência, o pedreiro encarregado das obras andara alugando os cômodos do Recolhimento: “estava como estalagem, com tenda pública de cousas que nele se vendiam, tendo-o alugado o pedreiro a quem quer que queria morar nele para pagamento das obras que tinha feito”.¹⁹

Acusada de bruxa, Luiza Maria fora degredada para a Bahia e aos 24 anos deixara para trás seu marido. Quatro

18 ANTT, I.L., processo n.º 4564.

19 ANTT, I.L., processo n.º 4372.

anos depois, em 1668, conseguira comutação da pena e retornara a Portugal. Em 1694, com 50 anos, dirigiu-se voluntariamente ao Tribunal do Santo Ofício para confessar. Dísse que vivera pobre e miserável após regressar do Brasil, e que, procurada pelas pessoas, e por instância delas, voltara a praticar certas orações a fim de prever coisas futuras. Sintomaticamente, sua confissão termina de chofre, sem que haja qualquer pronunciamento do Tribunal acerca da matéria.²⁰

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Lisboa. **Processos**.
2. BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. **Manuscritos**.
3. GERBI, Antonello. **La disputa del Nuevo Mundo**. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1960.

20 ANTT, I.L., processo n.º 7840.

SPENCE, Jonathan, D. **O Palácio da Memória de Matteo Ricci**; a história de uma viagem: da Europa da Contra-Reforma à China da dinastia Ming. São Paulo, Companhia de Letras, 1986. 357 p.*

ABÍLIO DA SILVA GUERRA NETO

Pós-graduando em História na Universidade Estadual de Campinas, IFCH-UNICAMP.

O livro recentemente traduzido de Jonathan Spence, **O Palácio da Memória de Matteo Ricci**,¹ tem como paradigma, segundo o próprio autor, um romance de Willian Faulkner, **Enquanto agonizo**.² Como essa afinidade não é explicada, resta-nos buscar nos próprios textos o que o autor nos negou explicitar. Para não incorreremos no risco de uma aproximação puramente analógica e pouco elucidativa, seria mais prudente captarmos a relação mais geral que possa existir entre história e literatura.

Como primeira aproximação temos a óbvia apropriação de ambas do mesmo material expressivo: a **linguagem**. Tanto a literatura como a história manipulam uma matéria que lhes é exterior, de domínio comum da humanidade, já socialmente codificada e estruturada por séculos de cultura, tendo total autonomia em relação às apropriações que a desviam de sua razão primeira de comunicação. Ao se apropriarem da linguagem com fins particulares, a história e a literatura dão-lhe um novo estatuto: o de **discurso**. Linguagem e discurso não são coisas antagônicas, mas conceitos que tentam registrar a distinção existente entre o uso **funcional** da linguagem e sua codificação regional no âmbito de uma disciplina ou instituição, o que poderíamos chamar de **estrutural**. Entre a conversa informal do cotidiano e as formas

* O presente texto é uma transcrição quase literal de um seminário apresentado num curso regular de Doutorado em História (UNICAMP) ministrado pelo professor Edgar De Decca.

1 SPENCE, Jonathan D. **O Palácio da Memória de Matteo Ricci**: A história de uma viagem da Europa da Contra-Reforma à China da dinastia Ming. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

2 FAULKNER, William. **Enquanto agonizo**. Rio de Janeiro, Expansão Editorial. 1978.

de expressão mais codificadas existe uma enorme diferença. Não se 'bate papo' com um amigo da mesma maneira que se escreve uma carta para uma autoridade, assim como não se escreve história como literatura.³

Dentro do campo das possíveis codificações específicas da linguagem (talvez infinito), algumas são convencionalmente instituídas por determinadas sociedades e essa escolha, segundo Tzvetan Todorov, constituirá o seu **sistema de gêneros**. Literatura e história, do ponto de vista funcional, mantêm relações específicas com a sociedade, e suas maneiras de expressar essa relação possuiria uma articulação interna que deveriam dar o status de legalidade a qualquer escrito que se pretendesse colocar sob suas rubricas. Como instituições lingüísticas escolhidas dentro do campo dos possíveis discursos, tanto a história como a literatura seriam **gêneros discursivos** com maneiras específicas de expressar suas 'visões de mundo'.⁴

Essa idéia não nos parece muito distinta da que poderíamos encontrar no ensaio "O Narrador", de Walter Benjamin. Ali Benjamin introduz uma diferença entre História escrita e História escrita pelo historiador, utilizando-se da metáfora da luz: "pode-se até mesmo ir adiante e indagar se a historiografia não representa o ponto de indiferença criadora entre todas as formas épicas. Nesse caso, a História escrita se comportaria em relação às formas épicas como a luz branca em relação às cores do espectro. Seja como for, entre todas as formas de narrativa não há nenhuma cujo aparecimento na luz pura e incolor da História escrita esteja mais escoimada de dúvidas do que a crônica. E na ampla faixa cromática da crônica graduam-se, como matizes da mesma cor, os modos pelos quais se pode narrar. O cronista é o narrador da História. Pense-se no trecho citado de Hebel, que conserva todo o tom da crônica e meça-se depois, sem esforço, a diferença que há entre aquele que escreve História,

³ cf. TODOROV, Tzvetan. *Os Gêneros do discurso*. São Paulo, Martins Fontes. 1980.

⁴ cf. TODOROV.

o historiador, e aquele que a narra, o cronista. O historiador está obrigado a explicar".⁵

Fluxo de 'luz pura e incolor', a História escrita encontra no efeito da difração da luz o surgimento das cores do espectro; cada uma delas por sua vez se manifesta matizadamente na sua faixa cromática. A crônica comportaria o modo pelos quais se pode narrar numa 'ampla faixa cromática', amplitude que não parece comportar a 'cor' do historiador, obrigado a explicar. A metáfora da luz e sua difração é fundamental; através dela se pode pensar que entre história e narração não existe propriamente uma oposição substancial, apenas encontram-se em 'cores' diferentes do 'espectro', e que, como manifestação da mesma 'luz branca', contém em si — as duas — um lastro comum que encontra na figura mítica da Mnemosine, **A-que-se-recorda**, seu símbolo perfeito.

Remontando à antigüidade, Walter Benjamin argumenta que "se aquilo que é registrado pela lembrança — a historiografia — representa o ponto de indiferença criadora das várias formas épicas, então sua forma mais antiga — a epopeia — engloba, graças a um denominador comum, a narrativa e o romance".⁶ A épica, portanto, comporta dois tipos de memória: "a memória perenizante do romancista em oposição à memória do entretenimento do narrador".⁷ Uma diferença significativa que necessita denominação diferenciada: **memória**, musa da narrativa, e **recordação**, musa do romance.

Do 'ponto de indiferença criadora' (notar que a expressão surge duas vezes) — a historiografia — teríamos uma matização de manifestações literárias cujo lastro fundante encontra-se bipartido entre memória e recordação. Essa última é justamente o ponto de aproximação de romance e História (dos historiadores), não uma proximidade fortuita, mas resultado do desenvolvimento da história humana, especificamente no processo de sacralização do mundo ao emancipar-se do pesadelo mítico, quando o homem foi

5 BENJAMIN, Walter. O Narrador. I: OS PENSADORES. São Paulo, Abril, 1978, v.48, pg. 66.

6 BENJAMIN, pg. 66.

7 BENJAMIN, pg. 67.

encontrando formas substitutas de representar-se diante do mundo, que vão desde os ritos mágicos mais antigos até as diversas religiões posteriores. O movimento de derrubada desses valores operado de forma contundente pela Era Moderna cria uma situação paradoxal: a emancipação do homem frente ao sobrenatural, mas, em contrapartida, o exílio frente a existência. O novo solo criado é o do 'entendimento' e terão no romance e na História (dos historiadores) suas formas mais exemplares. Ao largo da velha distinção aristotélica (verossímil x verdade), o romance e a história, manifestações burguesas por excelência, buscarão e formularão o 'sentido da vida'. Assim, a História (dos historiadores) é de vida curta, remonta, quando muito, a dois ou três séculos, não fazendo sentido denominar historiadores os escritores de acontecimentos que viveram anterior a essa época. Por esse motivo Benjamin intitula Heródoto "o primeiro narrador dos gregos", afinal ele não escreveu História, mas narrou histórias.

Apesar do enfoque e terminologia distintas, parece-nos evidente que Walter Benjamin pressupõe uma relação essencial entre crônica, romance e história (dos historiadores). São particularidades que as separam ou as agrupam: é a **explicitação**, por exemplo, que separa a história da narrativa, aproximando-a (a história) do romance. A visada sociológica de Benjamin não impede-nos de nos apropriarmos de sua 'sacada': a superação do preconceito de uma divisa estanque entre literatura/história. Um gesto simples e eficiente foi necessário: retirar do referente a propriedade demarcativa; não é mais um real imitado ou explicado, ou uma ficção construída que vai dar a essencialidade de uma forma de expressão.

Retornando a nossa questão inicial — a relação literatura/história — podemos perceber um deslocamento: agora temos gêneros discursivos, um gênero histórico e um gênero romance. Mais do que uma simplificação, essa nova conceituação parece turvar ainda mais a compreensão: sendo os discursos uma articulação e enunciação linguística feita a partir de um certo contexto social, podemos enumerar 'ad

infinitem' os gêneros discursivos: a filosofia, a ciência, a reportagem jornalística, a poesia, etc. O que era uma oposição radical (literatura-ficção x história-realidade) parece se perder num redemoinho de formas discursivas. Essa questão geral do discurso não nos interessa por ora; a tentativa de relacionar história literatura pode muito bem ser deslocada para a tentativa da relação gênero história/gênero romance. O ponto de contato pode ser a **narrativa**.

Mas o que é a **narrativa**? Apenas como valor heurístico apropriamo-nos da definição de Todorov, que a define por oposição à descrição: "Tanto a descrição quanto a narrativa pressupõem a temporalidade, mas temporalidade de natureza diferente. A descrição (situa-se) certamente no tempo, mas esse tempo (é) contínuo, ao passo que as mudanças, próprias da narrativa, recortam o tempo em unidades descontínuas; o tempo, pura duração, opõe-se ao tempo dos acontecimentos. Só a descrição não basta para criar uma narrativa, mas esta não exclui a descrição".⁸

Casos puros de narrativa ou descrição não existem, são conceitos limites que tem como concreções mais exemplares o conto e a poesia. A narrativa pressupõe uma **sucessão de acontecimentos** e uma **transformação** do estado das coisas. São essas, segundo Todorov, os dois princípios da narrativa. Tal definição parece-nos um instrumental adequado para tentarmos a aproximação que nos propusemos. Começamos pelo romance de Faulkner.

William Faulkner é considerado pela crítica literária como um dos expoentes literários do começo do século. Sua prosa, marcadamente regionalista e com estrutura fragmentada e dinâmica, parece romper definitivamente com as formas expressivas do século passado. Um teórico, ao tentar colocar sob a mesma rubrica uma dezena de literatos modernos (Capote, Joyce, Broch, Kafka, Walser, etc.), afirma que a explicação do surgimento dessa nova literatura deve-se a uma mudança profunda da realidade, a transformação de um mundo gerenciado por uma visão unitária num mundo

8 TODOROV. pg. 62.

fragmentado e caótico. O que o romance moderno faz é não mais mimetizar o mundo tal como ele é, operação agora impossível, mas recriá-lo ficcionalmente através de uma estratégia onde a noção de *flutuação* surja com intensidade. “Essa ‘reinvenção’ da realidade, a representação da realidade moderna, ‘flutuante’, constitui a tarefa do romance adaptado aos nossos dias. Já não é possível apreendê-lo como um todo”.⁹ Essa reinovação do mundo para melhor apreendê-lo não abandona o paradigma da representação, apenas o desloca: ao invés de representar o mundo tal como ele se apresenta, constrói-se um mundo fictício onde sua essência apareça representada. Como o mundo é fragmentado, essa essência surgirá multifacetada nos vários empreendimentos artísticos do período.

Essa idéia, que tenta circunscrever todo o romance moderno à noção de ‘realidade flutuante’, parece-nos ao mesmo tempo que certa um tanto vaga e amortizadora das diferenças. Mas é sobre ela que está falando Edmund Wilson ao tentar explicar a problemática do escritor do começo do século XX: “Toda percepção ou sensação que tenhamos, a cada momento de consciência, é diferente de todas as outras; por conseguinte torna-se impossível comunicar nossas sensações, conforme as experimentamos efetivamente, por meio da linguagem convencional e universal da literatura comum”.¹⁰ Ao contrário de Rosenthal, Wilson não pressupõe uma ruptura brutal entre as percepções, sensações e expressões dos dois períodos. Se a transformação existe — e nesse sentido ela é radical — não se comporta, porém, como um corte abrupto: o presente de certa maneira se conecta-se com o passado, compartilha com ele de alguns de seus problemas e tem em suas respostas o ponto de partida para as próprias saídas. O Simbolismo — é sobre ele que Wilson está falando — terá no Romantismo seu passado referencial, pois ambos os movimentos confrontam-se com uma visão de mundo mecânica: “Era a tendência do Simbolismo — aquela segunda oscilação do pêndulo para longe de uma visão meca-

9 ROSENTHAL, Erwin. O Universo Fragmentário. São Paulo, Companhia Editora Nacional e EDUSP, 1975, pg. 9.

10 WILSON, Edmundo. O Castelo de Axel. São Paulo, Cultrix, 1985, pg. 22.

nicista da Natureza e de uma concepção social do Homem — fazer da poesia uma questão de sensações e emoções do indivíduo, mais ainda do que fora o caso do Romantismo”.¹¹

O mundo conturbado, onde uma visão unitária já não é possível de ser registrada, será representado pela via indireta da subjetividade. A saída dos simbolistas para o impasse artístico é uma nova forma de expressão, uma nova linguagem. “Essa linguagem deve lançar mão de símbolos: o que é tão especial, tão fugidio e tão vago não pode ser expresso por exposição ou descrição direta, mas somente através de uma sucessão de palavras, de imagens, que servirão para sugerir-lo ao leitor. (...) E o Simbolismo pode ser definido como uma tentativa, através de meios cuidadosamente estudados — uma complicada associação de idéias, representada por uma miscelânea de metáforas — de comunicar percepções únicas e pessoais”.¹²

A ‘nova linguagem’ dos simbolistas não é tão nova assim: o conceito de símbolo que utilizam está muito próximo do estabelecido pelos românticos. Edmund Wilson tenta uma definição: “os símbolos do Simbolismo tem de ser definido de maneira algo diversa do sentido dos símbolos comuns — o sentido de que a Cruz é o símbolo da cristandade ou as Estrelas e Listras o símbolo dos Estados Unidos. Esse simbolismo difere inclusive de um simbolismo como o de Dante. Pois o tipo familiar de simbolismo é convencional e fixo; o simbolismo da “Divina Comédia” é convencional, lógico e preciso. Mas os símbolos da escola simbolista são, via de regra, arbitrariamente escolhidos pelo poeta para representar suas idéias”.¹³ A fixidez convencional do símbolo familiar, Wilson opõe o símbolo/arbitrário e criador dos simbolistas. Os românticos operam de maneira semelhante: ao simbolismo convencional — ao qual denominam alegoria — opõem uma nova classe de signos, que se caracterizam por sua intransitividade: os símbolos.¹⁴ A incompatibilidade que parece existir entre o símbolo arbitrário dos simbolistas (segundo Wilson) e o símbolo motivado dos românticos é

11 WILSON, pg. 21.

12 WILSON, pg. 22.

13 WILSON, pg. 21.

14 cf. TODOROV, Tzvetan. Teorias do Símbolo. Lisboa, Ed. 70, s.d.

mais aparente do que essencial: o símbolo dos românticos só é motivado dentro da perspectiva romântica de que o artista imita o ato produtor divino. Dentro de uma criação organicamente construída, onde a vida pulsa e todo o artifício mecânico é abolido, tudo é mativado. O que não impede que o ato fundador seja arbitrário, como aliás todo ato fundador.

A obra de Faulkner, **Enquanto agonizo**, insere-se nessa problemática: é uma tentativa de criar um mundo mítico primordial num cenário rural americano, onde um simples enterro transforma-se numa grande epopéia, onde a natureza parece agigantar-se e enraivecida arrojar-se contra um punhado de desafortunados possuídos por um objetivo ao mesmo tempo ridículo e heróico. No pequeno microcosmo situado no campo americano parece ecoar ressonâncias provenientes de um macrocosmo intangível. É justamente por seu caráter isolado, por essa tentativa de dizer somente de si mesmo, que o pequeno mundo de Faulkner, através do pressuposto simbólico de possuir a parte todas as características do todo, ganha uma dimensão que ultrapassa em muito a pequenez aparente da trama.¹⁵ Todos os acontecimentos têm valor em si, encaixam-se coerentemente no desenrolar da trama, mas possuem uma significação que transcendem a imediatez, que aponta para o indizível. Mesmo os nomes dos personagens não escapam da lógica do simbolismo universal: Jewel = jóia; Darl(ing) = benzinho; Cash = dinheiro em caixa (idéia de previdência); etc.

O microcosmo faulkneriano, apesar da fragmentação narrativa, conta com um desenvolvimento espaço-temporal de fácil detecção. A sequência de ações do romance — morte da mãe — constituição do funeral/caravana — enchente — queda das pontes — naufrágio — incêndio no paiol — enterro da mãe — pode muito bem ser reconstituída. Os prin-

15 August Wilhelm Schlegel, o mais expressivo teórico romântico alemão, ao criticar o conceito de imitação como essência da arte, sustenta o princípio de **produção**. O artista não se submete mais à tirania da imitação da natureza. Agora ele se equipara, enquanto produtor, da função divin de fazer vir à realidade suas vontades. Isso só é possível a partir de uma nova categoria de signos — os símbolos — cujas características de intransitabilidade e concentração de significação permitirá que a arte expresse o belo em sua totalidade. Dessa maneira, o microcosmo sugere o macrocosmo não através de uma transcendência significativa, mas porque contém em si todas as propriedades do todo.

cípios da narrativa que já apresentamos anteriormente — sucessão e transformação — estão presentes. Mas além do desenvolvimento dos fatos temos expresso, a partir da engenhosa elaboração do texto, a dificuldade de apreensão do sentido dos acontecimentos, a subjetividade profunda das visões de mundo, o solo movediço de onde provém todas as verdades e certezas acerca das coisas.

O livro de Jonathan Spence chama a atenção por sua extrema originalidade. Sua construção pouco se assemelha a qualquer livro de história que conheçamos. A figura do missionário jesuíta Matteo Ricci transitando por toda a extensão do livro é um fator desnorteante. A princípio a única coisa que podemos asseverar é que não se trata de uma biografia: Spence não escreveu o livro para contar a vida de Ricci iluminada pelas luzes bem acesas do seu tempo. Mas, afinal, do que se trata? O que pretende Spence com esse livro?

A entrada mais fácil nesse intrincado é a mais óbvia: as quatro gravuras e as quatro imagens de Matteo Ricci que são utilizadas como epígrafes dos capítulos. As gravuras destinavam-se à impressão de um livro editado por um erudito chinês (as gravuras não foram pintadas por Ricci, ele apenas as escolheu); as imagens — na verdade ideogramas chineses — eram parte do seu exercício de memorização. Essas imagens e gravuras escaparam à destruição que aniquilou o conjunto do material iconográfico de Matteo Ricci. Spence começa com ele seus capítulos (a exceção é o último capítulo, onde a imagem e a gravura restantes funcionarão não mais como epígrafes mas como fechamento), coloca-os ali como se seu poder evocador conseguisse materializar o mundo extinto que os produziu.

Dessa maneira, a uma imagem que significa a guerra segue-se toda uma elaboração do sentido da guerra na Europa e seu enorme contraste com o dado pelos orientais. Uma imagem de Cristo diante do mar dirigindo-se aos apóstolos tem como sequência a distinção entre a importância diferenciada do mar para europeus e orientais. Esse esquema gerencia todo o livro: primeiro uma imagem evocadora, em

segundo o tema no Ocidente, em terceiro o tema no Oriente. Como Ricci mudou-se muito durante sua vida, seu percurso individual servirá também como suporte geográfico das descrições de Spence. Assim Mascerada (cidade natal de Ricci), Roma, Lisboa, Goa (na Índia), Zhaoping, Shaozhou e Nanchang (as três últimas na China) serão o palco de fatos e situações que tentarão dar conta da inteligibilidade do mundo vivido por Ricci.

Esse esquema não roda tão redondo como pode parecer a primeira vista. Do primeiro para o segundo instante ocorre um solavanco. O poder evocador da imagem é por demais difuso e os temas que lhe seguem transpiram à arbitrariedade. Se o símbolo da guerra incita-nos a pensar imediatamente na própria guerra, o mesmo não se pode dizer da gravura de Cristo com os apóstolos que poderiam levar a vários outros temas além do mar. Esse problema ocorre com a quase totalidade das imagens e de uma forma tão flagrante que leva-nos a perguntarmos se nossa entrada não foi infeliz. Se a seqüência proposta é evidente, parece que a motivação entre imagem e tema não é forte o suficiente para explicar a montagem de Spence.

Voltemos ao enigmático papel desempenhado pela figura de Matteo Ricci. Trata-se de um missionário jesuíta. Essa corporação, embalada pelas idéias 'modernas' de Ignácio de Loyola, destacava-se das outras pela agilidade e pragmatismo no alcance de seu fim catequizador. Como seu digno representante, o jesuíta Matteo Ricci faz de sua vida missionária um modelo exemplar da tenacidade, do vigor e da inteligência européia condensados no fim último da conversão à fé cristã. Como Ricci existiam senão dezenas ao menos alguns pares que poderíamos ter como exemplo em seu lugar. Mesmo considerando a descrição extremamente elogiosa sobre seu caráter e qualidades intelectuais feitas por um erudito chinês,¹⁶ o papel estratégico ocupado por Ricci na

16 "É um homem extremamente impressionante — uma pessoa de refinamento íntimo, e a mais correta externamente. Numa reunião de muitas pessoas, todas falando numa confusão e cada uma sustentando seu próprio ponto de vista, Ricci mantém o silêncio e não se deixa provocar para intervir ou se envolver. Entre meus conhecidos, ninguém é comparável a ele. Todos os que são arrogantes de mais ou por demais lisonjeiros, os que exibem sugacidade ou são estreitos e faltos de inteligência são inferiores a ele". Frase do erudito Li Zhi, citado por SPENCE, pg. 269.

trama de Spence deve-se à sua técnica mnemônica, desenvolvida a partir de modelos pré-existentes no Ocidente e da qual Ricci faz sua maior aliada para seus fins doutrinários.

Um problema crucial abalava os intentos jesuíticos de conversão dos chineses à fé cristã: o isolamento convicto dos chineses: “Ir em embaixadas a cortes estrangeiras não constituía nenhum sinal de respeitabilidade — na verdade os chineses nunca o faziam —, e se alguém fosse numa embaixada, não teria nenhuma razão para querer lembrar os nomes estrangeiros; os idiomas estrangeiros não ofereciam nenhum interesse para um letrado confuciano, que esperava que os estrangeiros dispostos a se comunicar com ele aprendessem o chinês, como fizera Ricci”.¹⁷ É nesse quadro chinês refratário ao mundo exterior que temos que entender o esforço de Matteo Ricci no aprendizado de chinês. Não é apenas uma facilitação do seu contato com os nativos, mas uma obrigatoriedade absoluta.

A questão de Ricci é ainda mais problemática: não se trata apenas de se comunicar, mas de converter. Diante da total apatia dos chineses ante os princípios cristãos, o jesuíta trabalha em adaptações, em transcrições, das referências originais ocidentais para o chinês. Nesse momento percebemos o quanto Ricci está atrelado ao ideário de Ignácio de Loyola: “No âmbito da filosofia moral, a decisão de Ignácio e seus sucessores de tentar educar os jovens jesuítas como ponto de lança intelectuais da vida cultural do seu tempo aumentou incomensuravelmente a tarefa a ser empreendida por cada estudante e o montante de obras literárias que tinha que conhecer e absorver. A intensificação do gosto pelo estilo latino levou à necessidade de memorizar clássicos fundamentais como as orações de Cícero, a retórica de Quintiliano, os epigramas de Marcial, e longos trechos escolhidos de Horácio, Ovídio e Virgílio”.¹⁸ O conteúdo muitas vezes picante ou obsceno eram adaptados para não ferir a suscetibilidade dos estudantes com o mau gosto e o pecado.

17 SPENCE.

18 SPENCE. pg. 156.

Essa estratégia de Ignácio de Loyola de adulterar uma situação original para torná-la mais eficaz parece ter se impresso de forma indelével no caráter de Matteo Ricci. Não sente nenhum prurido em adulterar uma gravura, apagando as marcas da crucificação de Cristo, para adaptá-la a uma situação que achava mais importante. Omitiu por completo a cisão religiosa do Ocidente, apagando de suas referências a existência da Reforma Protestante. “Ricci em seus escritos chineses sobre a matemática, simplesmente romanizava o nome de Euclides com a aproximação grosseira ‘Oujili’ — sem deixar de dizer que Euclides nascera ‘há cerca de mil anos atrás’, o que podia levar qualquer chinês interessado no assunto a pensar que Euclides fora um matemático cristão, ao invés (como na realidade) de um pagão grego que vivera em 5000 A.C.”¹⁹

A omissão, a adulteração e a mentira pareciam expedientes totalmente admissíveis desde que possibilitassem o alcance do fim último, a conversão. Diante de um fim tão nobre, tão aureolado pela verdade inabalável, qualquer meio aparentemente escuso fica diminuído a uma insignificância ínfima. Esse pragmatismo de Ricci levou-o às mais mirabolantes tentativas de aproximação aos chineses, como, por exemplo, o rizível mimetismo do vestuário ao qual dispendeu tanta energia e atenção.

É diante deste quadro — o fechamento cultural chinês em relação ao Ocidente e o pragmatismo jesuítico de Matteo Ricci — que torna inteligível o papel da sua técnica mnemônica nos seus esforços missionários. Na sua visibilidade externa, essa técnica dará a Ricci uma fama tremenda entre os chineses, onde à sua capacidade imensa de memorização são adicionados ingredientes um tanto místicos, que lhe davam a aparência de um ser com poderes além da normalidade. Ele nunca buscou se livrar de tal fama e até a reforçou com o ocultamento da origem de sua fonte de renda — o que incrementava o boato de que dominava o saber transformador do mercúrio em prata — ou com a exibição pantomímica de suas aptidões mnemônicas. Ricci parecia certo

19 SPENCE, pg. 159.

de que essa imagem fantasiosa só lhe traria benefício e abri-
ria os caminhos para seu fim último de catequese.²⁰

A técnica mnemônica de Matteo Ricci vai servir-lhe como uma luva na transposição da cultura ocidental para uma compreensão oriental. Em carta a um amigo, ele nota que a escrita chinesa, ideogramática, era um material muito fértil para a utilização de sua técnica.²¹ Essa, devedora em muito da tradição retórica, consistia na utilização de termos transpostos: "Cada elemento decorativo do seu manto — luz, emblemas, desenhos, cores, jóias — referia-se a aspectos do ornamento retórico e seria conservado para sempre pelo estudante que trazia essa mulher em sua mente".²² Essa operação é similar à de representar a justiça por uma mulher de olhos vendados segurando uma balança em equilíbrio. Transforma-se uma idéia ou conceito abstrato em uma imagem, e o índice operador é a convencionalidade, pois várias outras imagens poderiam ser construídas para significar a mesma coisa. Mas uma vez constituída a imagem, ela presta-se à uma memorização muito mais eficaz do que palavras abstratas. Estamos diante da alegoria na sua fasceta mais anti-intelectual: a imagnetização do conceito. Na sua tentativa de transpor os valores cristãos para o Oriente, Ricci exime-se do desafio de um enfrentamento de choque entre duas culturas totalmente distintas e opta pela imagnetização dos conceitos, de resto facilitado pela própria escritura ideogramática chinesa. Com isso tenta reduzir à uma imagem o que é irredutível por uma abissal diferença cultural. A imagem

20 Evidentemente o Matteo Ricci a que me refiro é o Matteo Ricci de Jonathan Spence, a personalidade que — consciente ou inconscientemente — o autor americano delinea do missionário jesuíta.

21 No capítulo Um de seu livro, SPENCE trata com bastante intensidade a técnica mnemônica de Ricci, sem contudo explorar sua origem na Retórica Clássica. Com isso não se apercebe — ou se percebe não cita — a profunda conexão entre a técnica mnemônica e a figura retórica da alegoria.

22 "As quatro imagens da memória que sobreviveram ao tratado de Ricci são apenas uma sugestão instigante das riquezas armazenadas em seu palácio da memória, assim como suas quatro gravuras religiosas representam apenas uma parcela da iconografia católica que está no centro da religião à qual ele tentou converter os chineses. Mas, visto que é surpreendente que mesmo isso tenha sido preservado, e visto que Ricci escolhera com cuidado as imagens e gravuras que chegaram até nós, eu, por minha vez, escolhi construir este livro em torno desses oito longínquos fragmentos. Ricci disse a Cheng Dayue em 1606: 'toda a questão de se escrever alguma coisa é que sua voz será levada a milhares de quilômetros, ao passo que, na conversação direta, ela se esvai com algumas centenas de passos'. Ele estava certo, e é através desses sobreviventes casuais que podemos penetrar no seu passado. Podemos estar certos de que Ricci aprovaria esse procedimento". SPENCE, pg. 39.

da guerra pode muito bem evocar o conceito guerra, mas eles (os conceitos) são totalmente distintos, quase antagônicos. Esse equívoco tremendo de Ricci é muito bem notado por Spence que faz toda a questão de mostrar o quanto são diferentes as duas culturas. Mas em que Spence rompe com a proposta de Matteo Ricci?

Ricci está diante de uma transformação sincrônica: tenta estabelecer uma parte de inteligibilidade entre Ocidente e Oriente através da construção de uma imagética. Spence colocou para si além da transposição sincrônica uma transposição diacrônica: trata-se de resgatar acontecimentos ocorridos há séculos, no limiar da sociedade moderna. A resposta de Jonathan Spence parece-nos obedecer a mesma lógica de Ricci e se isso é correto explica-se a função dessa figura no transcorrer do texto.

A preocupação de Ricci não era entender a cultura chinesa. Se ele faz esforços nesse sentido, tem como horizonte final a conversão dos chineses à fé cristã da Contra-Reforma. Mas mesmo essas tentativas motivadas por um interesse instrumental, coloca-o diante da dificuldade extrema de compreender o 'Outro'. Abundam no texto de Spence referências a desânimos ocasionais de Ricci. O quarto capítulo é praticamente dedicado a esse problema de compreensão. No seu início temos o ideograma chinês que chama a atenção por sua polissemia. É o único capítulo onde a passagem Ocidente-Oriente não se dá de maneira marcada, mas entrecida por várias idas e vindas de uma cultura à outra. É aqui também o lugar onde fica mais evidente que a fé que move Ricci não é tão inabalável assim. Não fossem as sensões potenciais de uma Contra-Reforma pré-inquisitorial, suas tendências ecumênicas evidentes poderiam tomar uma forma mais delineada. Os pontos de contato entre judaísmo, islamismo e cristianismo (em especial a trindade), a proximidade de alguns valores éticos transculturais (como por exemplo a amizade) e outras concepções muito pouco ortodoxas que ora ou outra sentia-se atraído, leva-nos pensar no que poderia resultar a vida de Ricci não fossem as amarras às quais estava aprisionado. Ele estava atraído por dois

polos de força antagônicos: de um lado a ortodoxia da Contra-Reforma levando-o ao trabalho incessante da conversão, num verdadeiro terrorismo ideológico; de outro a tendência que o leva a uma certa relatividade cultural nunca assumida inteiramente. Como ponto de cruzamento das forças de atração temos sua técnica mnemônica que serve ao mesmo tempo ao fim catequético como à consciência cada vez maior do enorme abismo cultural.

Spence, diante de uma problemática semelhante, acrescenta pela diacronia, parece apostar que no fim das contas a tentativa de Ricci não foi um fracasso, mas que ela pôde estabelecer um quadro de intelegibilidade da época. O que faz então é a partir dos restos iconográficos estabelecer quadros antagônicos onde cada imagem ocupa a posição intermediária polissêmica.²³ A sua operação é muito mais que analógica em relação a Ricci. Sua tentativa de captar o passado passa por um processo de imagetização profundo. Teríamos muita dificuldade em converter as passagens do texto numa única narrativa, no entanto elas serviriam como profícuas indicações a pintura de vários painéis ou mesmo de um único e grandioso painel.

Podemos imaginar o seguinte quadro: uma caravela se debate nas águas revoltas do mar; próximos, assustadoramente, erguem-se penhascos escarpados e sombrios; no tombadilho padres rezam e ouvem confissões dos marujos que querem entregar suas almas desesperadas a Deus; cren-tes jogam objetos sagrados ao mar suplicando a misericórdia; moribundos estatelados no tombadilho tomados por doença desconhecida. Mais do que qualquer narrativa, essa imagem evocada seria uma transposição mais honesta do conteúdo da passagem sobre a relação ocidental com o mar. A distinção anteriormente estabelecida por nós entre **narrativa** e **descrição** pressupunha como dois princípios narrativos a **sucessão** e a **transformação**, o último ausente do texto de Spence. Na quadro geral nunca temos uma verdadeira transformação, não se encontra em lugar algum a mudança de 'status quo'. O texto está entremeado de um sem número

23 SPENCE, pg. 26.

de pequenas narrativas, mas tratam-se de destinos individuais dentro de um quadro absolutamente imutável, pinceladas dinâmicas num painel que mostra-se no final das contas, esplendorosos mas fixado para sempre. O Palácio da Memória de Jonathan Spence já não está na memória humana mas no comunicador, entretanto a priorização do imagético — cerne da técnica mnemônica de Ricci — sobrevive: parece a maneira mais eficiente de gravar o passado para sempre.

Do ponto de vista epistemológico temos como resultado o abandono do conceito em relação à imagem. Não pretendemos com essa afirmação advogar uma superioridade intransponível do pensamento lógico-discursivo em relação às outras formas de conhecimento. Trata-se de uma crítica muito restrita à imagética meramente descritiva, o que não impede que reconheçamos a riqueza e autonomia de um pensamento icônico. Uma crítica que visa o desvio do desejo gerenciador do discurso da explicação para a pura descrição. A recusa da explicação, tão em moda nos tempos atuais, é visível em todo o texto, até nas passagens mais insignificantes. A doença misteriosa que assolava os marinheiros nas viagens marítimas e tantos transtornos provocou no intercâmbio comercial marítimo da época, é descrita por Spence com grande força e impacto; podemos em suas palavras entrever sua grande periculosidade. No entanto, todas tentativas de diagnóstico e tratamento feitas pelos navegadores não são sequer mencionadas, nem ao menos seu nome — escorbuto.

Resta-nos fazer a aproximação Spence-Faulkner. Ela, que desde a primeira linha desse texto, sempre foi nossa preocupação central, foi escapando de nossas mãos todas as vezes que tocada. Mais do que uma possível falta de tato, a dificuldade sempre residiu na presença incômoda de mal-entendidos (que procuramos a nossa maneira afastar). Como partimos da idéia pré-concebida da existência de uma afinidade real entre os textos de Spence e Faulkner — idéia por sinal suscitada pelo próprio Spence — sempre permaneceu em suspenso uma certa expectativa do estabelecimento da relação.

O trabalho tentou estabelecer as condições em que os textos poderiam ser equiparados (enquanto gêneros literários), mas ao passarmos para um entendimento mais de-tido da estrutura dos textos eles se mostraram tão distintos, em alguns aspectos tão refratários, que a relação pretendida por Spence não pode ser encontrada senão de forma superficial. Lendo Faulkner vêm-nos à memória a frase de Novalis afirmando que “quando alguém fala apenas por falar, enuncia as mais magníficas e originais verdades. Elas não são membros da natureza senão pela sua liberdade, e é somente pelos seus movimentos livres que se exterioriza a alma do mundo, dando uma dimensão agradável e o desenho fundamental das coisas”.²⁴ Esse projeto romântico totalizador, apesar de mediatizado pelo romance moderno, ainda ecoa na sensibilidade moderna. A recusa da lógica mecanicista não pressupõe o abandono da razão. A capacidade de dizer as ‘verdades das coisas’, sem as nomeá-las, a partir tão somente da capacidade concentracionária de significação que o símbolo possui, não é visível no livro de Spence. Nestes, as ‘verdades do mundo’ parecem já não provocar emoções. Sua apropriação das técnicas mais avançadas de pesquisa e processamento de dados parece colocá-lo ao lado dos cultuadores a-críticos das máquinas informatizadas. Não é à toa que tantas vezes o adjetivo ‘belo’ venha à nossa consciência quando temos o livro em mãos: recusando a explicação, Spence escreve uma história estilizada e estetizante, cujo resultado final é um belo quadro de época.

24 citado por TODOROV, *Tóricas do Símbolo*, pg. 176.

MOORE JR., Barrington. **INJUSTIÇA**, as bases sociais da obediência e de revolta. São Paulo, Brasiliense, 1987, 713 p.

ALCIR LENHARO

Professor Assistente no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas.

Em meio aos grandes lançamentos de 87, na área de História, **Injustiça**, de Barrington Moore Jr. está passando levemente despercebido. No entanto, é principalmente para os historiadores, este livro merece atenção muito especial.

Injustiça vem na trilha de **As origens da ditadura e da democracia**, obra que via a grande transformação agrária do mundo contemporâneo como o palco principal de gestação dos regimes totalitários no século XX. B. Moore Jr. propositalmente enfraquecia ali a associação explicativa “crises do industrialismo/solução totalitária”.

Propunha, então, comparativamente, que em países como Inglaterra, França, EUA, a grande transformação da sociedade agrária assegurara a afirmação do capitalismo industrial e da democracia. Já na Alemanha e no Japão, o ímpeto capitalista não fora tão forte. Resultado: fascismo. No caso da Rússia e da China, o ímpeto fora ainda mais débil, e a industrialização ainda mais incipiente. Resultado: os camponeses viraram tudo de ponta-cabeça, e criaram condições para a implantação do comunismo, que mais tarde se voltou contra eles mesmos.

Em **Injustiça**, o autor renovou-se teórica e metodologicamente, superando o esquematismo conceitual do livro anterior. Quais são as noções de injustiça/justiça, como são engendradas, ou então qual o seu peso no levantamento das massas na tentativa de reagir a situações de opressão? A partir dessas considerações, o autor empreende uma surpreendente incursão pela história social do trabalho na Alemanha, de 1848 aos dias do Nazismo.

São duas as ordens de comentários em que irei me ater, na pretensão de apresentar criticamente o livro de B. Moore Jr., muito pouco, diga-se de passagem, para um livro com mais de 700 páginas, dois terços das quais de nítidas preocupações historiográficas. Em capítulos memoráveis, o autor operou com ampla gama de textos historiográficos alemães que nunca chegaram até nós, e enriqueceu sua análise a partir de depoimentos candentes de participantes da conturbada experiência dos trabalhadores alemães desde 1848.

Haverá os que se oponham à perspectiva com que o autor dispôs os trabalhadores no palco de luta. B. Moore Jr. adotou um procedimento teórico e metodológico que prefere descrever e analisar o lado menos resistente e discordante da atuação política dos trabalhadores alemães. Em capítulos diferentes o autor recria o cotidiano de insegurança e medo que corria o dia-a-dia do trabalhador. Ele fala da fome, do desemprego, da falta de moradia, do frio, das doenças, do alcoolismo, dos acidentes de trabalho. O perfil do trabalhador tecido por B. Moore Jr. aproxima-se muito mais do operário conformado à sua condição de vida, e sua história coletiva resta muito mais como uma provável história da domesticação operária do que o histórico de suas lutas e rebeldias.

Nem por isso o texto do autor é menos forte e verdadeiro. A despeito disso, convém ainda registrar o peso de sua explicação sobre o “caráter provinciano” do trabalhador alemão, ainda marcado “pelas tradições artesanais”. Em outra direção, não há porque desmerecer as convincentes páginas explicativas do apego à ordem hierárquica, ao Império, ao imperador, ao nacionalismo, ao militarismo. Mas, afinal, os trabalhadores estavam sempre conformados e inativos? Não, reconhece o autor. Os trabalhadores permaneciam unidos e reagiam coletivamente a partir de um sentimento comum de respeito a si próprios, exigindo dos patrões e seus representantes tratamento decente, como assim o entendiam. Os trabalhadores sentiam-se injustiçados quando o tratamento recebido ultrapassava os níveis de desrespeito que podiam suportar. Nesse clima, assegura o autor,

qualquer fato novo podia se converter no estopim de revoltas, tirando os trabalhadores de uma situação costumeira de conformismo.

É preciso, no entanto, estar atento para o fato de que as dimensões da experiência histórica recriada pelo autor tornam difícil fazer os conceitos de injustiça/justiça seguirem como fio teórico exclusivo de sua narrativa. Aqui e ali tais conceitos se veem insuficientes como meio de condução; é nesse momento que afloram recursos explicativos surrados, sinal da falta de fôlego da renovação teórica proposta. Por exemplo: o autor socorre frequentemente a atuação das lideranças da social-democracia, justificando até mesmo seu caráter burocrático, face à pouca iniciativa das massas, chegando a afirmar que “uma política revolucionária não teria encontrado base popular, e teria sido facilmente esmagada”. Diante da falta de iniciativa dos trabalhadores, as lideranças só teriam mesmo “desconfiança absoluta no entusiasmo das massas”.

Um outro exemplo da pouca eficiência da conceituação adotada: quando trata da análise psicológica dos prisioneiros dos campos de concentração nazistas, o sentido de injustiça não favorece o aprofundamento da análise, ficando mesmo aquém das contundentes reflexões de Hannah Arendt sobre a degradação e o aniquilamento psicológico dos prisioneiros das fábricas da morte.

Já na revisão da revolução de 1918, o texto de B. Moore Jr. torna-se sedutor. Reconstrução histórica e análise abrem outras possibilidades de interpretação, face à qualidade intrínseca do texto. Podemos então inferir que o país não conhecia naquele momento uma “revolução reformista”, como quer o autor, e sim uma ampla contra-revolução, desfechada pela própria social-democracia...

Explico-me: no capítulo 11, “A supressão de alternativas históricas”, o autor considera que a social-democracia precisava pelo menos de uma política reformista para conjurar as forças do passado, de modo a estabilizar o regime parlamentar através de uma situação intermediária — nem

o poder da aristocracia prussiana, nem o golpismo de esquerda.

O leitor atento poderá acompanhar o texto e não ficar com a nostálgica impressão do autor de que a alternativa histórica suprimida fora, de fato, a via da estabilidade parlamentar. Aliás, nem mesmo teria sido o levante espartakista, cujos líderes foram eliminados pelas forças da ordem. Através de precisas informações, o autor demonstra que após o colapso do espartakismo, recrudesceu na Alemanha operária a discussão e a luta cotidiana pelo controle do processo de trabalho nas fábricas e nas minas. A indignação moral tomara conta dos trabalhadores de Berlim, Hamburgo, Dresden, Leipzig, Dortmund, Dusseldorf, o Vale do Reno e toda a Baviera.

Primeiro o governo tentou barganhar com os trabalhadores e despolitizar o espaço do trabalho. Face à resistência organizada, o governo social-democrata jogou os corpos francos contra os trabalhadores para massacrá-los e à sua bandeira de luta. A real alternativa histórica para aquele momento fora suprimida pela própria elite burocrática dos trabalhadores, cuja conduta moderada o autor justificara em outro contexto. Barrington Moore Jr. não percebe a real alternativa histórica suprimida, mas fornece todos os elementos para uma outra interpretação.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan. In: **Le territoire de l'historien**. Paris, Gallimard, 1973. p. 169-186.

DENISE BOTTMANN

Professora Assistente do Departamento de Filosofia da UNICAMP.

Havia na França uma região que, até 1789, era caracterizada pelas suas posições avançadas. Os camponeses do oeste de Sarthe tinham reivindicações progressistas, em sólido confronto contra os latifundiários e o clero. Dez anos depois, o oeste sartês se converte num reduto contra-revolucionário, com uma guinada de 180° para um direitismo militante. E isso até esse século, com seus cantões conservadores, anti-republicanos e clericalistas. Entre 1789 e 1799, as pessoas envolvidas eram as mesmas. Até 1793, os camponeses sustentam a revolução. O que ocorre entre 93 e 99? O que faz com que, da tradição progressista entre os camponeses, emerja quase que o seu inverso?

Que coisa estranha... pelo jogo das estruturas, a posição progressista dos camponeses até 1789 é claramente inteligível. A grande propriedade contraposta à miséria dos trabalhadores rurais, o clero que apóia a estrutura fundiária opressora, e os camponeses que, com a **consciência da exploração brutal** a que são submetidos, defendem posições de esquerda. A nova estrutura que se sedimenta na virada do século apresenta esses mesmos camponeses como partidários do bastião mais conservador da direita francesa. Posições que anteriormente afloravam diretamente vinculadas a pressões e determinações econômicas agora passam (depois de sua inversão contra-revolucionária) a não ser claramente inteligíveis. Pois o oeste sartês continua a apresentar um sistema de exploração brutal contra os camponeses. O que eram posições críticas derivadas das estruturas econômicas

tornam-se posições reacionárias que parecem flutuar a um nível ideológico um tanto vago e deslocado dos conflitos reais. E essas posições reacionárias criam história e criam tradição ao longo de quase duzentos anos.

O historiador das estruturas pode ficar um pouco perplexo e, no limite, descartar o problema como irrelevante ou excepcional. Afinal, as grandes correntes estruturais permitiriam acidentes de percurso, que não chegariam a alterar o processo maciço de transformação histórica, onde um dos principais elementos é a própria Revolução Francesa. Que os atores antes mais arrojados em suas críticas antifeudais e anticlericais tivessem se convertido em radicais de direita por séculos é uma contingência que não chega a pesar na dinâmica interna da história.

Mas o historiador pode resolver seguir sua perplexidade e tentar entender como ocorre o movimento real das relações humanas e sociais. Pode ser que reconheça que, entre a estrutura feudal e a estrutura capitalista, entre o mundo da nobreza do Antigo Regime e o mundo da democracia burguesa da República, existem algumas coisas ("fenômenos", "elementos", seja o que for) que escapam à estrita coerência interna de processos de desenvolvimento histórico. Pode até ser que lhe ocorra que mesmo esses processos são processos humanos. E, sendo humanos, o que ocorre aos homens, mesmo que excepcional ou contingente, é importante. Assim, a *Chouannerie*, o levante contra-revolucionário de camponeses antes revolucionários, pode ser encarada como algo intrinsecamente significativo, algo que não é apenas um ligeiro desvio negligenciável dentro de uma corrente mais abrangente. Pode ser que nosso historiador reconheça que a história não é só história de estruturas, mas história de gentes. Pode ser até que pense que aquelas coisas um pouco inexplicáveis à primeira vista, não muito coerentes com as tendências estruturais reveladas no processo histórico são talvez acontecimentos. E que esses acontecimentos não são só a pedrinha no caminho que retarda um pouco o percurso do trem da história. E nosso historiador continua com suas dúvidas e reflexões um tanto heterodoxas em comparação com o seu hábito de tributar as ações humanas

à grande “dinâmica histórica”. E de repente até poderia exclamar: “É isso! Afinal, pode haver alguma ligação importante, ou pelo menos interessante, entre um acontecimento qualquer e uma estrutura importante”. “Por que não? Vai que de repente as estruturas não se alinhavam umas atrás das outras, em sucessões históricas regulares. Vai que pode existir uma brecha, uma fissura ou uma indeterminação, um lugar meio vago, onde aparece algo novo, e a gente não tinha previsto. Não tenho que me assustar com isso. Não tinha previsto, e pronto. Mas nem por isso a posição do avestruz ou a preguiça mental é o que mais me agrada.” E com essa iluminação, o nosso inquieto historiador põe as mãos na cintura, disposto a repensar os assuntos não só “estruturalmente”, como fazia até então, mas “estrutural” e “acontecimentalmente”.

E aí recapitula um pouco o que o surpreendia na *Chouannerie* do oeste de Sarthe. Primeiro ponto que lhe ocorre: as explicações tradicionais sobre o conservadorismo político do oeste francês não cabem no caso de Sarthe. Por que? Porque essas explicações vinculam posições de direita a regiões de grandes propriedades e votos conservadores. Ora, o oeste de Sarthe a partir de 1850 viveu uma redefinição agrária, e as grandes propriedades deram lugar a uma estrutura rural de pequenos proprietários (que nas outras regiões da França tem, genericamente falando, posições republicanas e liberais). Mas os sarteses continuam a votar reacionariamente. Então aí não dá certo vincular posição de direita a grandes propriedades, simplesmente porque não há o predomínio de latifúndios no oeste sartês.

Nosso historiador prossegue. Será uma influência religiosa? Ora, mas entre o sudeste vermelho e revolucionário e o oeste chuão de Sarthe quase não existe mais a distinção entre os anticlericalistas e clericalistas! Continua o problema: esse reduto da direita não se explica nem pelas suas condições presentes, nem por suas estruturas sócio-econômicas, nem pela superestrutura ideológico-religiosa.

E aí ele resolve recuar ao passado. Tentar explicar o caráter conservador da *Chouannerie* pelas políticas e ideológicas

gicas pré-1789, já sabemos que também não dá. Pois o oeste de Sarthe, repete nosso historiador para si mesmo, era a região anticlerical, antifeudal e anti-senhorial mais convicta e arrojada de 1789! E era esse o ponto que lhe provocava uma certa sensação de perplexidade. E lembra ainda que o sudeste de Sarthe (não o oeste, mas os seus vizinhos) em 1789 não era tão progressista, mas foram seus habitantes que poucos anos depois derrotariam os chuãos, para defender a República e a Revolução. E ainda por cima são os do sudeste que serão os futuros “vermelhos” de 1848.

Bom, é aí que nosso historiador, munido de sua boa vontade em pensar o caráter inédito desse problema, vai pôr para trabalhar a sua ideiazinha de uma ligação possível entre esse acontecimento esquisito, a *Chouannerie*, e a estrutura política resultante, o conservadorismo secular desses camponeses. Arrisca um pensamento temerário: em 1789, o jogo não estava feito, havia algum espaço indeterminado. O jogo se faz e dispõe as peças e lances em 1793, de forma tal que atravessará dois séculos. Se o grande problema político estrutural se situa na escala 1980-1790, o historiador agora resolve ter um pouco mais de vagar, e diz: “Não, vamos tentar uma escala micro: vamos tentar só uns dez anos, talvez 1789-1799”. Como ele não é suficientemente louco a ponto de deixar para trás os antecedentes históricos desse período, vai buscar as bases desse acontecimento nas estruturas econômicas e sociais pré-revolucionárias. E aí novamente recapitula o que já sabia: o predomínio de um bloco camponês submetido ao domínio feudal e senhorial (já em declínio, aliás) e ao domínio crescente de uma burguesia emergente. O oeste sartês era fértil, produzia muito trigo e vendia o produto. Já o sudeste era mais árido e comprava o trigo do oeste, e além de lavradores contava ainda com tecelões e lenhadores. Aí é que se dava a relação hostil e conflitante entre o oeste progressista e vendedor de cereais e o sudeste não tão progressista de pequenos produtores e artesãos. Essas bases gerais delimitavam o campo de ação e de forças do período imediatamente após 1789. Delimitavam muito claramente, mas, relembra nosso historiador agora mais cau-

teloso, talvez não **predeterminassem** um futuro ainda um pouco aberto.

E continua ele: os conflitos do oeste de Sarthe contra a nobreza latifundiária e os grandes burgueses proprietários formavam o forte espírito revolucionário de 1789, fundado na **consciência crítica dos camponeses**. Já o sudeste não agudizava os conflitos agrários, e lá havia uma aliança entre os camponeses e pequenos burgueses das cidades. Bem, 1789 marca a postura revolucionária e ampla frente de classe encabeçada pelo camponês do oeste sartês, e a **Chouannerie** de 1793, com os mesmos camponeses, corresponde a uma união deles contra a burguesia urbana e — por ricochete e efeito bumerangue — **pelo clericalismo reacionário**. Por que **contra** a burguesia urbana? Ora, com a liberação das terras agrícolas até então sob domínio e tutela da igreja, houve uma corrida aos terrenos. Quem comprou as terras no **sudeste**? Terras áridas eram menos desejadas e mais baratas, e lá puderam ser adquiridas pelos camponeses e pequeno-burgueses das aldeias próximas. No **oeste**, as terras boas e férteis foram veloz e avidamente compradas pela grande burguesia urbana, com dinheiro suficiente para açambarcar vastos terrenos. E por que pelo clericalismo? Essa aliança dos camponeses despossuídos do oeste sartês não era gratuita: partiu da pressão do próprio meio rural, para impedir que o clero tomasse partido pela grande burguesia agora latifundiária. Era o aliado necessário para essa luta. A **Chouannerie** se mostra como acontecimento fundado numa consciência camponesa: não foi uma represália dos nobres, nem iniciativa do próprio clero. E havia uma série de razões para a exacerbação revoltada desses camponeses até então progressistas: 1789 não atendera suas reivindicações. As “decepções” se acumulavam: os camponeses pobres tinham de continuar a pagar o **dízimo** (um dos principais pontos de luta), mas agora não mais para o nobre ou para o clérigo, e sim para o grande burguês. O imposto fundiário, por sua vez, passou a ser pago para o Estado, com suas novas medidas fiscais. Havia uma enorme inflação do papel-moeda (os **assignats**), com perda do lastro e valor real das cédulas. E além do mais, a obrigação militar: era o engajamento força-

do dos camponeses no exército revolucionário. Ou seja, além de nem poderem trabalhar sempre na terra (pois recrutáveis a qualquer momento), o dinheiro se desvalorizava, o dízimo se manteve e o imposto fiscal ia para o governo revolucionário. Tudo isso coroadando a grande e principal “decepção” — não tinham conseguido comprar terras, e o açambarcamento das terras da igreja pela burguesia ia garantir para os camponeses a reprodução de sua exploração, ainda que sob outra classe social.

É nessa tessitura, nesse acúmulo de novas séries de “frustrações” que ocorre o choque imprevisto, a conjunção entre estrutura e acontecimento! exclama o nosso historiador, ao recapitular o problema. Claro, continua ele, pois da longa história das estruturas, o camponês sartês podia esperar alguma melhoria de sua situação no processo de produção, na seqüência do desenrolar histórico seria coerente que adviesse alguma transformação progressista que preenchesse suas reivindicações. Essa mesma consciência camponesa é apanhada de chofre por novas pressões (as já citadas: a pressão **agrária** do dízimo, a pressão **fiscal** do imposto, a pressão fiduciária da inflação, a pressão **militar** do recrutamento forçado). Seria demais exigir que esses homens não mantivessem a sua consciência crítica, a menos que pensássemos num “homem desencarnado” exemplar de Althusser: os homens como **suportes** de estruturas e processos históricos. Mas como nosso historiador vem tentando decifrar os problemas que lhe surgem, e por ora abdicou um pouco das teorias mitológicas segundo as quais quem sustenta o mundo é o gigante Atlas, ele abdica também da idéia de homens-suportes, e tenta pensá-los como gente de carne e osso, sangue e mente, posições e alterações de posições. Esse **excesso** de novas determinações sociais é que forma o acontecimento, ou melhor, forma o campo onde ocorrerá o acontecimento imprevisto: camponeses revolucionários engajados até a morte num levante contra-revolucionário. Tanta coisa ao mesmo tempo: não cabe em nenhuma estrutura única e em nenhuma seqüência histórica totalmente coerente; alguma coisa tem que escapar, algo vai mudar nisso tudo. E é essa inserção, ou eclosão, de várias coisas ao mesmo

tempo, todas entrecruzadas, que propicia a **Chouannerie**, de 1793 a 1799, por iniciativa dos próprios camponeses explorados.

Isso de um lado, pensa consigo o historiador. "Assim fica um pouco mais claro para mim como é que justo no oeste sartês ocorre o levante mais reacionário da época". Entende ele que esse acontecimento brota numa quase irrupção excessiva, ou pelo menos desmedida, em comparação às bases econômicas e sociais antecedentes. Mas esse acontecimento um tanto desmedido e imprevisível (na própria época e mesmo para os analistas posteriores) não surge do nada, pois se engata em múltiplos filamentos a várias seqüências históricas (não só à estrutura econômica, mas às novas exigências bem compreensíveis da Revolução quanto a um exército revolucionário, ao novo fenômeno fiduciário, e assim por diante). Assim, é um acontecimento com sentido próprio, mas não solto no ar. Não era previsível, mas era possível dentro do jogo das estruturas antigas e novas. Surge como circundado por excessivas determinações, não só por uma ou outra coisa, mas por várias coisas ao mesmo tempo. E nessa colisão o acontecimento adquire relevância própria, sentido intrínseco, não se esgota simplesmente ao ser remetido para uma ou outra matriz de explicação. É como se aqui fossem necessárias várias explicações simultâneas, ou o recurso a causalidades diversas, que geralmente não precisariam confluir todas juntas ao mesmo tempo. Assim, continua nosso historiador, é evidente que há um nexó entre o acontecimento e as estruturas. Mas é um nexó em relação à irrupção, à emergência do acontecimento. É um nexó no sentido temporal do passado pré-1789 e do presente 1793-9. Mas a **Chouannerie** foi derrotada! Como movimento político fundado numa consciência camponesa, ele fracassou! Por que então ela conseguiu se sedimentar no plano político e ideológico do oeste sartês até hoje? E aí o nosso historiador, já um tanto contente em ter captado um pouco mais claramente o sentido do acontecimento em sua época, anima-se em projetar a flecha temporal para o futuro. Vai buscar o nexó acontecimento-estrutura **depois da Chouannerie**, depois de sua derrota, depois do século 18. E aí é que

sua boa vontade em valorizar o peso intrínseco e específico do conceito de “acontecimento” frutifica ainda mais.

Pois aquele espaço político entre 1789 e 1799 vinha determinado pelas estruturas econômicas e sociais subjacentes aos movimentos políticos, tanto aquelas estruturas antigas do feudalismo francês quanto as novas estruturas que começariam a se sedimentar com a Revolução Francesa. Vinha determinado, isto é, delimitado, mas não predeterminado. O jogo ainda não estava completamente feito. Havia brechas de indeterminação, por onde poderiam surgir coisas novas e insuspeitas. E essas coisas novas e insuspeitas, tais como a mesma *Chouannerie*, podiam, quem sabe, criar escola, se cristalizar e passar a fazer parte, elas também, das novas estruturas. Assim, pensa nosso historiador, a consciência política do oeste sartês, que se expressara tão crua e sangrentamente em 1793-9, ocupa um espaço político até então relativamente vazio. Nesse espaço político relativamente indeterminado, nessa brecha para alguns jogos, a consciência política que aí emergisse criaria as peças e lances que se solidificariam nos séculos 19 e 20. Assim, se o acontecimento chuão foi um catalizador, mesmo que contingente e acidental, dessa consciência, ele passa a se reforçar e se sedimentar ideologicamente ao longo do século 19. Se surgiria como elemento original e solitário no final do século 18, essa consciência camponesa não se evapora nem se esfuma. A *Chouannerie* não deu certo, mas sua base consciente persiste. E agora não mais em novas investidas chuãs, diretamente políticas, mas a um nível ideológico e cultural mais difuso e, ao mesmo tempo, mais arraigado e consistente. Pois, para subsistir, essa consciência camponesa se alia e se subordina aos grupos locais nobres e clericais, sejam eles remanescentes do Antigo Regime, sejam eles ressurgentes no século 19. E ainda mais, naquela região se mantém uma base sócio-econômica de exploração dos camponeses semelhante, ainda que burguesa, à antiga base feudal, até meados dos anos 1850. Como solo estrutural é algo favorável a conservação e fortalecimento de tendências político-ideológicas chuãs. A cultura chuã torna-se o sustentáculo ideológico de estruturas rurais, e acaba por tomar corpo e formar um

sistema estável. O nexu do acontecimento com o futuro prolonga esse mesmo acontecimento, dando-lhe consistência e espessura estrutural. Nosso historiador, já um pouco aliviado de sua perplexidade, consegue estabelecer o papel do acontecimento como fator de inovação, como novidade histórica, como transição aleatória e acidental de estrutura a estrutura, mas nem por isso menos importante: a infra-estrutura econômica, com suas posições políticas estruturadas, transita com e pelo acontecimento chuão para a superestrutura ideológica contemporânea.

Essa história “estrutural-acontecimental” redimensiona o acaso, o relativo espaço indeterminado onde pode surgir o efetivamente novo, o novo ainda não contido nas premissas e determinações das estruturas anteriores. Ao contrário do historiador das estruturas, nosso historiador não relega esse acontecimento casual e imprevisível ao depósito das irrelevâncias e dos acidentes de percurso: pois afinal não é um acontecimento que formará o conteúdo de novos níveis estruturais ainda não plenamente formados? Essa conjunção até certo ponto livre de forças, a partir de um terreno solidamente estruturado, insere-se na trama da história e, por sua vez, provoca alterações de longa duração.

E aí, para viver, o historiador não precisa mais matar, como diz Ladurie. Isto é, a história das estruturas, para sobreviver, tinha de assassinar o nível micro, eliminar o acaso, matar o acontecimento. Nosso agora bem satisfeito historiador repensa o acaso e a necessidade, o processo determinado e as indeterminações acidentais, o poder impensado do transformação do próprio acontecimento.

GARCIA MARQUEZ, Gabriel. La aventura de Miguel Littín clandestino en Chile. Buenos Aires, Sudamerica, 1986, 152 p.

DIMAS FLORIANI

Sociólogo. Técnico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES.

História do exílio: exílio da história?

A história do exílio dos latino-americanos está ainda por ser escrita. Possuímos relatos esparsos, documentários, romances mas não se fez ainda um relato completo desse movimento migratório involuntário; à restrição da liberdade política, seguiu-se a restrição econômica, como epifenômeno do modelo da política econômica neo-liberal sobretudo na Argentina, Uruguai e Chile, forçando as pessoas a buscarem sua sobrevivência além-fronteiras.

A maior corrente migratória dos exilados dirigiu-se para Europa e América Latina mas pode-se encontrar asilados nos diversos continentes.

Quiçá não seja possível reconstruir uma tal história. O obstáculo maior desse esforço talvez equivalesse ao exercício de refazer a unidade de milhares de fragmentos pessoais, famílias desfeitas, consciências despedaçadas, desesperanças e perda de identidade nacional.

Lênin, em uma carta desde Zurique, antes da Revolução de 17, referia-se às condições peníveis pelas quais passavam seus compatriotas; dizia ele que as pessoas eram acometidas de manias, obsessões e doidices.

E no entanto, o exílio é uma constante na (da) história. O século XX é fértil em exemplos. América Latina — o Cone Sul em particular —, atinge o ponto culminante do êxodo nas duas últimas décadas: Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai. O Paraguai detém o triste privilégio de vanguardear o processo.

Miguel Littin, cineasta chileno, exilado de seu país desde o golpe militar de 11 de setembro de 1973, conversa durante uma semana com Gabriel Garcia Marquez e grava 18 horas de relatos sobre sua aventura clandestina no Chile em 1985, que o escritor colombiano, em magistral empatia, recua literariamente. Littin retorna a seu país de forma irregular para realizar 2 desafios:

O primeiro deles, para demonstrar a Pinochet que este não é invencível e plenipotenciário como efetivamente se apresenta; o segundo, para realizar uma tarefa política e recriar a história não apenas do após-golpe mas sobretudo ressoldá-la para retransmitir às novas gerações, o sentido profundo da organização política do povo chileno, desde os albores do século XX.

Quem teve oportunidade de assistir **ACTAS GENERALES DE CHILE**, um filme documentário de 4 horas produzido para TV espanhola e apresentado no Festival Internacional de Cinema deste ano (1987), em Berlim, deu-se conta de que Littin se inscreve ainda na mais pura tradição do intelectual da Unidade Popular (Isabel Allende através da **Casa dos Espíritos**, sem o querer talvez, reforça a mesma tendência).

O que significa isto? A conotação é ampla: inicialmente Littin retoma a tradicional versão histórica dos partidos comunista e socialista da UP, desde o nascimento do sindicalismo de vertente clássico-marxista (mineiros do carvão, salitre e cobre).

Em seguida, traça a trajetória da história chilena a partir da 2.^a Guerra Mundial, cujo eixo principal é estabelecido através de um personagem central: Salvador Allende (candidato a Presidente por 4 vezes), que teria mesmo pedido, caso não eleito, que fosse colocado o seguinte epitáfio em sua sepultura: **AQUI JAZ SALVADOR ALLENDE, FUTURO PRESIDENTE DO CHILE**.

O filme-documentário reserva bastante tempo para a entrevista dos auxiliares diretos do Presidente que sobreviveram ao massacre do Palácio La Moneda, enaltecendo o martírio e as profundas convicções democráticas de Allende. O cineasta é convincente ao mostrar que a memória de

Allende sobrevive na memória popular, reatualizada agora no combate dos **pobladores** desde suas **poblaciones** (favelas) contra o regime opressor de Pinochet.

Os dois relatos (filme e romance) se confundem sinfonicamente.

Em alguma parte do livro Littin pergunta a si mesmo se a sua aventura de reingressar clandestino, para filmar a realidade chilena, não se resumiria a uma simples colheita de nostalgias, dado que a geração que desafia agora a Pinochet, não passava de crianças de escola primária nos tempos de Allende e que teriam portanto uma cabeça diferente da sua geração.

Efetivamente o Chile redemocratizado não será mais o de antes: a **modernização conservadora** atingira o campo, transformando os camponeses em bóias-frias do setor exportador (fruticultura); a reforma agrária iniciada nos tempos do democrata-cristão Eduardo Frei e aprofundada pela Unidade Popular, cederá lugar à contra-reforma.

A desnacionalização da economia (bancos e indústrias) desempregou 30% da população trabalhadora nos últimos anos da ditadura.

Enfim, esse depoimento literário mostra que a história não acaba com os mortos. A experiência de Littin se inscreve na tradição de resistência do povo chileno e sua aventura propicia reconforto suficiente para assegurar-nos que o povo chileno conseguirá superar esse imenso hiato de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GARCIA MARQUEZ, Gabriel. **La aventura de Miguel Littín clandestino en Chile**. Buenos Aires, Sudamerica, 1986. 152 p.
- SPENCE, Jonathan D. **O palácio da memória de Matteo Ricci; a história de uma viagem da Europa da Contra-Reforma à China da Dinastia Ming**. São Paulo, Companhia das Letras, 1986. 357 p.
- TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5... a FIESP e o desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1986. 205 p.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 196 p.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Événement et longue durée dans l'histoire sociale: l'exemple chouan**. In: ———. **Le territoire de l'historien**. Paris, Gallimard, 1973. p. 169-86.

CARVALHO, José Murilo. Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 196 p.

FRANCISCO MORAES PAZ

Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

Diziam os positivistas que os mortos governam os vivos, o passado o presente. Ao reler a história com os olhos de hoje talvez pudéssemos dizer que os vivos, ao tentar reconstruir o passado, tentam governar os mortos na ilusão de poderem governar a si próprios. Ou, em versão pessimista, na frustração de o não poderem fazer. (CARVALHO, 1987. p. 14).

A cidade do Rio de Janeiro na Primeira República: um desafio permanente aos historiadores preocupados em captar os sinais da modernidade, as pulsações da nova sociedade, os impasses do projeto político reformador... Nessa aventura muitos já se lançaram, percorrendo os mesmos espaços esquadrihados pelas autoridades da época — essas, preocupadas em apagar as marcas de um tempo colonial; aqueles, em explicitar as imposições disciplinares da sociedade burguesa e/ou as manifestações da cultura operária.

Nicolau Sevcenko¹ e Sidnei Chalboub², entre outros, realizaram com competência esta aventura. Há de se acrescentar, agora, o trabalho de José Murilo de Carvalho: *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*.

Partindo dos discursos de Aristides Lobo, Raul Pompéia e Louis Couty — segundo os quais o povo assistira o 15 de Novembro como a uma parada militar, mantendo-se à distância dos acontecimentos políticos —, este historiador in-

1 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

2 CHALBOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986. / VER: Recensão, em *História: Questões & Debates*, 7(12):87-97, Jun. 1986/

vestiga as formas pelas quais o povo participou da Primeira República. Na visão de muitos republicanos os moradores da capital revelaram uma profunda apatia frente aos acontecimentos políticos, a ponto de parecer não existirem. Contudo, são observadas súbitas modificações, ocorridas fora dos limites constitucionais — de forma insólita o carioca contrariava as regras do jogo político, da urbanidade. Assim, José Murilo Carvalho orienta sua análise na busca do entendimento da natureza dessa vida política, da concepção e prática da cidadania. **“Trata-se, segundo ele, do problema do relacionamento entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político, o cidadão e a própria atividade política”.** (p. 10)

1 — O CIDADÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: BESTIALIZADO OU BILONTRA

O autor inicia seu trabalho estudando as transformações ocorridas no Rio de Janeiro, do início do novo regime até o governo de Rodrigues Alves (1902-06), “quando já estavam nitidamente definidos os vitoriosos e os vencidos e estabelecidos os rumos e a natureza da política republicana, tanto para o país como para a capital”. (p. 15) Entre as alterações observadas, a primeira é de natureza demográfica, causada tanto pelo fluxo de ex-escravos como de imigrantes, firmando uma população “estranha” e inserida de forma parcial na economia da cidade. Desse impacto, resultou o agravamento das condições de moradia, abastecimento, saúde e higiene. Acrescente-se, ainda, as alterações econômicas e financeiras decorrentes de uma conjuntura inflacionária e do encarecimento das importações. Os portugueses, que controlavam grande parte do comércio e das casas de aluguéis, passaram a ser apontados pelos jacobinos³ (movimento da época de Floriano Peixoto e Prudente de Moraes) como usurpadores de empregos e exploradores de brasileiros.

No campo da política, as alterações se devem às expectativas desencadeadas pelo novo regime, passando haver

³ Sobre este movimento, VER: COSTA, Vilma Peres. *Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro* Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, 1985.

uma constante mobilização de militares, operários, funcionários e outros em torno de sindicatos e associações, exigindo sua inclusão no jogo republicano. Essa possibilidade era, contudo, explicitamente vetada aos anarquistas estrangeiros. Finalmente, temos uma intensa movimentação no campo das idéias e das mentalidades. Liberais, positivistas, socialistas e anarquistas buscavam exercer a tutela intelectual do novo regime, bem como intervir diretamente na política. Ainda, o desaparecimento da figura austera e patriarcal do Imperador rompeu os antigos padrões de moral e honestidade, desencadeando uma febre de enriquecimento. Parecia, segundo o autor, que houvera “uma vitória do espírito do capitalismo, desacompanhada da ética do protestante”. (p. 26) A vida recatada cedeu aos prazeres, o pecado popularizou-se, a virtude da família interiorana perdeu-se... Na medida que o Rio de Janeiro se inseria na “Belle Époque”, o arrivismo triunfava...

No entanto, se alguns estavam convidados aos banquetes republicanos, outros — o povo — estavam excluídos. O abismo entre os pobres e a República se acentuava cada vez mais, para isto contribuindo tanto as eleições para representantes municipais quanto as indicações dos prefeitos e chefes de polícia da capital. As eleições eram acompanhadas de corrupções, coersão e barganhas pessoais, a ponto de inverter a ordem política: o marginal virava cidadão e o cidadão era marginalizado. Os prefeitos e os chefes de polícia eram nomeados pelo Presidente, a partir de critérios de confiança e não de identificação com as expectativas populares; pelo contrário, realizavam reformas e impunham normas que contrariavam o cotidiano do povo.

Assim, sua existência ou participação se dava ao largo do mundo oficial da política, sendo mais de natureza religiosa e social. Gradativamente ele foi tomando conta das festas religiosas e se apropriando do futebol e carnaval: “(...) o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo subterrâneo da cultura das elites”. (p. 41)

No Capítulo II — República e Cidadanias —, José Murilo de Carvalho analisa o desenvolvimento de diversas concep-

ções de cidadania, muitas vezes incompatíveis entre si e que acabavam girando “entre a negação da participação, a participação autoritária e a alienação.” (p. 65) A monarquia, no que se refere aos princípios da ordem política e social, já havia implantado o liberalismo: a Constituição de 1824 assegurava a liberdade de expressão, reunião, profissão, ...; a Lei de Terras (1850) liberava a propriedade; a Lei de Sociedades Anônimas (1882) o capital; e a Lei Áurea (1888) o trabalho. O regime republicano por princípio deveria estender o direito de participação política via voto, entretanto, este direito foi reduzido a um número menor de cidadãos e transformado num dever. Ainda, as mudanças eleitorais alteravam muito pouco a composição dos eleitores; fora mantida a distinção entre cidadãos ativos e inativos: aqueles com direitos civis e políticos, estes somente com direitos civis.

Em verdade, a Constituição de 1891 excluía da sociedade política imensa parcela da população; os vitoriosos da República fizeram muito pouco para a ampliação desses direitos. Logo, o entusiasmo popular que caracterizou a campanha republicana, se perdeu no 15 de Novembro.

Contudo, outros segmentos da sociedade reagiram. Os militares, por exemplo, manifestaram desde o início suas insatisfações para com os limites de seus direitos como cidadãos. Ao mesmo tempo que pleiteavam maior peso para suas decisões políticas, buscavam difundir a idéia do soldado-cidadão. A identificação do Exército com o povo também era obra de alguns republicanos que, como Raul Pompéia, viam na mobilização militar de 15 de Novembro, o povo com armas. Os operários do Estado — ligados aos arsenais do Exército, Central do Brasil, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, etc. — que também viram na República uma oportunidade de redefinição dos papéis políticos, se mobilizaram em apoio ao princípio de incorporação do proletariado à sociedade.

Tal princípio estava ligado ao ideário positivista que incidia, por outro lado, na exclusão dos direitos políticos, da vida partidária e da democracia representativa. Em suma,

para os positivistas não existiam cidadãos ativos; todos os direitos sociais deveriam ser concedidos pelos governantes, todos deveriam aguardar a ação do Estado. Os anarquistas, por sua vez, opunham-se a toda autoridade e a vida política através de partidos e eleições; os socialistas denunciavam o caráter utópico e autoritário da luta partidária...

Assim, positivistas, republicanos liberais, anarquistas e socialistas muito pouco contribuíram para superar o impasse da cidadania. Enquanto os debates se desenrolavam, a República continuava excluindo a participação popular, sem que o povo parecesse muito preocupado com isso.

Resta, pois, indagar quem seria candidato a cidadão e, concretamente, quais as suas práticas de participação política. Com este objetivo o autor inicia um novo capítulo, contrapondo aos discursos de Couty, Lobo e Pompéia — povo bestializado, povo inexistente —, à existência de um povo ou de um cidadão diferente daquele que eles idealizaram encontrar na capital republicana. Certamente não existia um burguês vitoriano, um jacobino de 1789 ou um militante de barricadas; porém a Revolta do Vintém (1880), a campanha abolicionista ou a Revolta da Armada (1893) serviram para comprovar a capacidade mobilizadora do povo.

Por outro lado, muitos daqueles que se mostraram ativos, estavam longe de um conceito de cidadania — era a “canalha”, a “escória”,... Assim, de que servia uma Constituição, parlamento, eleições ou tentativas de formação de partidos, se a população do Rio não passava no teste de cidadania? A grande maioria era de trabalhadores domésticos, jornaleiros ou indivíduos sem profissão definida — “esse lumpen representava em torno de 50% da população economicamente ativa...” (p. 76) —, além de imigrantes que preferiam não se naturalizar pois achavam-se melhor defendidos pelos embaixadores de seus países.

Excluindo-se ainda os analfabetos e as mulheres, o eleitorado do Rio não ultrapassava 20% da população, porém muitos não se alistavam e os que o faziam, nem sempre votavam: 5,5% da população total votou em 1890, 1,3% em 1894, 2,5% em 1896, ... e 2,7% em 1910. Para o autor, esta

auto-exclusão se devia as fraudes e aos perigos que representava votar; o exercício da cidadania mais parecia uma caricatura:

O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país. Os representantes do povo não representavam ninguém, os representantes não existiam, o ato de votar era uma operação de capangagem. (p. 89)

Vivendo sem eleitores e sem partidos, o sistema se apresentava politicamente vazio. Do governo, o povo queria paz; sua participação política se dava fora dos limites institucionais. Através de greves, quebra-quebras ou mobilizações populares maiores o povo registrava sua natureza política. A Revolta da Vacina, tema do quarto capítulo do livro, foi o exemplo mais claro da capacidade política, da cidadania ativa dos cariocas do início do século.

Num texto ricamente documentado, José Murilo de Carvalho apresenta-nos os resultados da política de urbanização e saneamento das autoridades federais e municipais. Recebendo poderes quase ditatoriais de Rodrigues Alves, o engenheiro Pereira Passos e o médico Oswaldo Cruz deram início, respectivamente, a remodelação do centro da cidade e as campanhas de erradicação da febre amarela, peste bubônica e varíola. Pretendiam com suas reformas fazer emergir uma nova cidade, moderna como certas capitais européias, urbanizada como convinha a determinados interesses republicanos.

A obrigatoriedade da vacina contra a varíola datava de 1837, para crianças de até três meses; um decreto de 1884 estendia essa exigência a todas as pessoas. Julgando necessário reintroduzir a obrigatoriedade da vacina, o governo propôs uma nova lei ao Senado e Câmara, que foi aprovada em outubro de 1904, com algumas controvérsias, como quem iria aplicá-la — médicos particulares ou do governo. Na regulamentação feita por Oswaldo Cruz ficou definido que os atestados fornecidos por aqueles deveriam ter firma reconhe-

cida e seriam exigidos em todos os lugares: escola, trabalho, hospedagem, ... Nos primeiros dias de novembro começaram as manifestações de protesto que tomaram dimensões maiores resultando em quebra-quebras generalizados. A polícia passou a interferir, tropas do exército foram mobilizadas, destacamentos de Minas e São Paulo foram trazidos à capital. Em 16 de Novembro foi decretado estado de sítio, ao mesmo tempo que se levantavam barricadas nas ruas. Ocorreram várias mortes e prisões. Dois dias depois a cidade começava a voltar ao normal, tendo ficado o centro da cidade num aspecto desolador.

Embora não haja precisão quanto aos participantes, estavam mobilizados operários, comerciantes, estudantes, militares, pivetes, prostitutas, ... Diferentes motivos foram apontados, tanto de natureza econômica como pela reforma urbana. Entretanto, como acentua o autor, no que diz respeito ao povo, a oposição à vacina tinha um forte apelo moralista — nos comícios, se explorava

(...) a idéia da invasão do lar e da ofensa à honra do chefe de família ausente ao se obrigarem suas filhas e mulher a se desnudarem perante estranhos. (p. 131)

O governo, ao violar o domínio sagrado da liberdade individual e da honra pessoal, desencadeou um movimento popular de defesa dos direitos do cidadão. Opondo-se ao tratamento arbitrário do governo, o povo conseguiu sustar a campanha de vacinação, vitória que se fez acompanhar de um sentimento de auto-estima, passo importante na formação da cidadania.

Diante destas questões, José Murilo de Carvalho aborda no último capítulo a natureza da ação política do povo. Havia algo em seu comportamento que não se encaixava nas expectativas reformistas, fosse da elite ou da classe operária: inativos em certas ocasiões, esses mesmos cidadãos revelavam-se ativos em organizações e festas não-políticas.

As associações de auxílio mútuo chegaram a contar, em 1912, com 282.937 sócios, o que correspondia a 50% da população com mais de 21 anos — para desespero das lideran-

ças anarquistas ... As festas religiosas (de brancos) e o futebol foram tomados pelos negros; as religiões africanas e o samba passaram a ser freqüentados pelos brancos. Havia movimentos sociais que contrariavam as reformas sociais propostas (ou impostas); havia uma dinâmica social que insistia em contrariar o exercício de uma cidadania idealizada.

A ação política popular não se colocava contra o Estado nem reivindicava participação no processo decisório; ela buscava estabelecer limites ao poder público, especialmente quando este comprometia valores considerados acima da esfera de intervenção do Estado. Na Revolta da Vacina, por exemplo, não se combatia a vacina, sim o método de aplicação.

As reações eram, também, de consumidores que se viam explorados ou mal atendidos. Podia-se recorrer ao Estado mas não se buscava representar naquilo que era estranho ao cidadão. Não era na política que este se reconhecia, ao contrário, "o que marcava (...) o Rio é antes a carnavalização do poder como, de resto, de outras relações sociais". (p. 157) Havia uma consciência de que o real se escondia sob o formal e só os ingênuos se orientavam sob a aparência deste, desligando-se da realidade. Para o povo o formal não era sério e bestializado era aquele que acreditasse na política. Em suma,

Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra. (p. 160)

Pouco parecia interessar ao povo que a República o excluísse, pois ele mantinha suas repúblicas nas quais, ironicamente, se construiu a identidade coletiva da cidade. A medida que o povo não se qualificava à cidadania proposta pelos vencedores do regime, se construía uma República que não era, se remodelava uma cidade que não tinha cidadãos. Cidade e República não se encontraram no 15 de Novembro, ao menos para os bilontras...

2 — A CIDADANIA EM DEBATE

Combinando habilmente a História, Política e Literatura, José Murilo de Carvalho parte das transformações ocorridas no Rio de Janeiro do início da República, para colocar em debate seu ponto de vista sobre a cidadania. O tema central de sua análise gira em torno do regime político instaurado, da cidade modernizada e das práticas populares, amarrando-os numa dupla investigação: o “projeto” republicano e a “experiência” popular.

O 15 de Novembro trouxe consigo novos personagens, que passaram a disputar entre si a condução da política nacional, na defesa de seus interesses. Trouxe também, como acentua o autor, um novo discurso sobre a modernidade que foi sendo construído gradativamente em torno de um projeto político emergente. Aí definiu-se, entre outras coisas, o papel reservado à capital da República — um cartão postal, símbolo dos novos tempos, transformações e reformas.

A construção das avenidas, a erradicação dos focos de doenças, a ampliação da infra-estrutura urbana (para bairros de classe média), a destruição dos cortiços das áreas centrais, a introdução de uma nova linguagem arquitetônica ou a incorporação de novos hábitos europeus, pareciam materializar a utopia republicana. Somente o povo contrariava tais propósitos, não podendo ser incorporado na vida política e cultural, pois “(...) não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara.” (p. 162)

Ao convite da campanha republicana — de ampliação da participação popular na política — seguiram-se práticas de exclusão do povo da vida e da política carioca. Em verdade, as reformas urbanas trataram de retirar os indesejáveis do convívio social; antes de superar a pobreza, os administradores federais e municipais trataram de afastá-los.

Excluídos da República, estes passaram a desconhecê-la assim como suas regras culturais, sociais e políticas. Contudo, é óbvio, continuaram a existir e a construir suas repúblicas, nas quais se formava outra identidade coletiva. Não

é, pois, de se estranhar que nos terreiros e rodas de samba se formassem os verdadeiros laços de solidariedade popular, nem que a casa da Tia Ciata — a mais famosa e influente das baianas que viveram no Rio de Janeiro⁴ — significasse ao povo muito mais que quaisquer prédios da administração pública. Lá, o homem simples do Rio de Janeiro se identificava, aqui não.

Assim como o povo se mantinha indiferente ao poder público, era capaz de reagir de forma violenta na medida que sua moral ou dignidade fossem ameaçadas. Pouco importava que a República os excluísse, desde que suas repúblicas, suas “pequenas Áfricas”, estivessem a salvo da fúria modernizadora dos vencedores do 15 de Novembro. Considerando estas atitudes e o momento político atual, José Murilo de Carvalho deixa-nos com a questão da cidadania em debate:

Se a República não republicanizou a cidade, cabe perguntar se não seria o momento de a cidade redefinir a República segundo o modelo participativo que lhe é próprio, gerando um cidadão mais próximo do cidadão. (p. 164)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- COSTA, Vilma Peres. **Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro**, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, 1985.
- MOURA, Roberto. **Tia Liana e a Pequena África no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, FUNARTE 1983.
- PAZ, F.M. Chalhoub, S. **Trabalho, lar e botequim**. (recensão). **História: Questões & Debates**, 7(12):87-97, jun. 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**; Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1983.

⁴ Sobre as festas religiosas e populares realizadas nas casas de tradicionais baianas, VER: MOURA, Roberto. **Ti Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1983.

TREVISAN, Maria José. 50 anos em 5... A FIESP e o Desenvolvementismo. Petrópolis. Vozes. 1986. 205 p.

LUIZ CARLOS RIBEIRO

Professor Assistente da FAE e Técnico do Instituto
Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
— IPARDES.

O tema desenvolvido pela autora é muito oportuno na atual conjuntura brasileira. Em um momento em que se discute no Brasil a questão da Democracia, tema que sem dúvida está imbricado com outro, o Desenvolvimento, uma discussão sobre o comportamento histórico da elite brasileira é de extrema atualidade e importância.

A autora, inteligentemente, escolhe para sua análise a “fina-flor” da elite nacional, o empresariado industrial de São Paulo, em uma conjuntura usualmente pensada como democrática e de desenvolvimento: os anos JK (1955-1961).

Para a metodologia da história, a análise que a autora exercita é muito rica. A nossa história tradicional sempre pensou a evolução do Brasil quase exclusivamente da ótica das classes dominantes. A ótica das classes dirigentes, dos homens do poder, tornou-se, pela cristalização dos estudos históricos, na única verdade. A memória das elites confundeu-se, a partir daí, com a própria história.

Maria José Trevisan, ao retomar o tema do Desenvolvimento, busca também fazê-lo no interior do discurso das elites, porém não mais como uma leitura linear e lógica da fala das classes dirigentes, mas pondo em destaque as contradições desse discurso que se pretende lógico e racional.

No mesmo exercício metodológico de compreender as “explicações” sobre a evolução da sociedade brasileira, a autora analisa outros trabalhos como o de Francisco de Oliveira, João Manuel C. de Mello, Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, Mariza Saez e Eli Diniz que, de alguma forma elaboraram modelos explicativos para a sociedade brasileira.

Procurando sintetizar essas diversas correntes, a autora elabora uma crítica aos modelos. Desenvolvidos a partir do dualismo cepalino, três modelos diferentes são apresentados: o de Francisco de Oliveira, João M. C. de Mello e Eli Diniz. Enquanto os dois primeiros privilegiam a vertente da lógica da acumulação, Eli Diniz opta pelo papel político do empresário.

A conclusão a que chega Maria José, após apresentar as limitações e os reducionismos desse tipo de análise, é que a história não pode ser redutível a modelos. (p. 33)

Com base fundamentalmente nos textos de Marilena Chauí ("Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" — 1978) e Maria Sylvia Carvalho Franco ("As idéias estão no lugar" — 1978), afirma Maria José que "a presença do modelo supõe necessariamente para o observador um ponto de partida determinado por meio do qual ele determina o ponto de chegada e o trajeto percorrido, encadeando os agentes e as relações sociais a partir de uma lógica que é dada externamente". (p. 32)

Para a autora, esta determinação imposta pelos modelos cria um "vazio de poder" e uma fragilidade e até mesmo ausência de classes. Resulta que pela **inexistência de um projeto burguês de industrialização, no Brasil**, teria sido sujeito do Desenvolvimento econômico nenhuma classe em particular, mas um Estado que teria se antecipado às classes. Pela ausência de sujeitos e classes determinados, a história passa a ser vista através de uma "ótica nacional" de análise, que exclui totalmente a possibilidade de pensar a história a partir do conflito capital/trabalho, ou seja, como uma singularidade.

Para a autora, é a luta de classes que permite eliminar o modelo e assim "partir do indeterminado". A luta de classes exige pensar o capitalismo como mundial, "constituído de partes diferentes porque historicamente singulares". É ela que possibilita entender que o "nacional" não é algo exterior, supondo aí uma oposição.

A eliminação do modelo significaria "partir do indeterminado", sem privilegiar a ótica nacional e sem pensar o

capitalismo no Brasil como específico. A autora procura examinar o discurso empresarial nos anos 55-61 desprovida dessas explicações *a priori* dos modelos, mas sim, dentro da ótica da luta de classes, entendendo-os “enquanto um momento singular das relações de dominação”. Procura, deste modo, “perceber através do discurso empresarial como a relação capital/trabalho estava visualizada pela classe industrial e quais os instrumentos de que dispunha ou que construiu, para manter essa relação sob controle, reproduzindo a dominação” (p. 35).

Buscando o apoio teórico da crítica aos modelos no trabalho de Edgar S. de Decca (1930: O silêncio dos Vencidos — 1981), a autora indaga se a tentativa de compreensão dos mecanismos de dominação através de modelos, estaria realmente atingindo seus fins — a crítica — ou simplesmente “reproduzindo de alguma forma a ideologia burguesa”. (p. 36)

Sem dúvida a autora aborda uma questão metodológica muito complexa, não apenas na historiografia brasileira. A crítica ao modelo explicativo, muito bem desenvolvida particularmente por Marilena Chauí, é pertinente. Porém, se a negação aos modelos tem apresentado satisfatória argumentação, a elaboração de uma análise histórica “sem modelos” tem sido uma experiência ainda muito recente na historiografia, o que a tem deixado bastante vulnerável.

O exercício que faz Maria José é uma evidência disto. Ao se propor “partir do indeterminado, sem modelos” e “privilegiando a luta de classes enquanto locus por excelência da história” (p. 35), a autora acaba caindo na própria crítica, na medida que não consegue atingir ao objetivo proposto.

A autora quando analisa o discurso do empresariado paulista, toma como pressuposto básico, a partir da ótica da luta de classes, que “trata-se de um projeto político de dominação e não um mero projeto de industrialização...” (p. 37). Concordamos em princípio com a autora. O problema é que, ao procurar demonstrar isto, a sua análise destrói o caráter subversivo que a história tem enquanto luta de classes. Na sua exposição, a classe empresarial paulista aparece

com um projeto de dominação a priori e exterior da luta de classes, na medida que a autora nomeia este projeto de dominação como uma idéia da burguesia industrial. Deste modo, sem haver explicitado e, penso, sem ter tido a intenção, a autora exclui da gestação deste projeto vitorioso, a ação de outros segmentos da sociedade, particularmente a classe operária. Esses agentes, na análise da autora, aparecem passivos diante da construção daquele projeto. Dá-nos a impressão que essa elite empresarial retira-se da luta de classes, diríamos da própria história, para elaborar seu projeto de dominação.

Esta concepção acaba reforçando, por outro viés, aquela clássica no movimento operário, da passividade, fragilidade, ou até mesmo ausência, da classe operária. A reação operária, ou se preferirmos, a luta de classes, diante de tal hegemonia empresarial, só seria possível se acontecesse um colapso no capitalismo.

A autora nos afirma, por exemplo, que a “ótica nacional” dos modelos, “marxistas ou não” é uma “idéia burguesa” (p. 36), como se pudéssemos, de modo mecânico, elaborar esta divisão. Cornelius Castoriadis, analisando a historiografia do movimento operário afirma:

Finalmente, assim como não podemos aceitar as separações entre “situação objetiva” do proletariado, sua “consciência” e seus “atos” e sua posterior recomposição sob a égide da causalidade/finalidade, tampouco podemos conceder uma importância em si à origem “proletária” ou “burguesa” das idéias, e menos ainda pensar na existência de uma ligação rigorosa e unívoca entre origem e o caráter ou a função das idéias. As idéias na história não são significações fechadas, bem distintas e bem definidas (na suposição de que tais significações existem em qualquer domínio); a atribuição delas a uma origem precisa só muito parcialmente esclarece o conteúdo das mesmas, na medida em que continuam a viver, são retomadas no fazer histórico-social que as enriquece, empobrece-as, transforma-as, e chega até a interpretá-las de modos diametralmente opostos.¹

1 CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo. Brasiliense. 1985. p. 55.

Nesse sentido, o imaginário do empresariado industrial paulista, não são simples idéias construídas em uma redoma de cristal, como um poder que existe *a priori* e acima das classes, quase exclusivamente para reprimir e destruir.

Não existe, como nos observa Foucault, de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. O poder não seria uma propriedade exclusiva de nenhuma classe emparticular, mas uma relação que se dissemina por toda a estrutura social. Portanto, “o que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.²

Assumindo um tom de denúncia, a autora desenvolve uma descrição redudante e monótona da fala empresarial. Assumindo para si a tarefa de anunciar o “maquiavelismo” do projeto de dominação, às outras classes. A luta de classes aparece muito mais nas intenções da autora e na sua capacidade de percebê-la, do que na experiência real das classes. Neste sentido, precisamos ter claro que a luta de classes como análise, é uma categoria construída e superior à positividade singular da ação dos indivíduos.

O “indeterminado”, a partir da luta de classes, seria possibilitar que a fala dos vencidos aparecesse, resistindo ou aquiescendo ao projeto hegemônico. São as classes que devem, na sua prática no interior das relações, renunciar ou não a existência de um projeto de dominação. Ao historiador cabe possibilitar que essa fala silenciosa apareça.

O historiador sabe da luta de classes porque sabe “*a priori*”, iluminado pelo “modelo da luta de classes”. Resulta que a análise a partir do conflito capital/trabalho não é uma indeterminação, como um verdadeiro conhecimento, em oposição àquele falso. Pensar um mais verdadeiro que o outro é cair na mesma crítica ao modelo ideológico que explica tudo.

Ao concluir, a autora desenvolve algumas observações. Entre elas, selecionamos a que segue:

2 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 4. ed. Rio de Janeiro. Graal. 1984. p.8.

“É importante que se registre, antes de mais nada, que da ótica da FIESP, ao cabo dos anos JK, a estratégia da industrialização sai vitoriosa (...) deixam para o leitor a imagem de que a luta foi árdua mas a batalha está ganha”. (p. 196)

Pela lógica da luta de classes já sabíamos disto. A autora nos fala de um ponto determinado — o conflito capital/trabalho —, mas o caminho percorrido e o ponto de chegada acabaram existindo a partir de uma única ótica, a do capital. Conclui-se que a “vitória” empresarial consolidou-se sem que a prática histórica do proletariado tivesse sequer arranhado essa trajetória. Aí, só a burguesia faz história. É como se o proletariado estivesse “vazio de poder”.

No segundo semestre de 1986, nos dias 1 a 3 de outubro a Associação Paranaense de História apoiou o I Encontro Regional de História, promovido pela Associação Nacional de Professores Universitários de História — ANPUH núcleo do Paraná — que congregou professores, estudantes e demais profissionais de todo o Estado, e contou com a seguinte programação:

Mesas-redondas;

dia 1.º-10 “MEMÓRIA E SOCIEDADE”, com a professora Sandra Jatahy Pesavento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Debatedores: Regina Walbach, coordenadora do Patrimônio Municipal de Cultura e Eduardo Montagnari, Professor da Universidade Estadual de Maringá.

dia 2-10 O “O PARANISMO EM QUESTÃO”, com Ana Maria de Oliveira Burmester, Professora da Universidade Federal do Paraná, Francisco Moraes Paz, Professor da Universidade Estadual de Maringá e Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, Técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES e Professora da Universidade Federal do Paraná

Debatedores: Maria Ignês Mancini de Boni e Judite Maria Barboza Trindade, Professora da Universidade Federal do Paraná.

Cursos

dias 1.º, 2 e 3 — 1.º História Medieval, com Professor Hilário Franco Jr, da Universidade Estadual de São Paulo — UNESP.

2.º Metodologia de Ensino de História, com a professora Maria Auxiliadora Schmidt, da Escola Anjo da Guarda, Curitiba.

3.º História do Paraná, com o Professor Francisco Moraes Paz, da Universidade Estadual de Maringá.

4.º História da América, com a Professora Maria Lígia Prado, da Universidade de São Paulo.

Grupos de Trabalho

1. Introdução à História

Coordenador: Sergio Odilon Nadalin — UFPR

2. História do Brasil

Coordenador: Luís Carlos Ribeiro — IPARDES

3. Prática de Ensino de História

Coordenadora: Ivani Rogatti Omura — UEM

4. Estratégias de preservação da documentação

Coordenadora: Roseli Boschilia — Casa da Memória, Curitiba

5. Comunicações livres

Coordenador: Jayme Antonio Cardoso — UFPR

Conferência:

dia 3-10 “Cultura e Sociedade”, com o professor José Teixeira Coelho Neto, da Universidade de São Paulo

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Maria Ignês Mancini de Boni

Composto e impresso na
Gráfica Vicentina Ltda.
Alameda Cabral, 846
Curitiba - PR

História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribui.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1.º) — ser inédita;
- 2.º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3.º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4.º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5.º) — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6.º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7.º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapé e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8.º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte, devidamente numeradas com o título claro, assinando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam às normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisas em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

